

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DESIGNAÇÃO E DESSIGNIFICAÇÃO:
A FILIAÇÃO DE SENTIDOS NA FRASEOLOGIA
CONTEMPORÂNEA**

TESE DE DOUTORADO

Rejane Maria Arce Vargas

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**DESIGNAÇÃO E DESSIGNIFICAÇÃO:
A FILIAÇÃO DE SENTIDOS NA FRASEOLOGIA
CONTEMPORÂNEA**

por

Rejane Maria Arce Vargas

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras.**

Orientadora: Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

Agosto de 2011

© 2011

Todos os direitos autorais reservados a Rejane Maria Arce Vargas. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito da autora.

Endereço: Laboratório Corpus - Avenida Roraima, nº 1000, Bairro Camobi, Centro de Educação, sala 3302, 97105-900, Santa Maria/RS.

Fone (0xx) 55 3220 8956; End. Eletr: rejanearce@hotmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**DESIGNAÇÃO E DESSIGNIFICAÇÃO:
A FILIAÇÃO DE SENTIDOS NA FRASEOLOGIA
CONTEMPORÂNEA**

elaborada por
Rejane Maria Arce Vargas

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Amanda Eloina Scherer, Dr. (Presidente/UFSM)

Heliane Kohler, Dr. (Université de Franche-Comté, França)

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Dr. (UNICAMP)

Ana Zandwais, Dr. (UFRGS)

Cristiane Dias, Dr. (UNICAMP)

Santa Maria, 16 de agosto de 2011.

Dedicatória

*Perdoem a cara amarrada,
Perdoem a falta de abraço,
Perdoem a falta de espaço,
Os dias eram assim...¹*

Em 26 anos de vida, nunca vi meu pai chorar, exceto no dia de minha formatura, quando do alto de um púlpito, eu dizia que meu diploma era para meus pais... Reaprendi a chorar quando fui solicitar seu último documento e vi, no centro de sua carteira, minha primeira foto 3X4 tirada para eu entrar na escola, dentro de sua identidade sindical.

Cresci vendo e ouvindo minha mãe costurar (bem e muito) durante as madrugadas... Durante alguns anos, passei várias madrugadas lendo ou escrevendo porque pensava poder recuperar o tempo em que não tinha livros.

Reaprendi tudo nos últimos anos.

Este texto, assim, tem índices dessas idas e vindas e, por outro lado, do começo ao fim, trata de uma mesma “coisa”, do saber que não se transmite, não se ensina, não se aprende, se vive. Aprendi, entretanto, em meio a isso, a sorrir, com a lucidez de olhar ao entorno.

Dedico esta tese aos meus pais,
José Antônio da Silva Arce e Valdéria dos Santos,
tão distantes dos muros da academia, tão próximos da vastidão das planícies da campanha, da lucidez da escola da vida...
razão primeira de minha escritura íngreme...

¹ Versos da canção “Aos Nossos Filhos”, composição de Ivan Lins e Vitor Martins, interpretada por Elis Regina.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente e carinhosamente ao André que compreendeu minhas ausências e momentos de introspecção ao longo de minha trajetória de estudante, pelo suporte material e humano cuidadoso e afetuoso, por acolher minhas questões muitas vezes como suas, o que se traduziu em gestos de paciência, tais como horas de procura de textos em bibliotecas, livrarias ou internet e mesmo entre minhas dezenas ou mesmo centenas de arquivos digitais e físicos.

Agradeço à minha orientadora de longa data, professora Amanda Scherer, pela acolhida que me ofertou mesmo antes de me conhecer, pela amizade e, sobretudo, por ter me concedido a liberdade de pensar por mim mesma, nunca tendo me dito como eu deveria pensar, o que eu deveria ler e como; liberdade esta necessária para mim e que me possibilitou errar, aprender, reaprender, caminhar...

Agradeço a todos os colegas e amigos do Laboratório Corpus, pela convivência ímpar, nesta escola-labo que me abriga desde 2004, lugar onde se aprende a fazer pesquisa, bem como a se mover em seus bastidores, buscar recursos, editar, revisar, normatizar um texto, organizar e participar de um colóquio; tutorar, compartilhar... todas as instâncias da pesquisa me foram oportunizadas no Corpus.

Agradeço ao Maurício Beck, à Caciane de Medeiros, à Juciele Dias e à Marluza da Rosa, pelos momentos raros que partilhamos no Grupo de Estudos Michel Pécheux ao longo de dois anos, uma interlocução fundamental para o fazer pensar.

Agradeço à Rogéria Lourenço dos Santos, amiga que acompanhou minha trajetória acadêmica desde a graduação, leu muitos de meus textos, fez muitas versões em LE, leu esta tese e soube traduzir em afeto todo esse trabalho.

Agradeço à professora Verli Petri pelas muitas leituras, pelos caminhos indicados desde o início do curso de mestrado, pelas oportunidades, pelo incentivo afetuoso, forte e generoso de sempre.

Agradeço à professora Hélène Leclercq, pelos espaços de mobilidade acadêmica prospectados e efetivados na acolhida no Institut Universitaire de Formation des Maîtres de Franche-Comté, em Besançon, no ano de 2010, e especialmente por ter me dado a coragem para superar limites, vislumbrar e abraçar oportunidades.

Agradeço à professora Heliane Kohler pela co-direção desta tese no período do estágio sanduíche, na Université de Franche-Comté, em Besançon, assim como pelas oportunidades de pesquisa e cooperação solidificadas.

Agradeço à professora Martine Cotin pela escuta e pelo diálogo em momento importante.

Agradeço especialmente à Juciele Dias, pelo suporte amigo e solícito, a distância e em presença, efetivado, por exemplo, na partilha constante e sempre urgente de materiais de pesquisa.

Agradeço carinhosamente aos meus irmãos Gerson e Jessé Arce, pela competência técnica e solícita que a distância e em presença atenderam a todas minhas demandas técnico-informáticas e em qualquer tempo, o que me possibilitou mobilizar diferentes registros de discursos e intervir minimamente nesse espaço metálico.

Agradeço à professora Susana Gonçalves que via internet acolheu minhas dúvidas e indagações com maestria.

Agradeço ao suporte do PPGL, traduzidos no esforço humano e competente de Irene Moraes e Jandir Martins.

Agradeço à Capes pelas bolsas concedidas, sem as quais eu não teria meios para realizar meus estudos.

Muito obrigada a todos, afetuosamente.

A vida é assim, está cheia de palavras que não valem a pena, ou que valeram e já não valem, cada uma que ainda formos dizendo tirará o lugar a outra mais merecedora, o que o seria não tanto por si mesma, mas pelas consequências de tê-la dito.

Saramago, *A Caverna*

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

DESIGNAÇÃO E DESSIGNIFICAÇÃO: A FILIAÇÃO DE SENTIDOS NA FRASEOLOGIA CONTEMPORÂNEA

AUTORA: REJANE MARIA ARCE VARGAS
ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, 16 de agosto de 2011.

Neste estudo, situado no âmbito da Análise de Discurso de filiação francesa desenvolvida no Brasil a partir dos trabalhos de Eni Orlandi, temos por objetivo discutir a questão da filiação de sentidos. Para tanto, tomamos como exemplo a discursivização, no tempo presente, da nomeação comunidade/favela, concebida como par equívoco mediante a hipótese de uma tácita substituibilidade de favela por comunidade, reforçada pelo fato de sua ampla circulação e abrangência social. Essas duas palavras, textualizadas em uma sequência discursiva de referência (sdr), são o ponto a partir do qual organizamos uma montagem discursiva (MD), constituída de distintos registros discursivos, coletados de mídias digitais entre os anos de 2009 e 2010, selecionados em função da circulação seriada dos nomes comunidade e favela e da relação com a sdr. Dessa maneira, constitui-se uma rede representativa dos modos de circulação contemporâneos, em que os discursos estão sob o impacto das novas TICs, as quais trazem como contrapeso uma memória metálica que contribui para o achatamento da memória discursiva. O modo como organizamos o *corpus*, em sua dimensão dinâmica, possibilita postularmos uma concepção de fraseologia contemporânea, marcada pela dessignificação, pelo apagamento do sentido político, o que se efetiva por meio de agenciamentos metálicos da memória social e uma cínica ideia de paz social, de consenso, que se efetiva, por exemplo, pelo processo de designação.

Palavras-chave: discurso, internet, filiação de sentidos, comunidade, favela.

ABSTRACT

Doctorate Thesis
Post-Graduation Program in Languages
Federal University of Santa Maria

DESIGNATION AND DESIGNIFICATION: SENSE FILIATION IN THE CONTEMPORARY PHRASEOLOGY

AUTHOR: REJANE MARIA ARCE VARGAS

ADVISOR: AMANDA ELOINA SCHERER

Santa Maria, August 16, 2011.

In this study, which belongs to the scope of French Discourse Analysis developed in Brazil from the works of Orlandi, we aim to discuss the issue of sense filiation. So we took as a sample the current discursivization of the nomination community/shantytown, conceived as a mistaken pair by the assumption of a tacit replaceability of shantytown by community, reinforced by its wide circulation and social coverage. These two words, textualized in a discursive reference sequence, are the point from where we organized a discursive assembly, constituted by distinct discursive registers, collected from digital media between the years 2009 and 2010, which were selected due to the serial circulation of the names community and shantytown and also to the relationship with discursive reference sequence. Thus, it forms a representative net of the current ways of circulation in which discourses are under the impact of the new ITs, which bring as a balance a metallic memory that contributes for the flattening of discursive memory. The way we organized the corpus in its dynamic dimension allows us to postulate a conception of contemporary phraseology marked by designification, marked by the deletion of political sense, what happens through metallic agencies of the social memory and of a cynical idea of social peace and consensus, which becomes effective, for example, by the process of designation.

Key words: discourse, internet, sense filiation, community, shantytown.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (FIGURAS E QUADROS)

Ilustração 1 - Representação das questões mobilizadas na tese.....	26
Ilustração 2 - A Forma das formas	41
Ilustração 3 - Índice das manchetes da Seção “Em cima da hora”, de Folha Online, em 26/04/2010, 20h	55
Ilustração 4 - DSD história da comunidade	63
Ilustração 5 - DSD ponte	64
Ilustração 6 - Foto do dirigente comunista Klement Gottwald, em fev. 1948.....	81
Ilustração 7 - “A mesma foto”, quatro anos depois.....	81
Ilustração 8 - historioprodução	102
Ilustração 9 – Materialidades constitutivas da Montagem Discursiva.....	139
Ilustração 10 – DSD 1 – texto-áudio/sdr.....	142
Ilustração 11 – DSD 2 – montagem de textos	151
Ilustração 12 – DSD 3 – texto-vídeo comunidade de 15 pessoas.....	154
Ilustração 13 - Nuvens de palavras resultantes da montagem de textos (DSD 2) - elaborada no Wordle	156

SUMÁRIO

Extrodução	13
Introdução	20
Capítulo I	36
As palavras que não são coisas: sobre as formas e o real	36
1 Sobre a forma, o real, a materialidade.....	38
1.1 A forma das formas.....	41
1.2 Sobre a noção de forma material.....	47
1.3 Um <i>Photoshop</i> discursivo para as imagens.....	50
1.4 Os nomes, as relações de sentidos e o Domínio Semântico de Determinação ..	54
1.4.1 Domínio Semântico de Determinação – exemplos.....	58
1.4.2 Sob a aparência da substituibilidade.....	60
1.4.3 Reescritura, predicação e articulação.....	64
Capítulo II	68
Circulações-confronto: o político e as agitações nas filiações de sentido	68
2 Às bordas do político – o político em Rancière.....	69
2.1 As 10 teses sobre a política de Rancière.....	70
2.2 Político, política e polícia – dissenso.....	74
2.3 O político na AD.....	78
2.4 Produzir história sem (e com) <i>Photoshop</i>	81
2.5 <i>Eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem</i> – que assim seja, a Formação Discursiva.....	83
2.6 O invisível nos salta aos olhos - As novas demandas por sentidos.....	86
2.7 A filiação de sentidos.....	91
2.7.1 Redes, séries, deslocamentos – memória discursiva e produção de memória.....	100
2.8 A produção da história na era <i>Photoshop</i> – Historioprodução - um exemplo....	102
Capítulo III	105
Dessignificação e fraseologia da mundialização ou O que significa lembrar, esquecer e repetir?	105
3 Conjuntura da reflexão - fragmentos.....	106
3.1 Filiação e laços sociais.....	112
3.2 Forma material e registros discursivos contemporâneos.....	118
3.3 Princípios de constituição do corpus.....	124
3.4 Montagem discursiva.....	136
3.5 <i>Não vão parar de acontecer as coisas porque nós não temos palavras para elas</i> ou a fraseologia da mundialização.....	140
3.6 É favela, comunidade é pra inglês ver.....	143

Conclusão	164
Referências	167
Anexos	175
Anexo 1 – Montagem de textos comunidade – favela.....	176
Anexo 2 – Textos operações policiais comunidade – favela	182
Anexo 3 – Textos muros – favela	189
Anexo 4 – Vídeos favela – comunidade – incêndios	193

Extrodução*

Descaminhos:

laços pouco ternos da palavra –

Quando ela constrói, desconstruindo

* Adotamos, nesta tese, as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado em 1991 e vigente desde janeiro de 2009; entretanto, mantemos a grafia original das obras a que nos reportamos em citações, em respeito ao ano de publicação.

*Como poderia falar-lhes eu duma ilha desconhecida, se não a conheço, Mas tens a certeza de que ela existe, Tanta como a de ser tenebroso o mar, Neste momento, visto daqui, com aquela água cor de jade e o céu como um incêndio, de tenebroso não lhe encontro nada, É uma ilusão tua, também as ilhas às vezes parece que flutuam sobre as águas, e não é verdade, Que pensas fazer, se te falta a tripulação, Ainda não sei, Podíamos ficar a viver aqui, eu oferecia-me para lavar os barcos que vêm à doca, e tu, E eu, Tens com certeza um mester, um ofício, uma profissão, como agora se diz, Tenho, tive, terei se for preciso, mas quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver, Não o sabes, **Se não saís de ti, não chegas a saber quem és...**
(Saramago, *O conto da ilha desconhecida*)*

Jacques Rancière, em *Os nomes da história*, ao trilhar um caminho em que problematiza os modos de se fazer história, a partir de uma perspectiva de “dentro do ateliê” do historiador, o que ele chama de poética do saber, vai trazer à cena a tríade ciência - narratividade - política; relação esta que constitui um espaço onde convivem a desordem e o arbitrário, o rigor e as regularidades. Valemo-nos aqui desse embate que dá corpo, sobretudo, para nós, a certa estética do saber, colocando em questão o que venha a ser do âmbito da ciência, do ideológico e da criação/invenção/relato, que tanto condena quanto enaltece saberes sob as determinações de erudito, acadêmico, popular, etc. Tomamos essa problemática como ponto de partida nesta tese mediante a escolha pelo contar uma história, a qual chamamos de “memória de filiação”, amparando-nos na convicção de que:

As coisas seriam demasiado simples se pudesse dizer de toda história, segundo a expressão consagrada, que ela não é senão uma história. O próprio de uma história é poder sempre tanto ser quanto não ser uma história. As coisas seriam também muito simples se a certeza dos acontecimentos fosse de par com a dos sujeitos. Mas precisamente é sempre possível atribuir acontecimentos verídicos a sujeitos de ficção ou de substituição e acontecimentos incertos ou fictícios a sujeitos reais (RANCIÈRE, 1994, p. 9-10).

Este texto frutifica pela leitura capaz de movimentar ou mesmo mudar os modos de ver o mundo, como a de Machado de Assis e de José Saramago; o primeiro, pela meticulosidade em esmiuçar o que alguns chamam de “alma” humana em suas pequenezas, sutilezas, grandezas e limites; o segundo, pela verbosidade que desconstrói o sacro para fazê-lo ainda muito mais humano e belo, mas também feio, grotesco, escatológico, material, cru e terno, tudo ao mesmo tempo... Esses horizontes se cruzaram e ganharam sentidos que foram significando um modo de ver as coisas o qual ora nos ocupamos em enlaçar, via a subjetividade não

subjetivista da Análise de Discurso (AD)², que nos possibilitou tanto entretecer aqueles sentidos de vidas revividas em páginas de romances e que, por dizerem respeito a vidas, não adormecem nas páginas dos livros; quanto aqueles que emolduram o dia a dia, movimentando-se nos discursos cotidianos, na história em processo, do tempo presente, que não raro (senão sempre) remonta ao passado.

Deparamo-nos, assim, com o desafio e o risco da interpretação do que está em pleno devir. Tal virtuosidade que conjuga o científico, o histórico, o vivido nos fora apresentada de inopino no ano de 2004 em uma aula de Teorias do Discurso, ministrada pela orientadora deste estudo, professora Dr. Amanda Scherer. Na verdade, uma aula de Análise de Discurso, essa parente dissidente da Linguística, que sim, trabalha com língua, esta como materialidade do discurso e este tal como materialidade da ideologia.

Alterando um pouco a ordem e os nomes, mas ainda parafraseando Rancière³, quando o autor tematiza a configuração da nova história, podemos dizer que, no concerto entre os parentes pobres das Ciências da Linguagem, a AD⁴, em seu princípio, seria a prima mais pobre, a ovelha negra vilipendiada por seus parentes célebres que enunciam: “perdoem, porque (eles são analistas de discurso) eles não sabem o que fazem”⁵. A AD é assim, nesse quadro, uma Linguística do

² Cf. Pêcheux (1997, p. 131), na medida em que em AD não se parte de um sujeito sempre já dado, mas constituído mesmo via os processos discursivos que os dizeres engendram em uma conjuntura sócio-histórica específica.

³ “A nova história pertence a esta época e a esta configuração. E ela tem aí um lugar muito singular. No concerto dos parentes pobres da ciência, ela pareceria primeiro desempenhar o papel da prima mais pobre, devotada, malgrado todo seu aparelho estatístico, a todas as aproximações da língua natural, as confusões da opinião e as seduções da literatura. Se ela tem aí, no entanto, frequentemente o papel de porta-bandeira, isto não é em virtude só de seu peso social que lhe confere a antiguidade de sua instituição. Isto porque a radicalidade de sua miséria a conduziu a explorar mais radicalmente os poderes de que a língua dispõe para fazer ver a ciência e a literatura para operar sua própria supressão. Isto porque ela é estritamente mantida no espaço da hominímia da ciência e da não-ciência, porque ela conservou o nome dos contos que foram feitos para as crianças e da lenda comunitária que se ensina aos escolares, que a história pôde levar a bom termo a tarefa impossível de articular em um só discurso um triplo contrato um contrato científico que obriga a descobrir a ordem escondida sob a ordem aparente substituindo as correlações e os cálculos exatos de um processo complexo na escala dos níveis e das grandezas visíveis da política [...]” (RANCIÈRE, 1994, p. 16).

⁴ Remetemo-nos ao processo de disciplinarização/institucionalização das teorias/ciências da linguagem e/ou do discurso (especialmente a AD e a própria Linguística), que vão forjando e ocupando lugares nos espaços institucionais de produção/circulação do conhecimento, no âmbito brasileiro, conforme têm demonstrado os trabalhos de Scherer (2008, 2008a) e pares que integram suas pesquisas (Cervo; Dias; Mallmann; Martins et al. – trabalhos reunidos em: CERVO, Larissa Montagner (Org.). História das Ideias Linguísticas. **Fragmentum n. 20**. Jan./Mar. 2009. Santa Maria, RS: UFSM/PPGL/Laboratório Corpus).

⁵ Reportamo-nos aqui ao texto *Cinismo e objeto totalitário* de Slavoj Žižek (1990), quando o autor aborda a inversão de uma ingenuidade constitutiva da ideologia, representada pela proposição de

pobre, preocupada majoritariamente com os discursos de esquerda, uma demilinguística ou uma demi-história, segundo a provocação de Courtine, no Colóquio *Matérialités Discursives* (1980, p. 195). Aceitamos a provocação, situando-nos na Linguística do pobre, como problema de base, fundador dessa disciplina, na Linguística que pode inclusive pensar os problemas sociais, todavia, estes não tomados como objetos de estudo ou pano de fundo de uma concepção ao modo etiqueta Linguística de esquerda, mas compreendidos como irremediavelmente significados via linguagem, sendo esse o objeto sobre o qual nos debruçamos.

Esperamos que, ao término deste estudo, possamos afirmar com propriedade: para fazer AD, é preciso ser linguista e nunca deixar de sê-lo⁶, mas é preciso sair do escritório, da poeira do arquivo, dos muros da universidade – é mister trilhar outros caminhos – andar, ver, reparar, importar-se.

Pautando-nos nesse princípio e a fim de fazermos uma extrodução, de lançarmos nosso leitor para fora deste texto, mas precisamente onde ele começa, permitimo-nos um exercício narrativo que significa o que a partir daqui se segue: uma geografia de nomes e verbos que separam e vinculam: *casa, morar, bairro, vila, viver, existir*.

O ano é 1985, aquele da morte de Tancredo Neves, que seria o primeiro presidente civil do Brasil, eleito ainda pelo voto indireto. Foi decretado luto, não houve aula para os alunos de uma pequena escola da periferia de Uruguaiana (RS). Fato lamentado por uma menina de então 6 anos sob a qual a escola sempre exercera certo fascínio, como um “lugar de aprender”, de liberdade, de sonho, da diferença.

As imediações da escola eram ainda pastoris e povoadas por pequenas casas em processo de construção, singelas e/ou diminutas, muitas de um único cômodo. Dentre elas, mas em uma extensão de terra ainda não loteada, havia uma barraca muito grande de lona verde. Esse alojamento foi habitado durante alguns meses por uma família de oito pessoas que não conseguira mais honrar o

Marx, “disso eles não sabem, mas o fazem”, para a fórmula da razão cínica (cf. Peter Sloterdijk) “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem”. No caso a que nos referimos, perduraria hoje ainda certa condescendência irônica que reserva à AD um não lugar no seio das ciências da linguagem, cuja resposta que propomos é, não nos perdoem, nós, analistas de discursos, sabemos muito bem o que fazemos.

⁶ Courtine (1999, p. 18), em seu texto *O chapéu de Clémentis*, afirma que “para trabalhar com a categoria de discurso **é preciso ser linguista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo**”.

compromisso do aluguel, não raras vezes, cobrado à porta de uma pequena casa de madeira azul em um bairro próximo do centro da cidade. Essa família, de então 7 pessoas, partiu para esse terreno distante de quase tudo, onde era idealizada a construção de uma casa da qual se tinha somente a planta baixa, a morada seria agora não mais do que a barraca que tinha sido tomada por empréstimo em um quartel local.

Após alguns meses, e algumas chuvas intensas que os fizera despertar inesperadamente no meio de noites, desfazer seus leitos e aguardar em pé até que a água deixasse de invadir a tenda, a família mudou-se para uma casa ao lado, que se encontrara desocupada, gentilmente cedida sem qualquer ônus por um dos vizinhos.

Pouco tempo depois, uma moradia começou a ser erigida pelo chefe dessa família, que trabalhava para tanto nos finais de semana e após sua jornada de trabalho. Ela nunca fora concluída no intervalo de pouco mais de dois anos, período em que a família permanecera nesse endereço, mas pelo menos três cômodos lhes serviram de abrigo por esse tempo.

Um dos membros dessa família parte desse lugar e nunca mais retorna; saiu porque não gostava daquela vida, saiu para sonhar e plantou outros sonhos...

*A vida dessas pessoas toma outro rumo em cidade vizinha, de onde antes tinham saído em busca de novas oportunidades, as quais não foram encontradas. Nessa pequena cidade, uma moradia em loteamento popular vinha sendo paga mensalmente. Nela, foram realizadas uma série de pequenas modificações ao longo dos anos, dentre as quais a construção de uma estante embutida, de madeira compensada, com verso e anverso, cada um dos lados podendo ser utilizado individualmente nos dois quartos reservados aos filhos. No lado feminino da alta e larga estante, havia uma enciclopédia, vários dicionários, revistinhas destinadas ao público juvenil (**Nosso Amiguinho**), uma coleção de livros de contos infantis e alguns poucos clássicos da literatura nacional, revistas em quadrinhos (muitas), quase tudo adquirido de vendedores “de porta em porta” pelo casal que nunca frequentara uma escola, instituição inexistente à época no interior onde cresceram trabalhando. Por outro lado, neles crescera, quiçá, uma vontade de saber que não se aprende e não se ensina, se vive.*

O trabalhador que idealizara a aquisição dessa casa da COHAB, na cidade de Itaqui (RS), paga durante mais de 30 anos em parcelas módicas, quando da lavratura da escritura já tinha falecido, em 2005⁷, exatamente uma semana após sua aposentadoria e 35 anos de trabalho devidamente registrado em suas Carteiras de Trabalho.

O morar e o habitar, essas palavras que efetivaram laços sociais, de vida e também os desfizeram, significam o trajeto deste texto, o percurso pessoal da pesquisadora, mas e, sobretudo, de caminhada teórica.

É desse lugar que falamos. Do lugar que é não lugar, da busca pela morada “ideal”, pela segurança que um eventual “endereço” registrado em cartório possa dar aos sujeitos.

É em um outro lugar, onde nossa história de alguma maneira ressoa em sentidos fortes. Depois de vários anos, vamos encontrar histórias contadas por adolescentes que significam a existência de um lugar e as suas próprias, via o “morar”, o existir, do criar um lugar, de inventá-lo, porque ele, da perspectiva que tomamos, ele não estava lá, ele foi inventado, foi ocupado, foi forjado. Falamos a respeito de uma então antiga fazenda, em Santa Maria (RS), hoje, bairro Nova Santa Marta e de sujeitos que discursivizam esse lugar, tema ao qual nos dedicamos em nossa dissertação de mestrado (VARGAS, 2008).

É nessa fazenda que uma história de lutas por um lugar e por se significar é travada. Uma fazenda que fora ocupada em 1991 por famílias que ali resistiram em barracos de lona a inúmeras intempéries, tanto aquelas impostas pela natureza, quanto aquelas impingidas por pessoas.

Por essas razões que nos dedicamos a desenvolver um estudo sobre os nomes, nomes que se vinculam uns aos outros mediante um domínio semântico

⁷ Tomo a liberdade e o risco de valer-me de minha história pessoal para significar o trajeto deste estudo. Escolhi assumir esse risco por entendê-lo hoje como o único capaz de dar força e significar os gestos de interpretação que aqui empreendo. Tenho a convicção de que é a vida que determina a “consciência” e não há pedagogia militante que possa ensinar alguém a “estar no lugar do outro”, por outro lado, pela diferença e pelo descentramento, podemos chegar a “roçar” as bordas do real que nos é sempre inatingível. Essa reflexão encontra aporte em citação emblemática de Marx e Engels a que nos reportamos no capítulo II, item 2.7, muito embora com certo deslocamento de sentido (na esteira da compreensão de que a “determinação” está sujeita a deslocamentos, em face das diferentes modalidades de subjetivação descritas e retificadas por Pêcheux).

(discursivo) de determinação e que inventam, moldam sentidos, discursos e forjam existências.

O nome a que nos dedicamos especialmente é o “comunidade”. Ele é o horizonte que medeia nossa reflexão, uma vez que sua repetibilidade (VARGAS, 2008) nos alçou a outros horizontes de pesquisa, voltamos (sem retroceder) à palavra para pensar o discurso cotidiano em circulação, seja na cidade onde habitamos (Santa Maria, RS), seja em outros sítios, uma vez que essa palavra remonta ao pensamento de Rancière: há palavras em excesso, palavras que não designam nada senão precisamente alvos contra os quais elas armam o braço dos assassinos (RANCIÈRE, 1994, p. 27).

Introdução

*Quando o senhor, também conhecido como deus, se apercebeu de que adão e eva, perfeitos em tudo o que apresentavam à vista, não lhes saía uma palavra da boca nem emitiam ao menos um simples som primário que fosse, teve de ficar irritado consigo mesmo, uma vez que não havia mais ninguém no jardim do éden a quem pudesse responsabilizar pela gravíssima falta, quando os outros animais, produtos, todos eles, tal como os dois humanos, do faça-se divino, uns por meio de mugidos e rugidos, outros por roncões, chilreios, assobios e cacarejos, desfrutavam já de voz própria. Num acesso de ira, surpreendente em quem tudo poderia ter solucionado com outro rápido Fiat, correu para o casal e, um após o outro, enfiou-lhes a língua pela garganta abaixo...
(Saramago, Caim).*

A questão motriz deste trabalho é a língua. Esta de que falou Saramago, que nos torna sujeitos que podem (se) dizer e, dessa forma, adentrar o mundo simbólico que nos significa. Para nós, a língua é uma questão de existência (não aprioristicamente de ordem ontológica, mas, sobretudo, simbólica), de política, de luta por espaços de significação. Ela coloca em cena o que somos e mesmo o que não queremos ser, o que buscamos ser e ainda o que não sabemos poder ser. Trata-se de uma agitação de saberes, de filiações, de memórias que vão nos historicizando como “sujeitos de” e “sujeitos a” dizeres, pelos quais somos tomados e significados. Esse processo de subjetivação na e pela língua tem seu tom poético e terno, mas abarca igualmente uma dimensão que tolhe, discrimina, condena, uma vez que os saberes se presentificam em linguagem como produção material de sentidos sobre o mundo da vida. Esses sentidos se impregnam na língua, nas palavras que vão dessa forma tecendo e desfazendo laços, forjando relações e modos de ser.

Essa língua que se materializa em discursos e nos move é compreendida como materialidade linguístico-histórica, que entretence discursos que tomam sempre certas direções em face do processo ideológico de sua constituição. Os discursos são inapreensíveis enquanto objetos, eles não têm propriedade, de modo que não há um discurso “do” sujeito. São, pois, virtualidades que encontram na língua seu modo de realização. Língua e discurso são, assim, solidários, mas há um primado que para nós é envolvente e desafiador: as distintas formas da língua, a corporeidade do discurso, seja no papel, na tela, no muro, no corpo, na pedra, na areia... Tal dimensão nos leva a olhar, nesta tese, para “a palavra” como vínculo histórico inexorável que nos oferece vestígios de dizeres que estão em latência, são silenciados, são reditos com outras palavras que parecem ser as mesmas ou

querem parecer diferentes sendo as mesmas... porque são elas que estabelecem seu império, entretanto, não à revelia dos sujeitos, uma vez que sujeito e sentidos se constituem mutuamente.

No que concerne ao “mundo das palavras”, a frase *democrática*, a fraseologia contemporânea (PÊCHEUX, 1990 [1982]) atinge-nos em cheio. Aparentemente, os dizeres circulam descolados, alienados de sua formulação, impregnados de uma pretensa paz social que pode ser propalada com a virulência perversa do enunciado politicamente correto. Nesse quadro, nossa proposta é a da adoção “consciente” do princípio da imbecilidade de que nos falou Michel Pêcheux (idem). Ao adotá-lo, desde agora, nada sabemos sobre as palavras, só acreditaremos nelas e nos discursos a que elas se vinculam quando, em face do procedimento analítico possibilitado pela teoria materialista do sentido, pudermos ver seu funcionamento. Duvidando, vamos perscrutar, indagar os objetos simbólicos pelos porquês de eles se apresentarem de determinada forma e não doutra, imbuídos de nosso empenho teórico-metodológico em nos debruçar sobre um cenário brasileiro pródigo em exclusão para, assim, vermos como as palavras enlaçam domínios de saber, de memória, de determinação que tecem uma partilha para o real.

Imbuídos desses preceitos, **desenvolvemos um estudo em torno da questão da nomeação/designação, cujo exemplo mediador é a discursivização do nome comunidade, no que este implica o estabelecimento/afrouxamento ou mesmo a dissolução de laços sociais, que entretecem filiações de sentido, o ponto convergente do trabalho.** Dedicamo-nos, portanto, à historicização do nome comunidade, em suas diferentes formas de circulação no tempo presente, levando em conta uma perspectiva em que a história não é um pressuposto, mas uma demanda por sentidos/interpretação que vai constituir sujeito e sentidos de modo indissociável. Nosso interesse está, portanto, na discursivização de comunidade, a ser problematizada no âmbito da disciplina Análise de Discurso, relativamente à temática da **filiação de sentidos**, de estabelecimento de lugares discursivos e sociais para os sujeitos em cenários contemporâneos.

Adotada como dispositivo de arquivo para pensarmos a questão da nomeação/designação, comunidade apresenta-se em ampla circulação no cenário

atual, em tempos ditos de fluidez⁸, seja de um ponto de vista em que aparentemente não se filia a nada ou a ninguém, a exemplo das redes sociais virtuais (como Orkut, Facebook, MSN-Messenger, etc.) com suas comunidades de afinidades efêmeras, seja daquele em que recobre e silencia histórias de litígios, como ocorre em comunidades oriundas de ocupações nos limites do urbano (VARGAS, 2008) e que hoje, muitas vezes, tomam as feições de grandes favelas ou espaços de superpopulação periférica nas grandes cidades. Por conseguinte, queremos problematizar do que se fala e de quem se fala quando se diz comunidade e como essa discursivização funciona politicamente.

Pontualmente, temos como elementos fundamentais em nossa reflexão:

O estudo da designação/nomeação em um horizonte teórico-analítico, em especial, baseando-nos nas pesquisas do semanticista Eduardo Guimarães (2003, 2005, 2007) e de seus pares.

A problemática do discurso na contemporaneidade, da produção de subjetividades nas sociedades em tempos etéreos, reportando-nos às recentes reflexões de Eni Orlandi (2001, 2003, 2004a, 2005, 2005a, 2006, 2008, 2010), notadamente, no que se refere ao tema subjetividade em suas implicações simbólicas, isto é, de produção material de sentidos. Nesse aspecto, consideramos como fundamental colocar em pauta os modos de circulação dos objetos simbólicos, fato que tomamos como preponderante para as formas pelas quais temos acesso hoje aos sentidos, em face da fecundidade de seus meios, de profusão em ampla escala de uma memória produzida tecnicamente.

Nosso objetivo é empreender um estudo a propósito do funcionamento discursivo de um nome, visando a explorar a questão da **filiação de sentidos**, na medida em que esta presentifica a problemática dos **laços sociais**, ou seja, vínculos que instituem saberes, domínios, lugares – pertencimento; conjuntura esta a ser complexificada via análise da palavra, de seu Domínio Semântico de Determinação (DSD). Para refletirmos a esse respeito, fazemo-lo a partir de uma posição em que o lugar é determinante, é uma estrutura simbólica que abarca a questão do pertencer, do filiar-se a, e permite problematizar domínios e fronteiras, uma vez que, ao mesmo

⁸ O título original de nosso projeto de tese é “Língua em tempos de fluidez”.

tempo em que um lugar estrutura, ele (des)estrutura, reparte, impõe limites (cf. SCHERER, 2008) aos laços sociais.

De um modo mais abrangente, nossa reflexão vincula-se aos preceitos pecheutianos enquanto estes fundamentam uma teoria materialista dos sentidos, e tomamos a noção de **político** (RANCIÈRE, 1996, 1998, 2009) como norteadora da reflexão, a qual nos possibilita pensar a divisão do sensível, a partilha do real – os lugares.

A fim de observarmos o funcionamento de um nome, selecionamos exemplares de discursos em circulação, especialmente na rede mundial de computadores, que são recortados segundo a perspectiva da divisão de sentidos, operada via político, notadamente, por meio de nomes que constituem o processo de designação de comunidade, cindindo espaços sociais. A rede mundial de computadores é concebida por nós como observatório privilegiado no que concerne aos modos de circulação dos discursos no tempo presente, na medida em que eles adentram a rede porque já têm certo funcionamento e circulação, pelo menos no que tange aos discursos que visam a atingir um grande público.

Sobretudo, nossa proposta é ilustrar como os nomes emolduram pertencimento e filiações, trazendo à tona a divisão de sentidos que compreendemos como política e, por conseguinte, contraditória, ou seja, o político põe em questão de modo inapelável a “distribuição de desigualdades e a afirmação de pertencimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 15).

Antecedentes

Discurso de mobilização social: luta – ponte – comunidade

Este trabalho de tese tem como referência nosso estudo de mestrado intitulado *Ponte para o devir: Um trajeto por entre saberes discursivos* (VARGAS, 2008), em que analisamos o discurso de mobilização social em uma comunidade originada de ocupações na cidade de Santa Maria (RS), denominada Nova Santa Marta. O corpus de análise foi constituído especialmente por textos produzidos por adolescentes, alunos da primeira escola a se estabelecer na comunidade e que, em sua maioria, praticam a historicidade desse lugar desde seus primórdios.

Nessa pesquisa, observamos o entrecruzamento de saberes discursivos constitutivos dos dizeres dos alunos, das repetibilidades inscritas nas produções de linguagem de adolescentes que, no mínimo, são confrontados pelas seguintes instâncias de produção de sentidos:

a) o discurso religioso, atrelado a um projeto-social-escola de inspiração cristã libertária do qual se sentem parte e que, por sua vez, funciona como elemento fundamental na comunidade, cuja história constitui suas histórias de vida;

b) o discurso reivindicatório vinculado ao movimento social inaugural da comunidade (o MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia), que liderou muitas das ocupações, e

c) discursos presentificados nas figuras de inúmeros líderes comunitários que se instalaram em uma área de latifúndio, que foi ocupação, virou assentamento e, após 15 anos de incontáveis manifestações populares, passou a figurar no mapa da cidade como um dos bairros mais populosos.

A designação do lugar “Comunidade Nova Santa Marta” se instalara bem antes de o nome encontrar sua formulação política (administrativa), na organização urbana. Entre outras questões, tal análise nos levou a buscar um aprofundamento a propósito da questão da designação/da nomeação, levando em conta a repetibilidade preponderante em um dos grupos de textos analisados, em que o nome “ponte” aparecia vinculado a uma prática simbólica de sentidos entretecida pelo saber-se quem, pois, ao repetirem “ponte”, os adolescentes não o faziam sem antes se interporem (eu fiz, nós fizemos, nós protestamos...), na medida em que a história do nome – (da) **comunidade** – se com-fundia a deles próprios, o que nos leva hoje a indagar seu funcionamento em outras materialidades.

Tendo em conta esse trajeto, as questões que serão mobilizadas nesta tese podem ser representadas em caráter esquemático, da seguinte forma:

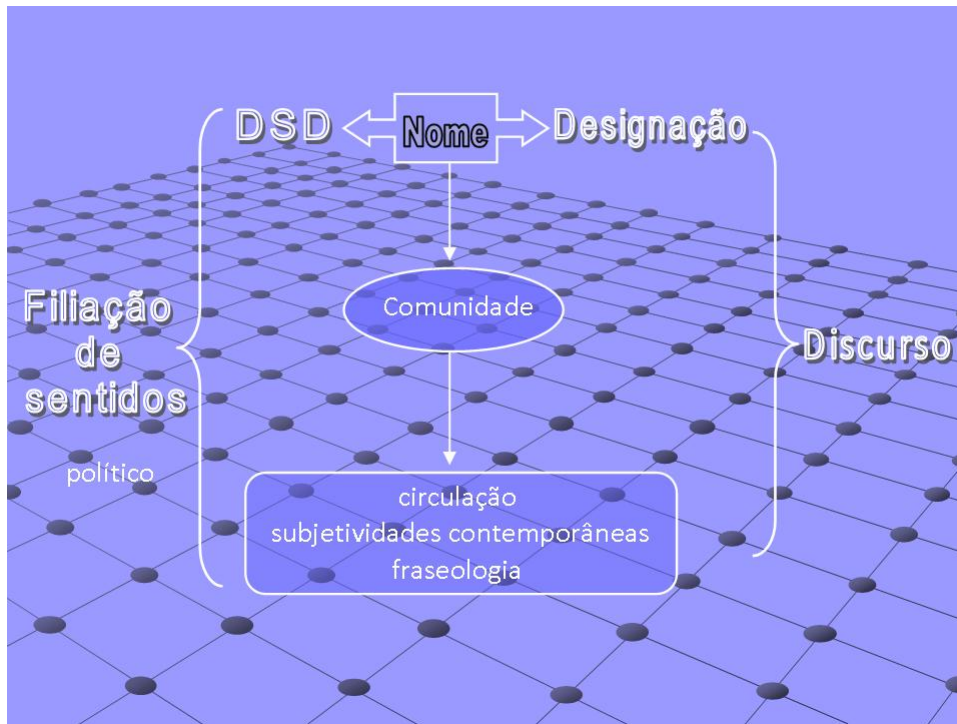


Ilustração 1 - Representação das questões mobilizadas na tese

Conforme ilustramos, nossa problemática de pesquisa é a questão da **filiação de sentidos**, pensada em sua dimensão político-simbólica, e mais pontualmente trazendo para a reflexão a noção de político desenvolvida por Rancière, pois esta nos possibilita mobilizar a questão do irrealizado, do não significado que se instaura forjando outros espaços de sentido, partilhando, ou antes, dividindo o sensível, o real, mediante um desacordo sobre os sentidos já instaurados.

Para tanto, adotamos como **unidade de estudo o nome**, cujo exemplo fundamental é “comunidade”, como forma de dar visibilidade ao escopo discursivo a que nos reportamos, isto é, processos de efetivação, diluição de laços sociais que constituem **filiações de sentido**. Por conseguinte, o **objeto de análise é o discurso**, que, por sua vez, encontra distintas formas de textualização. Tomamos partido dessa dispersão, buscando como aporte o nome, mediante as relações de sentido que a partir dele dão visibilidade ao acontecimento de um dizer. O nome é, assim, o eixo em que nos situamos para não nos perdermos nessa profusão.

Assim, vale sublinhar que, se a unidade de trabalho recortada é o nome, nosso lugar de observação de seu funcionamento são os discursos. De um lado, como discurso, do ponto de vista da representação material, estamos concebendo

unidades de sentido, sequências, imagens, sons, enunciados, textos, observados em suas relações, articulações linguístico-discursivas pertinentes à historicização do dizer em questão, no tocante ao jogo de filiações. De outro, a noção de discurso a que nos reportamos é aquela desenvolvida por Pêcheux, isto é, efeitos de sentido entre sujeitos. Efeitos de sentido que compreendem a constituição histórico-material dos sujeitos e dos sentidos.

Convém ainda destacarmos que a língua é a materialidade dos discursos e estes a materialidade da ideologia (cf. PÊCHEUX & FUCHS, 1975; ORLANDI, 2004). Desse modo, levamos em conta a **noção de texto** desenvolvida por Orlandi (2004, p. 59), que contempla diferentes materialidades, dado seu caráter heterogêneo, no que diz respeito: à natureza dos diferentes materiais simbólicos: imagem, grafia, som, etc.; à natureza das linguagens: oral, escrita, científica, literária, narrativa, descritiva, etc.; às posições sujeito e às diferentes Formações Discursivas (FDs) que podem transitar em um texto.

É a partir dessa heterogeneidade que consideramos os discursos em circulação no tempo presente. Ao nos referirmos a “tempo presente” e seus variantes (contemporaneidade, tempos de fluidez, etc.), entendemos como subjacente a historicização, isto é, o processo de discursivização que inscreve o dizer na história e, em esta sendo do tempo presente, não o é sem relação a uma memória do dizer, ao interdiscurso que é presentificado via acontecimento, o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, tal como definiu Pêcheux (1990 [1983]).

Nesse sentido, podemos ainda nos reportar às considerações de Guimarães (1999), no que tange à textualidade, e uma análise com referência a um tempo presente. De acordo com o autor, tal tempo não é uma situação empírica, uma situação contemporânea dos objetos de sentido, mas diz respeito à memória, ao interdiscurso que fazem funcionar a língua em um presente, “fora da situação presente”. É, portanto, dessa maneira que concebemos tempo presente, inscrito na história.

O modo que escolhemos para pensar esse tempo, enquanto dividido, é o nome comunidade. Entretanto, **este não é um estudo sobre a palavra comunidade**. Valemo-nos dela como nomeação capaz de trazer à cena uma

problemática de nossos dias, isto é, o jogo de filiações, a divisão do sensível que se opera mediante processos de designação.

Ao tomarmos o nome em sua articulação com outras palavras, visando ao processo discursivo, a relação que se estabelece não é de nível hierárquico, nem de passagem, da palavra ao texto, do texto ao discurso. Antes se trata de como concebemos texto e discurso, conforme mencionamos acima, noções que estão articuladas ao escopo da de forma material (ORLANDI, 1995; 2007), ou seja, entendidas como práticas simbólicas de produção de sentidos.

No que concerne ao discurso, estaremos nos referindo a palavras em seu aspecto mais geral no âmbito da língua portuguesa (10 classes de palavras), considerando-as, enquanto unidades de trabalho, na medida em que estruturam/historicizam um processo de nomeação e, por essa via, uma designação, um nome tomado da história, como estatui Guimarães (2002), a ser pensado sempre mediante relações, e “a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Ou seja, só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra a outra palavra” (GUIMARÃES, 2007, p. 77).

Desde então, pareceu-nos adequado estabelecer algumas distinções no tocante à relação entre objeto de estudo e objeto de análise e, mais precisamente, entre palavra e nome.

Benveniste é um dos autores que se interessa pelo caráter polissêmico e mesmo controverso que o termo palavra pode vir a acarretar. É quando distingue e trata como fundamental o estabelecimento de níveis de análise, no que diz respeito à escolha do objeto de estudo, o que não o é sem consequências para o tratamento de tal objeto, seja o fonema, o morfema, a palavra [signo], a frase, o texto, o discurso. Por outro lado, considera uma condição de modo preponderante: “O *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status lingüístico” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 130)⁹ ou ainda, “o sentido de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (p. 136). Dessa forma, o autor opta pelo termo “palavra” para se reportar aos signos de modo geral, pois ela pode “definir-se

⁹ Itálico no texto.

como a menor *unidade livre suscetível*¹⁰ de efetuar uma frase, e de ser ela mesma efetuada por fonemas” (p. 132).

A título de exemplificação da problemática em torno do verbete “palavra” podemos no referir, por exemplo, ao **Dicionário de lingüística** (DUBOIS et al.), onde encontramos sublinhada a falta de rigor que ele congrega:

Palavra [fr. mot] 1. Em lingüística tradicional, a *palavra* é um elemento lingüístico significativo composto de um ou mais fonemas [...] Tal concepção encontra **diversas reservas** [...] 2. Em lingüística estrutural, a noção de ***palavra é freqüentemente evitada em virtude de sua falta de rigor***. a) Ela intervém, ainda, numa oposição *termo vs. palavra*. ‘Termo’ designa, aqui, o emprego monossêmico (que possui uma significação única) [...]. ‘Palavra’ designará, nessa oposição a unidade léxica do vocabulário geral, essencialmente polissêmico (suscetível de significações variadas). b) Encontra-se igualmente a noção de palavra numa oposição *palavra vs. vocábulo*. Para a estatística léxica, a palavra é a unidade de texto inscrita entre dois brancos gráficos [em *depuis que*, teríamos duas palavras; em *dès lorsque*, três?] [...] 3. **O termo *palavra*, por sua falta de rigor, é banido** em proveito da pesquisa de unidades significativas mínimas [...] (DUBOIS et al., 2006 [1978], p. 449-451)¹¹.

Nessa perspectiva, Ferreira (2009), em sua tese, na qual concebe como unidade de trabalho o nome “lingüística” e sua relação com outros nomes atribuídos às ciências da linguagem, no contexto institucional da Unicamp, redimensiona a tensão entre nome e palavra:

No percurso das reflexões e análises empreendidas nesta tese, em diversos momentos surgiu a dúvida: **esta palavra aqui é palavra ou é nome também? Quando esta palavra passa a nome? Quando este nome é só palavra?** Quanto ao ‘quando’, logo me dei conta de que ele não é localizável empiricamente, não é datável, mas construído discursivamente através de possibilidades de significação de determinadas palavras como nomes e de nomes como palavras, na história. Concluí, através disto, que palavra e nome são constitutivamente misturáveis e me pareceu impossível tentar compreender o funcionamento desta mistura. **Trabalhar com o nome palavra ao lado da palavra nome é aceitar o jogo de suas contradições** [...] (FERREIRA, 2009, p. 217-218).¹²

¹⁰ Benveniste (2005 [1966], p. 132, itálico nosso) faz uma distinção entre palavras autônomas, isto é, aquelas que funcionam como constituintes de frases e são a grande maioria e as palavras sin-nomas que entram em frases acrescentadas de outras. No âmbito dos estudos morfológicos, essa distinção é tomada em termos de palavras lexicais (aquelas que se referem a algo no mundo) e palavras gramaticais (servem para estabelecer relações).

¹¹ Grifos no texto, negritos nossos.

¹² Negritos nossos.

Diante dessa tensão, de nossa parte, **consideraremos uma palavra como nome, a partir da relação de nomeação, de referência e de designação que o acontecimento do dizer que ela entretece vier a indicar**, de modo que não é possível de se fazer *a priori* uma classificação, em especial, se considerarmos que as palavras lexicais em que os nomes se situam apresentam um inventário aberto, segundo as funções que vierem a assumir em determinadas estruturas linguísticas. Por conseguinte, entendemos que o funcionamento, nesse caso, o processo de nomeação, é o que nos indicará caminhos para uma compreensão a despeito de classificações precedentes à análise.

Para exemplificarmos os efeitos políticos de uma nomeação, podemos nos reportar ao trabalho de Salih Akin (1999), que analisa os efeitos políticos da circulação do nome *sans-papiers*, em cinco jornais franceses no período de seis meses, no ano de 1996. De acordo com o autor, essa nomeação pode ser entendida como um:

Acte social de portée considérable, la nomination de ce secteur du réel ne se traduit pas seulement par l'attribution des noms à un groupe humain: elle apparait aussi comme un moyen de catégorisation sociale de ce groupe projetant à chaque fois un traitement spécifique conditionné par notre perception/compréhension du réel (AKIN, 1999, p. 59).

Para esse autor, a nomeação é uma forma de compreensão do real, de dividi-lo. Assim, a análise que ele encampa dá conta de uma mudança de funcionamento discursivo, presentificada pela nomeação *sans-papiers*, que vai então designar aqueles sujeitos que outrora eram nomeados como clandestinos, ilegais, estrangeiros em situação irregular etc., expressão que passa a circular amplamente após as leis chamadas *Pasqua* serem colocadas em prática, em 1994. Essas leis impõem uma série de restrições para obtenção/renovação de um título de estadia naquele país e resultam ainda em numerosas manifestações sociais (greves de fome e ocupações, por exemplo) por parte de populações que são então colocadas em situação de existência precária, muitas das quais passam de imigrantes “com papéis” para a condição de “sem papéis”.

Ao analisar essa nomeação, Akin vai dar especial atenção à preposição “sem”, compreendida como “operador antonímico” que, nesse caso, não tem um funcionamento regido pelo seu contrário, “com”, uma vez que este último conduz a uma pressuposição de normalidade. É interessante observar o que o autor chama

de autonomização de *sans-papiers* que passa de um qualificativo a um nome, capaz de categorizar textos em circulação. Para o pesquisador, essa autonomização máxima da nomeação resulta na criação do que ele chama de “valores positivos” em torno do nome [e da preposição] de tal modo que, em certa medida, segundo ele, se torna “símbolo de um combate em favor de uma melhor integração das populações imigrantes na sociedade francesa” (p. 65)¹³ a ponto de vir a constituir uma espécie de “campo semântico” [*un paradigme syntagmatique*] em seu entorno.

É interessante remarcar as conclusões a que o autor chega. Para ele, “*sans-papiers*” é uma denominação integrativa e generalizante que valoriza, em certa medida, o objeto que designa, e apesar de sua origem estrangeira e da falta de autorização de estadia, os referentes não são etnizados, mas considerados “*comme faisant partie de la communauté nationale*”¹⁴. Além disso, para Akin, a difusão de expressões antecidas por sem (sem teto, sem trabalho, sem diploma, etc.) resulta em uma focalização dessa preposição que se investe de um valor integrativo e se torna assim símbolo de um projeto de luta contra a exclusão (cf. AKIN, p. 73).

A despeito da ampla circulação da nomeação *sans-papiers* e suas análogas, de nossa parte, pensamos que ela não tenha tamanho valor integrativo ou positivo, a considerar os desdobramentos que a questão da imigração está sempre a colocar em pauta naquele país e especialmente o fato de que uma nomeação funciona também [interdiscursivamente] pelos/com seus contrários, ela aparta.

Guardadas as diferenças, podemos dizer, inicialmente, que a designação “comunidade” traz algumas ressonâncias do funcionamento descrito por Akin, pelo fato de que tem contornos de uma “designação social” que ganha visibilidade em contextos de exclusão específicos, ressaltando que: “Nomear é [...] distinguir. A designação de um nome é sua significação enquanto uma relação deste nome com outros e com o mundo recortado historicamente pelo nome” (GUIMARÃES, 2003, p. 21).

Entretanto, pensamos que os processos (deriva, reescritura, deslocamento, apagamento) que levam de um a outro nome (de favela para comunidade, por exemplo) se dão de forma contraditória, não casuística, em que a “nova” nomeação colocada em funcionamento carrega a história a qual se opõe, não de forma

¹³ Tradução nossa.

¹⁴ Como fazendo parte da comunidade nacional.

negativa, mas muitas vezes para silenciá-la, para “eufemizá-la”, para dirimir um processo histórico de embate por sentidos que continua a funcionar ainda que um outro nome seja colocado sob a aparência da substituíbilidade, uma vez que reescrever um nome é expô-lo ao real que lhe constitui, “exposição ao acontecimento, efeito do presente sobre a memória” (GUIMARÃES, 1999). É essa hipótese com a qual trabalharemos, ao esteio do que Pêcheux formulou como “nova fraseologia”, tema em que nos deteremos no capítulo II deste trabalho.

Ao nos reportarmos a esse exemplo de análise no que concerne à nomeação (AKIN, 1999), é relevante sublinharmos que os exemplos com os quais trabalharemos ao longo deste estudo, contemplam nosso processo de compreensão/escritura/trabalho relativamente a noções que estão enlaçadas pela questão da filiação de sentidos aliada a do político e das novas materialidades em circulação no tempo presente, isto é, guardam relação com o escopo de nosso trabalho, ainda que nem todos os exemplares de discursos a que nos reportamos ou analisamos tenham como fundamento a nomeação comunidade, que é tomada como exemplo norteador, mas não o único.

Do ponto de vista estrutural, as questões supracitadas apresentam-se organizadas em nosso trabalho da seguinte forma:

No capítulo I, intitulado **As palavras que não são coisas: sobre as formas e o real**, abordamos as questões teóricas pertinentes à temática da nomeação que fundamentarão as análises. Assim, exploramos, especialmente, a noção de forma material (ORLANDI, 1995, 2007), pois ela situa nossa reflexão em uma posição materialista histórica que nos permite pensar o nome enquanto processo material de produção de sentidos. No mesmo capítulo, investigamos a categoria Domínio Semântico de Determinação (GUIMARÃES, 2003, 2005, 2005a, 2007), ao passo que tal categoria medeia análises de nomes que constituem um processo de designação. Assim, buscamos estudar o funcionamento dessa noção, tomada aqui como **conceito analítico** fundamental. Para tanto, valemo-nos de exemplares de discursos que, todavia, não integram propriamente o corpus da pesquisa, porém ilustram e presentificam a problemática em alguns aspectos, tais como a relevância da temporalidade da enunciação, seu acontecimento (exemplos 1, 2 e quadro 1) e sua relação inexorável à historicidade que remonta (exemplos 3 e 4), sublinhando dessa forma a produtividade do conceito.

Na sequência, com o objetivo de compreender como os nomes (analisados via DSD) podem vir a estabelecer laços e, por conseguinte corporificar a questão da filiação de sentidos, encaminhamo-nos para uma reflexão que diz respeito ao que “não está dito”, mas que circula e produz efeitos ou mesmo o que circula sob a aparência do “todo mundo sabe”, dizeres que podem ser analisados via as noções de impossível, do não significado (PÊCHEUX, 1990 [1982]), com referência a modos de circulação de discursos na contemporaneidade, o que toma forma analítica no terceiro capítulo.

No capítulo II, que nomeamos **Circulações-confronto: o político e as agitações nas filiações de sentido**, abordamos o modo como a noção de político pode ser compreendida à luz de Rancière e, de outro lado, como esta vem sendo explorada em AD, por Orlandi. A partir das contribuições desses dois autores, tecemos nossa leitura a respeito de como o político é por nos compreendido, ao passo que o consideramos basilar o entendimento do político tanto em sua dimensão constitutiva dos discursos, quanto em seu aspecto revolucionário, de transformação, levando em conta fundamentalmente o fato de que quando mencionamos “político”, não tratamos (necessariamente) de discursos políticos.

Vinculamos a questão supramencionada ao modo como os diferentes objetos simbólicos circulam na contemporaneidade, isto é, não raro, apresentando-se como desvinculados, desfiliaados, etéreos em face da mundialização dos sentidos. Reportamo-nos nesse último aspecto a como Pêcheux tratou da problemática das “circulações-confronto”, em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, considerando, nesse cenário, a maneira pela qual as novas tecnologias de linguagem intervêm nos processos de produção/circulação de sentidos e quais as consequências analítico-teóricas que daí advêm para as noções de filiação de sentidos em sua relação com a de FD.

Tal como procedemos no primeiro capítulo, as materialidades discursivas (ilustrações 6, 7 e 8) que são apresentadas nessa parte da tese têm por finalidade exemplificar possibilidades analíticas para as noções abordadas e exploradas no procedimento analítico propriamente dito (capítulo III); desse modo, tais exemplares de discurso de não integram o corpus deste estudo.

No capítulo III, que tem por título **Dessignificação e fraseologia da mundialização ou O que significa lembrar, esquecer e repetir?**, procedemos a análise do nome comunidade. Selecionamos como corpus materialidades em áudio,

vídeo, texto e imagens, concebidas discursivamente, a partir das quais formulamos os DSDs relativos ao processo analítico, colocando em causa a divisão do sensível, o político, a filiação.

Todos os elementos do corpus concernem à circulação contemporânea da palavra comunidade, constituindo uma **montagem discursiva** (ORLANDI, 1999; 2006a), [doravante MD], para elaboração da qual tomamos como princípio uma Sequência Discursiva de Referência [sdr], COURTINE, 2009 [1981]). Escolhemos diferentes materialidades discursivas em torno do discurso sobre comunidade, especialmente aquelas disponíveis na Web, a fim de visibilizar o funcionamento de uma repetibilidade (“todos sabem” que se deveria “trocar” favela por comunidade) que em nossa hipótese vai se prestar a diferentes finalidades discursivas, seja em torno de uma imagem positiva de uma comunidade e de seus sujeitos, seja da inversão dessa mesma imagem, dotando a palavra de um aspecto intercambiável notório.

Vale salientar que essa dispersão que compõe a MD se justifica em face da questão colocada, isto é, problematizaremos a repetibilidade em diferentes modos de circulação (rádio, TV, impresso – disponibilizados na Internet) de forma que consideramos fundamental atentar para as distintas maneiras de profusão de um “mesmo” discurso, de uma “mesma” palavra, em diferentes dispositivos, contudo.

A composição da MD visa a nos permitir formular tanto uma noção de corpus baseada nesse gesto metodológico, quanto um modo de compreensão das noções de designificação (ORLANDI, 2002), considerada a dispersão (MD – fraseologia) de dizeres no tempo presente.

Por fim, os capítulos I, II e III compreendem uma unidade que visa a discutir a questão da filiação de sentidos considerada sob três aspectos:

1) observada em relação à designação, via processo de constituição de um DSD, concebido como **conceito analítico** heurístico (a partir de uma posição enunciativo-discursiva – a Semântica do Acontecimento – GUIMARÃES, 2005);

2) examinada no tocante ao político, tendo-se em conta que as formas de circulação contemporâneas põem em causa a filiação, na medida em que as novas TICs colocam em funcionamento uma memória metálica, portanto, não discursiva, que entretanto forja uma versão de historicidade, ou como diremos, uma

historioprodução (cf. capítulo II), e reclama uma forma material, esta que é linguístico-histórica e revestida do político, este que dita as divisões, as cisões que se operam discursivamente. Por conseguinte, o **conceito metodológico** com o qual operamos é o de discurso;

3) pensada na injunção entre o funcionamento da designação em sua dimensão política e os modos de circulação contemporâneos da palavra comunidade - que põe em relevância as questões supra.

Dito de outra forma, os três capítulos contemplam uma reflexão sobre a designação em face de uma aparente crise de filiações, posta em visibilidade por diferentes materialidades discursivas e, nesse caso, de uma mesma forma linguística – a palavra comunidade, que é problematizada em sua dimensão política.

Do ponto de vista metodológico, na medida em operamos com distintas materialidades discursivas, tecemos, no capítulo III, considerações que julgamos pertinentes no que se refere à constituição de um corpus, tendo em vista que nesta pesquisa trabalhamos com uma amostragem recolhida via um gesto de interpretação no tocante à profusão de um discurso (MD concernente à circulação da palavra comunidade) que nos serve de exemplo fundamental para colocar em discussão a questão teórica de que nos ocupamos – a filiação de sentidos.

Importa ainda sublinhar ainda que, no âmbito institucional, esta tese vincula-se à Linha de Pesquisa *Língua, sujeito e história*, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria; e foi desenvolvida no contexto do Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem – Corpus, contando com o fomento da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Capítulo I

As palavras que não são coisas:

Sobre as formas e o real

*Sabes o que é aquilo, Sei, li alguma coisa em tempos, respondeu Marçal, E também sabes que o que ali está, sendo o que é, não tem realidade, não pode ser real, Sei, e contudo eu toquei com esta mão na testa de uma daquelas mulheres, não foi uma ilusão, não foi um sonho, se agora lá voltasse iria encontrar os mesmos três homens e as mesmas três mulheres, as mesmas cordas a atá-los, o mesmo banco de pedra, a mesma parede em frente, Se não são os outros, uma vez que eles não existiram, quem são estes, perguntou Marçal, Não sei, mas depois de os ver **fiquei a pensar que talvez o que realmente não exista seja aquilo a que damos o nome de não existência** (Saramago, A Caverna).*

Neste primeiro capítulo, propomos um gesto de interpretação sobre a questão dos nomes, levando em conta precipuamente a maneira pela qual eles nos possibilitam discursivizar o real, isto é, por meio da forma linguístico-história (material) que eles corporificam, explorando, por fim, a noção de Domínio Semântico de Determinação (DSD) em uma perspectiva enunciativo-discursiva a fim de que esta venha a subsidiar o trabalho analítico que empreenderemos no capítulo III.

O interesse pelos nomes remonta a tempos imemoráveis. A despeito disso, os enfoques e o tratamento os quais eles podem receber são dos mais diversos e não constituem um “consenso”.

Ao nos filiar a uma abordagem que contempla o dissenso, (*la méésentente*, de Rancière), partimos do princípio de que toda ideia de consenso dissolve inapelavelmente a diferença constitutiva de uma sociedade cujo modo de representação simbólica se dá pelos discursos. Em face disso, propomos uma reflexão que se situa em um tempo entrecortado por uma historicidade, uma vez que empreendemos um *gesto de interpretação*.

Por conseguinte, não visamos a elaborar uma retrospectiva histórica a propósito da questão dos nomes, mas explorarmos dela alguns aspectos que se fazem fundamentais para este estudo, na medida em que contemplam um perguntar que enlaça a problemática da produção de um conhecimento sobre as coisas no mundo - que o constitui simbólico-discursivamente. Além disso, no que tange à noção de gesto, debruçamo-nos sobre a compreensão de Orlandi (2004) para entendê-lo como gesto de interpretação, no âmbito do simbólico, prática linguístico-histórica que, no entanto, não é de compreensão/interpretação/descrição de um

texto, mas de explicitação de seus processos de significação, sua historicidade. Em última instância, a noção concerne a um interpretar a interpretação que se imprime em um texto, enquanto materialidade de um discurso.

1 Sobre a forma, o real, a materialidade

Desde o período clássico da Grécia Antiga, a questão da correlação nome-coisa não sugere um consenso.

Platão (427-347 a.C. [1988])¹⁵, no diálogo *Crátilo*, cujos interlocutores são Sócrates, Hermógenes e Crátilo, levanta a problemática da natureza dos nomes, compreendida a partir de uma perspectiva segundo a qual esta não se deve nem à natureza, nem à convenção, mas às coisas, elas mesmas. As referidas hipóteses são amplamente discutidas, complexificadas, uma vez que, de um lado, Hermógenes postula o argumento de que os nomes das coisas são atribuídos por convenção; Sócrates considera que tal argumento em favor da arbitrariedade problemático, pois põe em jogo o fato de que bastaria dizer algo para que isso tornasse verdade o que invalidaria a possibilidade do conhecimento das coisas pela linguagem; por seu turno, Crátilo argumenta em favor de uma relação natural entre nome-coisa (via etimologia).

Tanto Crátilo quanto Hermógenes, embora de modos diferentes, alegam a justeza dos nomes em relação às coisas, seja por convenção, seja por natureza.

Argumento de Crátilo:

Hermógenes – Sócrates, o nosso Crátilo sustenta que **cada coisa tem por natureza um nome apropriado** e que não se trata da denominação que alguns convencionaram dar-lhes [...] mas que, por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo [...] (p. 102).¹⁶

Argumento de Hermógenes:

já conversei várias vezes a esse respeito tanto com ele [Crátilo] como com outras pessoas, sem que chegasse a convencer-me de que **a justeza dos nomes se baseia em outra coisa que não seja convenção e acordo**. Para mim, seja qual for o nome que se dê a uma determinada coisa, esse é o seu nome certo [...] **Nenhum nome é dado por natureza a qualquer**

¹⁵ Nas citações seguintes que se referem a essa obra, utilizaremos somente o número das respectivas páginas.

¹⁶ Negrito nosso.

coisa, mas pela lei e o costume dos que se habituaram a chamá-la dessa maneira (p. 103).¹⁷

Ambos os argumentos são problematizados, tanto para se colocar em questão quem teria primeiro convencido o nome mais adequado a algo (uma divindade, o primeiro legislador, o fazedor de nomes...), como também para pôr em causa a pretensa relação natural entre os nomes e as coisas, via significação, de forma que o método etimológico é testado em exaustão, por vezes de forma jocosa, expondo sua ambiguidade e imprecisão, uma vez que por vezes pode tanto sugerir a ideia de movimento quanto de repouso.¹⁸

Crátilo, por sua vez, defende que conhecemos o mundo, as coisas pelas palavras; seria por meio delas que teríamos acesso às coisas no mundo, o nome seria, assim, igual à coisa, em razão de sua justeza, semelhança com o que representa (imitação semelhante):

Crátilo – sou de parecer, Sócrates, que os nomes instruem, sendo-nos lícito afirmar com toda a simplicidade **que quem conhece as palavras conhece também as coisas** (p. 170).¹⁹

Sócrates, em sua função de mediador e, ao mesmo tempo, daquele que testa a validade dos argumentos de seus interlocutores, vai questionar Crátilo, inquirindo-o sobre o fato de que, se conhecer o nome é conhecer a coisa, o primeiro legislador a nomear dada coisa (o fazedor de nomes), forçosamente, conhecia o elemento ao qual imputou o nome mais justo, mais semelhante a sua realidade; porém, como teria ocorrido no caso dos nomes primitivos? Por meio de que palavras o legislador teria apreendido a realidade das coisas, já que “os nomes primitivos ainda não tinham sido fixados” (p. 173). Quer dizer, se não se sabe o que algo é (seu nome e os nomes que o explicam), não se poderia então conhecê-lo, reconhecê-lo?

¹⁷ Negrito nosso.

¹⁸ Alguns dos nomes examinados para testar o método etimológico: *Anthropos* (*anathrôn ha ópôpe*) = o que contempla o que vê; *Hades* (*aiedés*) = invisível; *Ártemis* (*artemês*) = íntegra; *Terra* (*gê*) = mãe (*gennêteira*); *Sabedoria* (*Sophia*) = contato com o movimento das coisas – esta expressão é considerada obscura e de origem estrangeira; *Justiça* (*dikaiosyne*) = refere-se à compreensão do justo; *Justo* (*dikaion*) = difícil de explicar; *Feminino* (*thêly*) = vem de mamilo (*thêlê*); “*Doxa* vem de *diôxis* (procura), que leva a alma a conhecer a natureza das coisas, ou do disparo do arco (*tóxon*)” (p. 149). A letra ‘r’, por exemplo, imitaria o movimento e explicaria a formação de: *rhein* (correr), *rhoê* (corrente), *tromos* (tremos), *trachys* (áspero), *krouein* (percutir), *thrauein* (vulnerar), *ereikein* (contundir), *thryptein* (quebrar), etc. A letra ‘i’ teria valido para tudo o que é sutil e para tudo o que penetra, imitando movimentos de ir (*iénai*) e avançar (*íesthai*); já a letra ‘l’, uma vez que a língua escorrega quando da pronúncia; a imitação seria apropriada para o que é liso (*leion*), escorregadio (*olísthanos*), gorduroso (*liparón*), etc.

¹⁹ Negrito nosso.

Nesse caso, seria preciso apelar para o poder das divindades em atribuir os primeiros nomes mais justos e certos (cf. argumento de Crátilo):

Crátilo – Sou de parecer, Sócrates, que a mais justa explicação será dizer que **foi um poder sobre-humano que deu às coisas os primeiros nomes e que por isso mesmo eles têm de estar certos** (p. 174).²⁰

Sócrates, porém, refuta tal argumento, uma vez que ele contradiz a própria alegação de seu postulante de que as coisas são conhecidas pelos nomes. Sócrates busca, em certa medida, conciliar os pontos de vista:

Sócrates – O modo de alcançar o conhecimento das coisas, ou de descobri-las, é questão que talvez ultrapasse a minha e tua capacidade. **Baste-nos termos chegado à conclusão de que não é por meio de seus nomes que devemos procurar conhecer ou estudar as coisas, mas, de preferência, por meio delas próprias** (p. 175).²¹

Os interlocutores voltam-se, por fim, ao princípio heraclítico de que as coisas são conhecidas apenas em um dado momento, quando estão em determinado estado, em que não as encontraremos novamente, isto é, o postulado do devir. Não obstante, o problema que persiste é o de como conhecer a “realidade”, em face da falência dos argumentos da natureza e da convenção, uma vez que Sócrates vai expondo seus limites ao longo do diálogo. Para ele, a questão que se coloca ao cabo é a do conhecimento, na contramão do postulado heraclítico:

Sócrates – **Nem seria mesmo razoável afirmar, Crátilo, a possibilidade do conhecimento, se todas as coisas se transformam e nada permanece fixo. Se isso mesmo, o conhecimento, não se modifica nem se afasta do conhecimento, então o conhecimento permanecerá e haverá conhecimento.** Mas se a própria idéia do conhecimento se modificar, terá de transformar-se numa idéia diferente do conhecimento, e então não haverá conhecimento. Se sempre se transformasse, nunca poderia haver conhecimento e, pela mesma razão, não haveria alguém que conhecesse, como também não poderia haver objeto de conhecimento. Mas se subsiste a pessoa que conhece e bem assim o objeto do conhecimento, como também, o belo, o bem e todas as demais coisas, não me parece que tudo a que há pouco nos referimos tenha qualquer semelhança com o fluxo ou o movimento (p. 176-177).

Essa problemática, questão nodal para uma concepção de língua/linguagem perdura, coloca em relevância um aspecto que fica subliminar ao fim do diálogo, a questão da forma e é a respeito dela que nos interrogamos a seguir, isto é, se há uma forma, como bem quis sugerir Sócrates, filiando-se ao primado platônico da

²⁰ Negrito nosso.

²¹ Negrito nosso.

teoria da forma perfeita, de onde adviriam as demais (imperfeitas, sombras frutos de pálida reprodução)? O que nos permitiria conhecê-la? Ou ainda, poderíamos conhecê-la? De antemão, no que concerne à AD, sabemos que não temos acesso ao real, contudo, cabe indagar de que noção de “forma” aqui iremos tratar.

1.1 A forma das formas

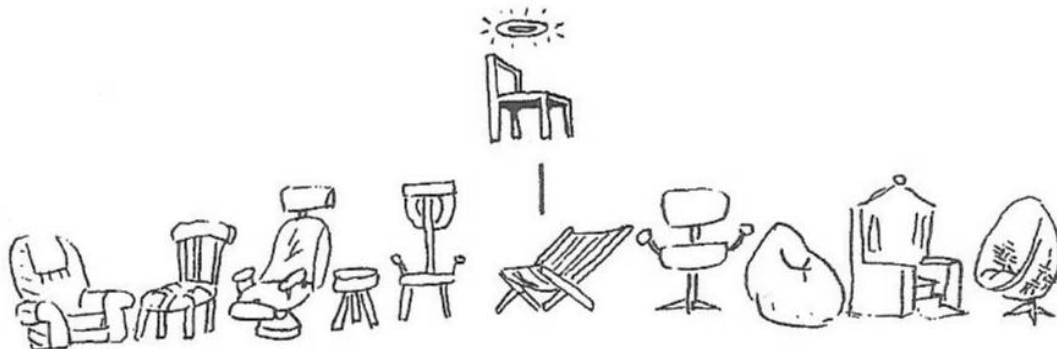


Ilustração 2 - A Forma das formas
Fonte: Reprodução de Law (2006, p. 10).

Na filiação materialista, pensar a “realidade” é pensá-la enquanto processo histórico (da ordem do imaginário), em que não há espaço para formas ideais, para um saber transcendental. Antes ainda de adentrarmos esse tema, a propósito do qual nos ateremos à questão da **forma (material) e da constituição/produção/circulação do saber**, continuemos nosso percurso descontínuo.

Stephen Law (2006)²², inspirado na teoria das formas platônicas, trata de modo caricatural a problemática. Na Ilustração 2, vemos uma “forma divina” para cadeira de onde todas as demais proviriam, tal como a discussão a que nos reportamos antes, em *Crátilo*. Rancière (1996), por seu turno, chama de fantasiosas as etimologias apresentadas em *Crátilo*; ponto a partir do qual traçamos nossa reflexão. Admitamos, portanto, que as coisas/os nomes são existentes enquanto objetos simbólicos (resultados sempre provisórios de processos históricos,

²² A obra desse autor nos foi ricamente apresentada/interpretada nas aulas de Filosofia da Linguagem, ministradas pelo prof. Ronai Pires da Rocha (Curso de Filosofia, UFSM), em 2005, e é salutar em nosso percurso de compreensão.

ideológicos e culturais) e que, de um ponto de vista linguístico, sua origem não é foco de interesse.

A esse respeito Siblot (1997) bem demonstrou os impasses que enfrentam as posições que encaram a questão dos nomes (e por eles, a da linguagem, no sentido amplo), mediante as aporias da imanência ou transcendência da produção dos sentidos, isto é, aquelas que se sustentam em pontos de vista que consideram a ligação entre nome e coisa como inextrincável a ponto de que o nome é a coisa, a prova de verdade e existência; ou ainda, aquelas que consideram o sentido como algo exterior ao nome, algo que o transcende. O autor prefere uma posição que contempla a produção do sentido, dizendo o seguinte sobre a nomeação:

la nomination considérée comme acte signifiant, non pas au seul moment de l'attribution initiale de la dénomination mais en toute réactualisation discursive, réinsère le sujet et le référent dans le champ de la réflexion sur le signe linguistique (SIBLOT, 1997, p. 52).²³

Para mais, a fim de sair do impasse a que nos referimos anteriormente, o autor fundamenta sua pesquisa na seguinte asserção: Le monde dont le langage parle existe. On ne s'interrogera pas sur le statut métaphysique de cette existence; le linguiste n'en a pas besoin puisque nous n'accédons jamais au réel « en soi » mais seulement à ses représentations (SIBLOT, 1997, p. 53).²⁴

Tal asserção se soma a uma questão de importância neste estudo, a da forma. Situamo-nos na filiação materialista de linguagem, donde não cabe pensarmos ao molde platônico. Todavia, a discussão empreendida no diálogo de Platão nos é fundamental para problematizarmos como se efetiva a questão da apreensão das coisas, a produção de um saber, de um nome, que não se dá, como sabemos, via uma “ligação direta” linguagem-objetos no mundo, nem mesmo mediada por um saber supremo.

Saímos de uma tradição filosófica grega, que, contudo, prevalece em funcionamento em muitas formas de compreensão e circulação dos objetos simbólicos hoje ainda (religiões, produção do saber, saber transcendente, saber

²³ a nomeação, considerada como ato significante não somente ao momento da atribuição inicial da denominação, mas em toda reatualização discursiva, reinsere o sujeito e o referente no campo da reflexão sobre o signo linguístico. Tradução nossa.

²⁴ O mundo do qual a linguagem fala existe. Nós não nos interrogaremos a respeito do estatuto metafísico dessa existência, o linguista não tem essa necessidade já que nós não alcançamos jamais o real em si, mas somente às suas representações. Tradução nossa.

destinado a poucos, inculcação de ideias, mundo da “realidade” *versus* mundo das sombras, etc.).

Vamos nos situar no nosso campo, inicialmente, na perspectiva estruturalista, marco definitivo para uma separação entre nome (língua, signos) e coisa.

No *Curso de Lingüística Geral* (CLG), de Saussure (2004 [1916]), a questão da linguagem é colocada em um campo próprio e específico, diferentemente do que se tinha anteriormente, ainda que a problemática remonte a tempos imprecisos, o objeto não era a língua ela própria, mas a lógica, o acesso à verdade, precisão formal, normatividade, etc.

No CLG, é postulada a ideia de que a língua, produto histórico, é forma e não substância, instaurando como fundamental a questão da arbitrariedade, no que diz respeito à ligação entre significado e significante e, portanto, diferentemente da teoria da linguagem aos moldes platônicos. A coisa, o objeto no mundo, o referente está nesse momento fora da relação, uma vez que o objeto de estudo é a língua enquanto sistema, excluída sua realização pela fala, excluída sua “matéria” no mundo.

A língua é entendida como sistema de signos e estes, por sua vez, não ligam uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Nem os elementos do signo se ligam por natureza, nem a ligação entre signo e realidade se processa diretamente, nesse caso, não está em questão.²⁵

Uma das formas de se representar o fato linguístico é pela relação pensamento (plano das ideias confusas, cf. CLG) e som. Esta combinação pensamento-som produz uma forma e não uma substância (materialização do pensamento ou espiritualização de sons). Eram as formas, as unidades produzidas a partir dessas massas amorfas que interessavam.

Contudo, o enunciado de que a **língua é uma forma e não uma substância** (cf. CLG, 2004 [1916], p. 131; 141) é merecedor sempre de um exame mais atento e, mais atentamente, aqui no que toca a **noção de forma**.

No capítulo 13 de seus **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**, dedicado à questão da expressão e conteúdo, Hjelmslev (1975), a partir de uma

²⁵ Salvo exceções, como as onomatopeias e os símbolos.

tradição estruturalista, vai remontar a essa dicotomia ampliando-a. Retoma a noção de substância especialmente para trazer o signo para uma “realidade”, uma vez que vai trabalhar, em seus limites, a ideia de que o **signo é signo de alguma coisa**. Essa “alguma coisa” diz respeito a uma substância de conteúdo que se liga a uma substância da expressão, que por sua vez estabelecem uma relação solidária (semiótica), pois:

A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: **expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. [...] é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo [...]** **é em razão da forma do conteúdo e a forma da expressão**, e apenas em razão delas, **que existem a substância do conteúdo e a substância da expressão**, que surgem **quando se projeta a forma sobre o sentido**, tal como um fio esticado projeta sua sombra sobre uma superfície contínua. **O sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma** e não tem outra existência possível além da de ser substância de uma forma qualquer (HJELMSLEV, 1975, p. 54; 57; 61).²⁶

Essas relações podem ser pensadas a partir dos seguintes exemplos:

- 1) Je ne sais pas.
- 2) I don't know.
- 3) Eu não sei.

De acordo com as ideias de Hjelmslev, os enunciados 1 a 3 teriam o **mesmo sentido do conteúdo**, do âmbito da língua [sentido mais ou menos comum entre as diferentes línguas]²⁷, mas não o mesmo **sentido da expressão** (cf. p. 61), do âmbito da fala, lembrando que, de acordo com Hjelmslev, o sentido é a forma de uma substância.

É interessante o encaminhamento que o autor vai dar para o aspecto extralinguístico:

Parece justo que **um signo seja signo de alguma coisa** e que essa alguma coisa resida de algum modo **fora do próprio signo**; [...] a palavra *bois* [...] é signo de um tal objeto determinado na paisagem e, no sentido tradicional, esse objeto não faz parte do signo. Ora, **esse objeto da paisagem é uma grandeza relevante da substância do conteúdo**,

²⁶ Negrito nosso.

²⁷ Hjelmslev distingue do seguinte modo o princípio do sentido: “princípio que, enquanto tal, é naturalmente comum a todas as línguas, mas cuja execução é diferente em cada uma delas – descobre-se que esse fator comum é uma grandeza que só se define pela função que a une ao princípio de estrutura da língua e a todos os fatores que fazem com que as línguas se distingam umas das outras. A esse fator comum chamaremos *sentido*” (HJELMSLEV, 1975, p. 55-56).

grandeza que, por sua denominação, **liga-se a uma forma do conteúdo** sob a qual ela ainda **se alinha com outras grandezas da substância do conteúdo**, por exemplo, **a matéria** de que é feita uma porta. **O fato de que um signo é signo de alguma coisa significa**, portanto, que **a forma do conteúdo de um signo pode compreender essa alguma coisa como substância do conteúdo** (p. 61-62).²⁸

Por fim, postula que

[...] parece mais adequado utilizar a palavra **signo para designar a unidade constituída pela forma do conteúdo e pela forma da expressão e estabelecida pela solidariedade que denominamos de função semiótica** (p. 62).²⁹

A substância de que tratou Hjelmslev pode ser compreendida como a matéria de uma forma da língua, quer dizer, a partir de materiais, matérias – substâncias da língua (cadeias fônicas e o pensamento) são constituídas as formas, melhor dizendo, as formas sistematizadas da língua se projetam sobre as substâncias.

Hjelmslev não faz e adverte para o perigo de serem feitas divisões estanques no que tange aos planos da expressão e do conteúdo. Cabe ressaltar que já nesse momento o autor atentava para o que chamou de solidariedade semiótica (expressão e conteúdo pressupõe um ao outro) como forma de se evitar que uma língua fosse tomada como mera nomenclatura “reserva de etiquetas destinadas a serem atribuídas a objetos preexistentes [...] a palavra signo será sempre ligada à idéia de um termo designado; e é por isso que deve ser utilizada de tal maneira que a relação entre o signo e aquilo que ele designa seja posta em evidência [...]” (Id., p. 62).

Entretanto, Orlandi (2007)³⁰, linguista que introduz e desenvolve amplamente uma Análise de Discurso de filiação pecheutiana no Brasil, prefere não traduzir a palavra “sens”³¹, pois, segundo ela, a questão de que Hjelmslev trata não é a do sentido, mas especificamente a desse “geral” de todas as línguas, isto é, um princípio que:

²⁸ Negritos e sublinhado nossos, itálico no texto.

²⁹ Negritos nossos.

³⁰ Orlandi fez sua dissertação de mestrado a propósito de aspectos da obra de Hjelmslev. Ver comentários da autora a esse respeito em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=28>.

³¹ As referências que aqui utilizamos dizem respeito à obra traduzida, isto é, *sens* é traduzido como “sentido”.

enquanto tal, é naturalmente comum a todas as línguas, mas cuja execução é diferente em cada uma delas – descobre-se que esse fator comum é uma grandeza que só se define pela função que a une ao princípio de estrutura da língua e a todos os fatores que fazem com que as línguas se distingam umas das outras. A esse fator comum chamaremos *sentido* (HJELMSLEV, 1975, p. 55-56).³²

De acordo com Orlandi (2007), sobre o *sens*, as diferentes línguas jogam, imprimem suas formas – a matéria, na interpretação da autora sobre a teoria hjelmsleviana, é o *sens* já com sua forma, concepção que para a pesquisadora já fazia ressoar, desde a perspectiva materialista histórica, a necessidade de relacionar matéria e forma.

Ao considerar esses pressupostos, e passando da relação forma/substância para a de forma abstrata/forma material e substância, Orlandi (2004) desenvolve a noção de forma material, na qual nos focaremos a seguir. Tal concepção encontra esteio basilar no materialismo histórico, ao passo que:

Segundo a concepção materialista da História, **o fator determinante na História é, em última instância, a produção e a reprodução da vida material**. Nem Marx, nem eu nunca afirmamos mais do que isso. Se depois alguém torturar esta proposição para fazê-la declarar que o fator econômico é o único determinante, transforma-a numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados – as constituições estabelecidas, uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa, etc., as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas, e seu ulterior desenvolvimento em sistemas dogmáticos, exercem igualmente sua ação no curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua *forma* (ENGELS citado por ROBIN, 1977, p. 111).³³

Importa desde já ressaltar que, a história, em Análise de Discurso (AD), é tomada como historicidade, ou seja, ela é determinante dos processos de produção/reprodução da vida material dos sujeitos, porém é contraditória tanto em seu escopo constitutivo (tese/antítese) como também em sua objetivação, na medida em que, tal como postulou Paul Henry (1994, p. 51-52), “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso”.

³² Itálico no texto.

³³ Negrito nosso.

1.2 Sobre a noção de forma material

Les concepts pour moi ne sont pas des idées à la manière platonicienne, mais des chemins tracés entre des domaines différents qui permettent de suspendre les légitimations de pouvoir liées à la circonscription des domaines et de rendre ses droits à une intelligence sans privilèges [...]. Les concepts ont à faire la preuve qu'ils permettent des passages et que ces passages sont éclairants. Ils n'ont d'intérêt que dans la mesure où ils permettent de mettre en lumière des liens qui sans cela sont obscurs, ou de desserrer des liens qui sont mal noués (RANCIÈRE, *Moments politiques*).³⁴

Tal como Rancière aborda o interesse pelos conceitos na epígrafe, de maneira análoga, e resguardados os propósitos deste trabalho, interessamo-nos por alguns conceitos em AD em sua especificidade, enquanto estes se vinculam à maneira como podemos compreender a língua, o discurso e mais detidamente a palavra.

A palavra aqui não é concebida como vocábulo isolado, o que seria um retrocesso, nem como elemento chave de função heurística em um texto ao qual subjazeriam e a partir do qual emergiriam todos os sentidos obscuros, que, entretanto, de antemão já seria possível de sabê-los, bastando, para tal, a perspicácia de um sujeito bem informado (culto, viajado...) sobre os modos de circulação dos saberes contemporâneos, dos fatos, etc. (e, nesse caso, evidentemente, não precisaria ser um linguista). A palavra, pelo contrário, é entendida como elemento central em uma discursividade, cujos vínculos semânticos podem ser entretecidos via filiação de sentidos; apenas nesse sentido que aqui ela pode ser imbuída de um caráter heurístico, na medida em que possibilita a manifestação do irrealizado, do não significado de que fala Pêcheux, tanto quanto permite que o repetível seja não somente alocado no eixo da repetição formal como também daquela que historiciza.

³⁴ Os conceitos para mim não são ideias à maneira platônica, mas caminhos traçados entre domínios diferentes que permitem suspender as legitimações de poder ligadas à circunscrição de domínios e restituir seus direitos a uma inteligência sem privilégios. Os conceitos têm provado que eles permitem passagens e que essas passagens são esclarecedoras. Eles somente interessam na medida em que permitem lançar luzes sob os laços que são obscuros ou dessamarrar aqueles que são mal tecidos. Tradução nossa.

Nessa perspectiva, por meio da palavra “comunidade”, visamos a inscrever exemplares de discursos em filiações históricas, isto é, traçar vínculos que não são nem desde sempre estabelecidos (por uma grade de leitura oferecida por uma FD, por ex.), a partir de onde poderiam ocorrer deslocamentos na instância da negação ou do distanciamento que, todavia emergem sob a forma do “não significado”, na medida em que dão conta de discursividades de outra ordem que se processam no tempo presente em que os discursos parecem vir de lugar nenhum e caminhar para não se sabe onde – o *Ça circule* e o *N'importe quoi* que é jamais *N'importe quoi* vaticinado por Pêcheux – o filósofo interessado por questões linguísticas, que propugnou uma AD entendida no sentido menos sectário [*“au sens le moins sectaire”* (1981, p.17)]. São esses postulados que embasam nosso modo de explorar a noção de forma material, em Orlandi.

Para a autora (2005, p. 39), a forma material representa de certo modo o fato de que em AD não basta trabalhar com o real da língua, mas se faz necessário também o real da história. A noção pode ser compreendida como:

forma (não empírica nem abstrata) constituída pela/na discursividade, forma em que se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significante no sujeito [...] a materialidade da forma discursiva implica o funcionamento ideológico da palavra (ORLANDI, 2005, p. 129)

De acordo com Orlandi (2004, p. 51), é por que há uma forma material, em que simbólico e histórico se articulam, que o sentido não pode ser qualquer um.

É a forma material, linguístico-histórica, que permite com que em AD trabalhe com a espessura semântica, ou seja, ela nos leva a considerar como as formas materiais funcionam na relação do sujeito com as condições de produção e a memória, atravessados pela ideologia, produzindo efeitos de evidência (cf. ORLANDI, 2004, p. 150). Importa dizer que esses efeitos têm um *locus*, que é a língua, tal como postularam Pêcheux e Fuchs:

Quel rapport en effet existe-t-il, du point de vue de la théorie du discours, entre le processus discursifs et la langue ? La perspective d'ensemble est la suivante : les processus discursifs étant à la source de la production des effets de sens, la **langue constitue le lieu matériel où se réalisent ces effets de sens** (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 16).³⁵

³⁵ que relação de fato existe do ponto de vista da teoria do discurso entre o processo discursivo e a língua? A perspectiva da ligação é a seguinte: os processos discursivos sendo a fonte da produção

Por seu turno, Orlandi (2005) propõe um deslizamento de sentido para a noção de “forma material” da linguística, em que materialidade identifica-se com a forma linguística, com a norma, etc., para tratá-la no âmbito do discurso, ou seja, vinculada ao real na filiação materialista.

Em face disso, a AD, enquanto disciplina que tem como objeto o discurso,

coloca como base a noção de *materialidade*, seja lingüística, seja histórica, fazendo aparecer uma outra noção de ideologia, possível de explicitação a partir da noção mesma de discurso e que não separa linguagem e sociedade na história (ORLANDI, 2004, p. 25).³⁶

Na ordem do discurso, a forma material diz respeito à relação da ordem simbólica com o mundo (ORLANDI, 1996), mesmo porque, para a pesquisadora, “o discurso é uma prática. No sentido de que é uma mediação necessária, um trabalho (no caso, simbólico) entre o homem e sua realidade natural e social. Prática³⁷ significando, pois, ação transformadora” (ORLANDI, 1995, p. 39), portanto, prática de significação do mundo.

Tal entendimento nos possibilita sair do jugo da textualidade, chegando a uma compreensão dos processos de produção de sentidos, sem ceder à dominância ou ao desejo de tradução do não verbal pelo verbal, tal como adverte Orlandi (1995), quando destaca a importância de nos desvincularmos de uma relação imaginária com o verbal, a fim de desrefratar o jogo de reflexos, as simulações, mesmo porque a própria materialidade linguística, tomada em sua opacidade, constitui sentidos sempre em “relação a”.

Para mais, a noção de **texto**, desenvolvida pela mesma autora (2004, p. 59), põe em xeque a dicotomia verbal/não verbal ao passo que contempla diferentes objetos simbólicos. Um texto é então compreendido como *locus* onde se imprimem os efeitos de sentido e, dada sua estrutura, causa um **efeito de unidade**, entretanto, tal efeito não apaga seu caráter heterogêneo, no que diz respeito:

dos efeitos de sentidos, a língua constitui o lugar material onde se realizam esses efeitos de sentido. Tradução e negrito nossos.

³⁶ Itálico na obra.

³⁷ Ao aludir ao discurso como “prática”, Orlandi, todavia, distancia-se de uma visão pragmaticista de linguagem, pois o que está em jogo não é uma linguagem que, colocada em uso, realiza atos, mas a prática de significação do mundo/da vida em sua complexidade, enquanto intervenção no real (cf. ORLANDI, 2005).

- à natureza dos diferentes materiais simbólicos – imagem, grafia, som etc.
- à natureza das linguagens: oral, escrita, científica, literária, narrativa, descritiva, etc.
- às posições dos sujeitos
- às diferentes FDs que podem transitar por entre um texto.

Imbricada a esse conceito de texto, consideramos fundamental a seguinte formulação, no que tange ainda à especificidade dos objetos de análise,

Há um momento na história da reflexão sobre linguagem em que o lingüístico se identifica com a Lingüística, ou seja, se reduz diretamente o fato (de linguagem) à disciplina (que trata da linguagem). Concomitante a esta redução, outra se sobrepõe a ela: **reduz-se a significação ao lingüístico**, ou seja, ao fato de linguagem definido pela perspectiva da Lingüística. E assim se apagam as diferenças entre o verbal e o não-verbal, ou então se submete um (o não-verbal) ao outro (ao verbal). **A Análise de Discurso [...] restitui ao fato de linguagem sua complexidade e sua multiplicidade (aceita a existência de diferentes linguagens) e busca explicitar os caracteres que o definem em sua especificidade, procurando entender o seu funcionamento** (ORLANDI, 1995, p. 35).

Orlandi destaca também (1995) a importância de não tomarmos posições que promovam uma assepsia do não verbal, resgatando sua “transparência” via verbalização. Isso porque tanto as imagens, quanto as materialidades da língua sempre instam à interpretação, cabendo aos analistas perscrutarem os modos de simbolização/metaforização colocados em funcionamento pelas diferentes linguagens e nos dias atuais, as chamadas novas materialidades de sentido, em que a profusão de meios e instantaneidade assumem um papel decisivo, como abordaremos na sequência.

1.3 Um *Photoshop* discursivo para as imagens

A propósito de trabalhos em AD em relação às “novas” materialidades simbólicas em circulação na contemporaneidade, reportar-nos-emos aqui sucintamente a alguns trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nessa perspectiva³⁸,

³⁸ Trabalhos realizados e/ou iniciados no Laboratório Corpus (UFMS/PPGL).

pois postulamos aqui que cada um dos materiais simbólicos precisa ser tratado em sua especificidade. Na verdade, o que estamos considerando como um “*Photoshop*” discursivo é uma metodologia que não abandona as bases teóricas da AD, mas as atualiza em função de novas demandas de sentido (e de análise), e mais especificamente aqui tratamos de trabalhos que tomam como objeto de análise, por exemplo, imagens.

Venturini (2008), em sua tese, na qual analisa exemplares de discursos de comemoração/rememoração no cenário urbano gaúcho, defendeu um funcionamento discursivo de objetos de linguagem sobredeterminados pelo componente imagético, compreendendo-os discursivamente, mediante o conceito de **enunciado-imagem**, isto é, aquele que “possui uma estrutura interdiscursiva e se inscreve no intradiscurso pela repetição, que pelo efeito de memória, estabelece relação entre enunciados, constituindo assim a textualidade (VENTURINI, 2010).³⁹

Também em sua tese, Medeiros (2010)⁴⁰ enfatiza que não podemos simplesmente adotar o princípio de que uma imagem “fala” e que, portanto pode ser transposta em palavras, a partir dessa ótica, desenvolve o conceito de **arranjo simbólico** no que tange a análises de objetos simbólicos (capas de revistas de circulação em massa) que agregam diferentes linguagens e, em seu conjunto, formam **redes parafrásticas**, configuração esta que lhes imprime discursividade, de modo a historicizar imagens que circulam em cadeia na sociedade do espetáculo contemporânea, cujo funcionamento discursivo baseia-se no princípio da mundialização dos sentidos.

No que tange aos **efeitos políticos do silêncio**, reportamo-nos ao trabalho de doutorado de Beck⁴¹ que, em seu estudo a propósito da discursividade rebelde zapatista, no México, discute o papel revolucionário/político/discursivo do silêncio nos modos de circulação/funcionamento do discurso zapatista.

³⁹ VENTURINI, Maria Cleci. Leitura de um espaço urbano: subjetividade e poder das palavras. **Desenredo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras/Universidade de Passo Fundo. - Vol. 5, no. 2. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2010. In: <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/viewFile/1254/767>

⁴⁰ Tese intitulada **Sociedade da Imagem**: A (re)produção de sentidos da mídia do espetáculo, desenvolvida sob orientação da prof.^a Dr. Amanda E. Scherer (UFSM/PPGL/Laboratório Corpus).

⁴¹ Tese intitulada **Aurora Mexicana**: Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: O exemplo do discurso zapatista (2010), de Maurício Beck, desenvolvida sob orientação da prof.^a Dr. Amanda E. Scherer (UFSM/PPGL/LabCorpus).

Um dos elementos fundamentais que compõem tal discursividade é de natureza imagética e, portanto, simbólica, mas mais especificamente, trata-se de um modo de significar a resistência mediante um **efeito de anonimato** que, entretanto, faz os zapatistas “aparecerem” em meios diversos “sem mostrar parte do rosto”, que é encoberto por lenços multicoloridos ou capuzes negros. Esses elementos simbólicos discursivizam a resistência e o “efeito de anonimato” via mascaramento, que encobre a boca, uma forma de significar a autointerdição de dizeres circunscritos a certa ordem discursiva (mundialização, neoliberalismo, etc.), colocando em funcionamento um silêncio discursivizado imageticamente que transita entre: o visível, pois o discurso é midiaticizado, as novas tecnologias são adotadas como “estratégias de ataque”; e o invisível do silêncio e do irrealizado que concerne aos modos de significar essa resistência frente ao discurso da mundialização, seja via homonímia [“Todos somos Marcos” – pseudônimo do porta-voz do levante]; pseudonímia; mascaramento ou ainda o silenciamento quando interpelados no interior de uma ordem “já significada” de dizeres, etc.

Consideramos essa uma das formas pelas quais é possível intervir analiticamente em discursos que trazem o componente imagético, isto é, por seu modo de historicização, nesse caso, via ao que podemos chamar de silêncio rebelde mascarado que significa os sujeitos zapatistas, nas palavras do autor, como “celebridades anônimas”.

De nossa parte, temos procurado desenvolver a noção de **historioprodução** (a ser detalhada e exemplificada no capítulo II desta tese). Antecipando-nos um pouco, podemos dizer que entendemos como historioprodução o processo de produção tecnológica de memória, seja por meio de softwares de edição de imagens e de sons, de produção de “nuvens de palavras”, etc. Tal noção nos é salutar para trazermos à discussão como essa produção de memória metálica intervém na filiação de sentidos (memória), uma vez que ela “não falha e que se apresenta como ilimitada em sua extensão, só produz o mesmo, em sua variação, em suas combinatórias” (ORLANDI, 2004, p. 15-16).

Ao nos referirmos a esses trabalhos, sublinhamos o fato de que a noção de materialidade “nos leva às fronteiras da língua e nos faz chegar à consideração da ordem simbólica, incluindo nela a história e ideologia” (ORLANDI, 2004, p. 46). Além disso, **“a constituição do sentido se dá fora de nosso alcance direto, na relação**

com o interdiscurso. Este representa como uma história que não se situa. Ele não está alocado em lugar nenhum. É uma trama de sentidos” (ORLANDI, 2004, p. 76).⁴² Por conseguinte, é pela opacidade, pelo corpo da linguagem, pela ideologia que o sentido se constitui e não pela/na formulação. Desse modo, o que nos proporciona o trabalho com a exterioridade discursiva (ou exterioridade constitutiva) é o de interdiscurso (cf. ORLANDI, 2004), este que é de natureza material contraditória, uma vez que sempre fala, antes e independentemente, e também tem caráter irrepresentável (ORLANDI, 2006).

Ademais, Pêcheux já advertira:

Os processos discursivos não constituem, pois, em absoluto, um ‘cantão’ isolado em sua autarcia e submetido a uma necessidade específica. [...] o que chamamos autonomia relativa da *base lingüística* não poderia, sob o pretexto de que está na base, imprimir *sua forma* aos processos discursivos que se desenvolvem sobre sua base; **os termos: interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e efeito-transverso** – [...] e que justamente caracterizam [...] a forma da discursividade – **não correspondem, portanto, a fenômenos lingüísticos: representam, em relação à base lingüística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas**, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei ‘geral’ de desigualdade que afeta essas formações (PÊCHEUX, 1997, p. 259).⁴³

O objeto da AD são os discursos, os discursos que, por sua vez, têm nos textos (em suas mais diversas modalidades – modos de apresentação) sua materialidade, isto é, a língua é o lugar material em que se imprimem os efeitos de sentidos (cf. PÊCHEUX; FUCHS, 1975).

O que nos interessa, portanto, é como temos acesso às coisas no mundo e, quando dizemos coisa, estamos sempre nos referindo à forma material – a forma lingüística revestida de história e remetida a uma discursividade. Considerado esse ponto de vista, levaremos em conta a noção de real, simbólico e imaginário que intervêm na constituição da forma material.

⁴² Negrito nosso.

⁴³ Itálicos na obra, negritos nossos.

1.4 Os nomes, as relações de sentidos e o Domínio Semântico de Determinação

O semanticista Eduardo Guimarães, situando-se em uma perspectiva materialista de compreensão dos processos semânticos e, por conseguinte, de que “o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem” (GUIMARÃES, 2005, p. 07), vem desenvolvendo pesquisas no âmbito da Semântica do Acontecimento, a qual nos interessa no que diz respeito ao tratamento que ele dedica aos nomes.

Para trabalhar com as relações de sentido, isto é, uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental, o autor vai tomar como fundamental a relação nome – referência – designação, tríade concebida em sua intrincação linguístico-histórica, isto é, a designação se constitui mediante relações de sentido tomadas na história, em seu acontecimento do dizer, e somente dentro dessa relação é que as coisas podem então ser referidas.

É salutar um exemplo do autor (análise do índice de uma revista), para explorar as **relações de sentido**, à diferença do que se pode pensar de antemão, a partir de uma perspectiva puramente estrutural, sem considerar o acontecimento do dizer, sua temporalização. A fim de nos atermos sucintamente a esses elementos, realizamos uma transposição do exemplo supracitado (na tentativa de valer-mos de princípio analítico semelhante):

Exemplo 1:

noticias  [O que é isso?](#)

26/04/2010

Ilustrada 19h50 [Miley Cyrus vai lançar novo disco em junho](#)

Dinheiro 19h46 [Oferta abundante e dólar forte derrubam petróleo em NY](#)

Cotidiano 19h45 [Garis e lixeiros cancelam greve marcada para amanhã em São Paulo](#)

Esporte 19h43 [Federação espanhola rechaza favoritismo da seleção na Copa-2010](#)

BBC Brasil 19h40 [Greve de transportes ameaça paralisar Portugal](#)

Cotidiano 19h35 [Cabral anuncia que próxima UPP será no morro do Borel \(RJ\)](#)

Livraria da Folha 19h34 [Monte uma estante com livros para melhorar seu texto](#)

Brasil 19h28 [Serra evita polemizar com Ciro e diz que responder a Mercadante é atraso de vida](#)

Dinheiro 19h25 [Governo edita MP que permite troca de ações entre estatais](#)

Brasil 19h21 [Garcia diz que Ciro é jovem para concorrer e apoiará Dilma](#)

Esporte 19h17 [Guarani acerta com o zaqueiro Fabão e apresenta mais dois reforços](#)

Mundo 19h12 [Assessor de Lula neqa que Brasil seja "amigo" do Irã](#)

Podcasts 19h04 [Violência gera traumas maiores em bebês do que em adultos](#)

Ilustrada 19h02 [Fundador da "Playboy" faz doação e salva letreiro de Hollywood](#)

Noite 19h01 [Máscaras, DJs e plumas invadem clube no centro de São Paulo](#)

Cotidiano 19h00 [Suspeito de assaltar condomínios em SP trocava de aparência semanalmente, diz polícia](#)

Livraria da Folha 18h58 [Autor de "Escoffianas Brasileiras", Alex Atala sobe na lista dos melhores restaurantes](#)

Ilustração 3 - Índice das manchetes da Seção "Em cima da hora", de Folha Online, em 26/04/2010, 20h

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/emcimahora/>. Realce em amarelo nosso.

A Ilustração 3 pode ser lida como uma relação de manchetes, elencadas segundo as seções do jornal (Ilustrada, Dinheiro, Esporte, Brasil, etc.) que linkam suas respectivas notícias, datada do dia 26 de abril de 2010. Todavia, pode ser observada também da seguinte maneira: tais categorias (seção do jornal, apresentada na primeira coluna, seguida do horário de postagem), atribuídas por um locutor X, podem ser tomadas como um passado em relação ao que é enunciado como manchete por um locutor Y (e já enunciado por outros antes dele), na coluna mostrada na sequência.

Assim, o presente do acontecimento desse índice de manchetes é o tempo (com horário definido) em que o locutor categoriza as matérias em seções; seções estas que se constituem como um passado neste acontecimento, regulando desde já o modo de as manchetes significarem, projetando uma futuridade de sentidos que podem resultar em outras tantas enunciações. Podemos pensar, por exemplo, na manchete Brasil das 19h21min (transcrita a seguir da relação, na Ilustração 3):

Exemplo 2:

Brasil 19h21 [Garcia diz que **Ciro** é jovem para concorrer e apoiará **Dilma**.](#)

No enunciado categorizado, por exemplo, o nome Brasil, rememorado como categoria para a matéria, pode fazer projetar enunciações outras como: O Brasil precisa de uma pessoa mais experiente; Dilma é experiente; Garcia não apoiava Dilma anteriormente; Garcia apoiava, anteriormente, **Ciro**; As eleições presidenciais estão próximas. Quer dizer, nenhuma dessas formulações está enunciada no presente do acontecimento da seção de notícias de “última hora” da Folha Online, tampouco outras tantas possíveis, o passado dela não são os minutos anteriores em que a página não tinha sido atualizada, ela não “aprisiona” a temporalidade dos dizeres, uma vez que cada uma das enunciações recortam uma temporalidade específica, eles constroem-na.

O Exemplo 2 é uma adaptação de alguns dos que Guimarães (2005) analisa para, por exemplo, complexificar a questão da temporalidade, assim como uma pretensa simplicidade que uma relação de nomes ou de enunciados pode aparentemente apresentar. Podemos notar as não coincidências das temporalidades, que o sujeito não está na mesma temporalidade de seu dizer, este último vem antes, é recortado, é dividido, não é único nem tem unidade (carrega uma memória de dizeres outros). Assim, consideramos a noção de temporalidade como fundamental, uma vez que é o acontecimento do dizer que irá temporalizá-lo, pois como sabemos “falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica)” (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

É dentro desse quadro que situamos nossa reflexão no tocante à questão dos nomes, isto é, na medida em que eles engendram relações de sentido. Os nomes, para Guimarães (Id.), identificam objetos; ao dizer algo, falamos das coisas, identificamo-las, a relação que se estabelece não é ontológica, mas simbólica.

De acordo com o mesmo autor (2003, 2005), a **nomeação** é funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Dar um nome a algo é atribuir-lhe existência histórica, é distinguir. Já a **designação** é a significação de um nome, consideradas as relações de linguagem, isto é, as relações de sentido referidas mais acima, tomadas na história. Quanto à **referência**, trata-se da particularização de

algo na e pela enunciação, uma vez que as coisas são referidas enquanto significadas.

É dessa forma que, de acordo com o autor, a língua vai recortando/dividindo o real, mediante um funcionamento político dos espaços de enunciação. A partir dessa perspectiva, as relações entre designar-nomear e designar-referir são tomadas diferentemente.

Na relação entre designação e nomeação, o que está em causa são as ligações entre enunciações que recortam memoráveis e lhes atribuem temporalidade. Em um acontecimento onde um nome funciona, “a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

Na relação entre designação e referência, o que é necessário observar é o modo como um nome aparece referindo em uma textualidade, como vai sendo reescrito, por procedimentos de repetição, substituição, anáfora, catáfora, elipse, etc., formando um conjunto de modos de referir organizados em torno de um nome (formas de predicá-lo, determiná-lo) que, dessa maneira, vão constituir a designação de um dado nome. É o que buscaremos exemplificar a seguir, pois, para o autor (GUIMARÃES, 2007), é pela via da designação que o real é significado na linguagem, uma vez que ele não se projeta “diretamente” na linguagem. É desse modo que se constitui o vínculo linguagem-mundo, via acontecimento construído na enunciação.

Cabe dizer que é designação que constitui a identificação dos objetos (tomados no sentido amplo, estamos falando de um ponto de vista material, simbólico), incluído aqui o processo que reescrituração que recorta e divide o real constituído pelo nome em questão.

É interessante observar que, ainda de acordo com Guimarães (2005, p. 42), não é o sujeito que nomeia ou refere, mas o acontecimento, uma vez que é este vai recortar seu próprio passado.

1.4.1 Domínio Semântico de Determinação – exemplos

Em nosso trabalho de dissertação (VARGAS, 2008), principiamos um estudo a propósito da nomeação/designação, motivados pelo caminho que a análise do corpus da pesquisa nos foi possibilitando. Diante disso, reportar-nos-emos a uma representação analítica de um dos grupos de textos analisados, com alterações relativas ao propósito do estudo vigente. Tais textos contemplam a reescritura do nome “ponte”, isto é, do seu processo de predicação, determinação, levando em conta o princípio de que

é fundamental observar como **o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituíbilidade. [...] os conjuntos de modos de referir organizados em torno de um nome são um modo de determiná-lo, de predicá-lo.** É neste sentido é que constituem a designação do nome em questão (GUIMARÃES, 2005, p. 27).⁴⁴

Para analisar o conjunto de nomes, suas relações, seus vínculos, Guimarães (2003, 2005, 2005a, 2007) vem desenvolvendo o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), que se constitui como categoria analítica essencial neste estudo, pois nos permite analisar as relações de sentido a partir de uma posição materialista, em que estão incluídas as relações entre palavras que podem ser estabelecidas via sinônimos, antônimos, homônimos, hiperônimos, hipônimos, etc. e, além disso, a polissemia e a ambiguidade, quer dizer, as derivas, os deslocamentos de sentido, todas elas, contudo, concebidas de uma perspectiva que toma o real da língua (falha – equívoco) e o real da história (contradição) como constitutivos do dizer e, portanto, as categorias não se estabelecem de antemão, mas no acontecimento do dizer, uma vez que

[...] a referência não é a designação da palavra. Não é o que a palavra indica no mundo que é sua designação. E nem a designação é um modo de apresentar o referente. **A designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, que não é uma classificação das coisas existentes, é uma significação que acaba por identificar coisas, não enquanto existentes, mas enquanto significadas** (GUIMARÃES, 2007, p. 95).

Remontaremos a exemplos (Quadro 1 – exemplos A, B, C) relacionados entre si, analisados por Guimarães (2007, p. 79-80), que complexificam a relação sinonímia/antonímia/hiperonímia/hiponímia e que consideramos salutares para a

⁴⁴ Negrito nosso.

temática deste estudo. Após cada um dos exemplos, intercalamos questões e afirmações possíveis [na linha azul, abaixo do exemplo correspondente], que julgamos como as “complexificadoras” da relação entre os nomes em questão, barraco e residência. São eles:

<p>A As residências do bairro se destacavam dos barracos que ficavam no morro, ao longe.</p>
<p>Barraco é residência? Barraco pode ser tomado como sinônimo de residência? Barraco se opõe à residência. Barraco não é residência.</p>
<p>B As residências do bairro se destacavam dos barracos que ficavam no morro, ao longe. Os moradores de umas e outros raramente se encontravam.</p>
<p>Um barraco não é uma residência e há um distanciamento espacial e social entre seus habitantes. Um barraco pode ser uma residência, mas ainda assim é “algo de outra ordem”.</p>
<p>C As casas e os barracos do bairro mostram que as residências urbanas têm uma grande diferença de qualidade.</p>
<p>Casas e barracos são residências.⁴⁵ Casas e barracos são residências, mas têm grandes diferenças.</p>
<p>Quadro 1 - Complexificação das relações entre nomes/enunciados</p>

Tais relações (as enunciações A, B, C) permitem dizer que residência determina casa e barraco. Além disso, o caráter das palavras em termos de sinonímia/antonímia/hiperonímia/hiponímia somente pode ser estabelecido/determinado/especificado em seu acontecimento, via um recorte de enunciações que estabelecem um passado de dizeres outros e uma futuridade próprios [temporalidade] – as relações, os vínculos semânticos, em três palavras – **as relações de sentido** são o trajeto para a constituição de uma designação.

A um DSD subjaz todo um processo analítico de um nome, do qual ele é a forma de representação, ele é, portanto “uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de

⁴⁵ Casas e barracos são retomados via procedimento de totalização (ver detalhadamente em Guimarães, 2007).

explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado (um texto, um conjunto de textos, etc.” (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

Do ponto de vista de representação das relações, são utilizados os seguintes elementos: os sinais \vdash \dashv \perp \top todos eles significam igualmente determina; o traço horizontal maior dividindo o domínio _____ significa oposição, antonímia; o traço horizontal menor e negrito — significa correspondência ou sinonímia; os vínculos/articulações discursivas são indicados por setas conectoras.⁴⁶

Desse modo, é que se tem o seguinte DSD, consideradas as relações estabelecidas no Quadro 1.



Como procuramos exemplificar, não é possível afirmar *a priori* o que uma palavra designa, tampouco aprisioná-la a certa configuração que colocaria, por exemplo, residência como um hiperônimo em que figuraria barraco. Pudemos observar, com base nos Exemplos 1 e 2 e Quadro 1, que essas relações são mais complexas, porque históricas, porque recortam o real.

1.4.2 Sob a aparência da substituíbilidade

Procedimentos para composição de um DSD – reescrituração e articulação

A constituição de DSDs, ou seja, a análise da produção de designações, do ponto de vista metodológico, envolve dois processos. Um deles é o de **reescrituração** e o outro é de **articulação**. “A reescrituração é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado” (GUIMARÃES, 2007, p. 84).

⁴⁶ Os sinais de determinação, oposição e sinonímia são os mesmos adotados por Guimarães.

A reescrituração por sua vez coloca em funcionamento a **operação de predicação** “pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta a outra, pelos mais variados procedimentos” (Id., p. 84).

Por ora, elencaremos os modos pelos quais os procedimentos de reescritura/predicação podem se apresentar, tal como tem trabalhado Guimarães (2007). São eles: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação, definição, especificação, totalização e enumeração.⁴⁷

Outro processo é o de **articulação** o qual concerne às relações próprias das contiguidades locais. “De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (Id., p. 88). Tais procedimentos enunciativos concernem às relações no interior de enunciados ou entre eles e podem ser: relações de predicação e referência (no enunciado), pressuposição, relações argumentativas que devem se reportar às reescriturações.

No que tange a esses dois processos, destacaremos o seguinte aspecto: “**o processo de reescrituração liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e mesmo pontos de um texto com pontos de outro texto [...]. E o modo pelo qual o sentido se produz por estes procedimentos são variados**” (Id., p. 87).⁴⁸

Nossa proposta é, assim, ao trabalharmos com os dois processos, o de reescrituração e o de articulação, construímos elementos teórico-analíticos para constituirmos um processo que nomeamos de “articulação discursiva”, isto é, objetivamos trazer à cena, tendo como esteio o conceito de forma material (ORLANDI, 2004, 2005, 2007), da materialidade do sujeito e do sentido, as filiações de sentido, valendo-nos para tanto da análise de palavras (DSDs), à medida que estas estabelecem relações de sentidos com outros textos, outros discursos e mesmo distintos objetos simbólicos. Esse ensaio tem lugar no capítulo III desta tese.

Conforme nos referimos anteriormente, este estudo parte de trabalho anterior, em que analisamos a historicidade de discurso em circulação em comunidade originada de uma ocupação de terras nos limites do espaço urbano em Santa Maria (RS). Nesse estudo, analisamos textos de âmbito escolar⁴⁹, de sujeitos partícipes de

⁴⁷ Cada um desses modos de reescritura é exemplificado e discutido em Guimarães (2007).

⁴⁸ Negritos nossos.

⁴⁹ Agradecemos mais uma vez à Taís da Silva Martins, então professora da Escola Marista Santa Marta, em Santa Maria (RS), que na oportunidade nos possibilitou o acesso aos textos de seus

uma história de ocupação do espaço público devoluto, alunos da primeira escola a se estabelecer na antiga ocupação, e que se integravam nas mobilizações sociais em favor de melhorias para o lugar. Em nossas análises, de modo sucinto, podemos dizer que a repetibilidade foi o ponto marcante, em especial das palavras ponte e comunidade.

Na oportunidade, nosso interesse não estava exatamente voltado para a questão da designação, mas em compreender as novas formas de subjetividade que se constituem em face da exclusão social, em como os discursos de mobilização social se formulam nesses cenários do urbano, e em como os diferentes saberes discursivos se relacionam, se contradizem e ainda assim constituem discursividades que entram em circulação, funcionando sob a aparência de um “discurso de” (da comunidade, do grupo x...). Entretanto, como é o corpus de análise que dita as regras da análise e mobiliza a teoria em AD, o que de fato emergiu nesse espaço discursivo foi a questão da designação funcionando fortemente, politicamente.

Por essa razão, reportar-nos-emos aqui a duas representações do processo analítico, modificadas para os objetivos do estudo presente.

A representação na sequência deste texto (Ilustração 4 – Exemplo 3) remete à análise de um grupo de 40 textos que designamos “textos dos 15 anos”, uma vez que para elaboração de cada um dos textos era necessário que o aluno coletasse informações com familiares a propósito da história da Nova Santa Marta⁵⁰, foi-lhes solicitado o seguinte: Escrever um texto sobre a história da comunidade que ora completava 15 anos.

Analisamos esses textos sob a perspectiva dos vínculos entre saberes discursivos constitutivos da história da comunidade e focamos nos títulos destes, os quais nos permitiram compor a tríade que “vida-comunidade-história” e organizar a representação analítica a seguir.⁵¹

alunos (2006), assim como a diversos elementos que nos permitiram enriquecer o trabalho do ponto de vista da constituição do corpus e modos de explorá-lo.

⁵⁰ Tarefa de casa: Pesquise com seus pais, tios, familiares ou vizinhos sobre fatos importantes que aconteceram nesses quinze anos da Comunidade. Pergunte há quantos anos residem no local, se sabem como iniciou esta comunidade e por que vieram morar aqui. Em aula: Escrever um texto sobre a história da comunidade [enunciados extraídos de caderno de aluno].

⁵¹ Ratificamos os elementos da tríade. A análise detalhada encontra-se em Vargas (2008).

Exemplo 3

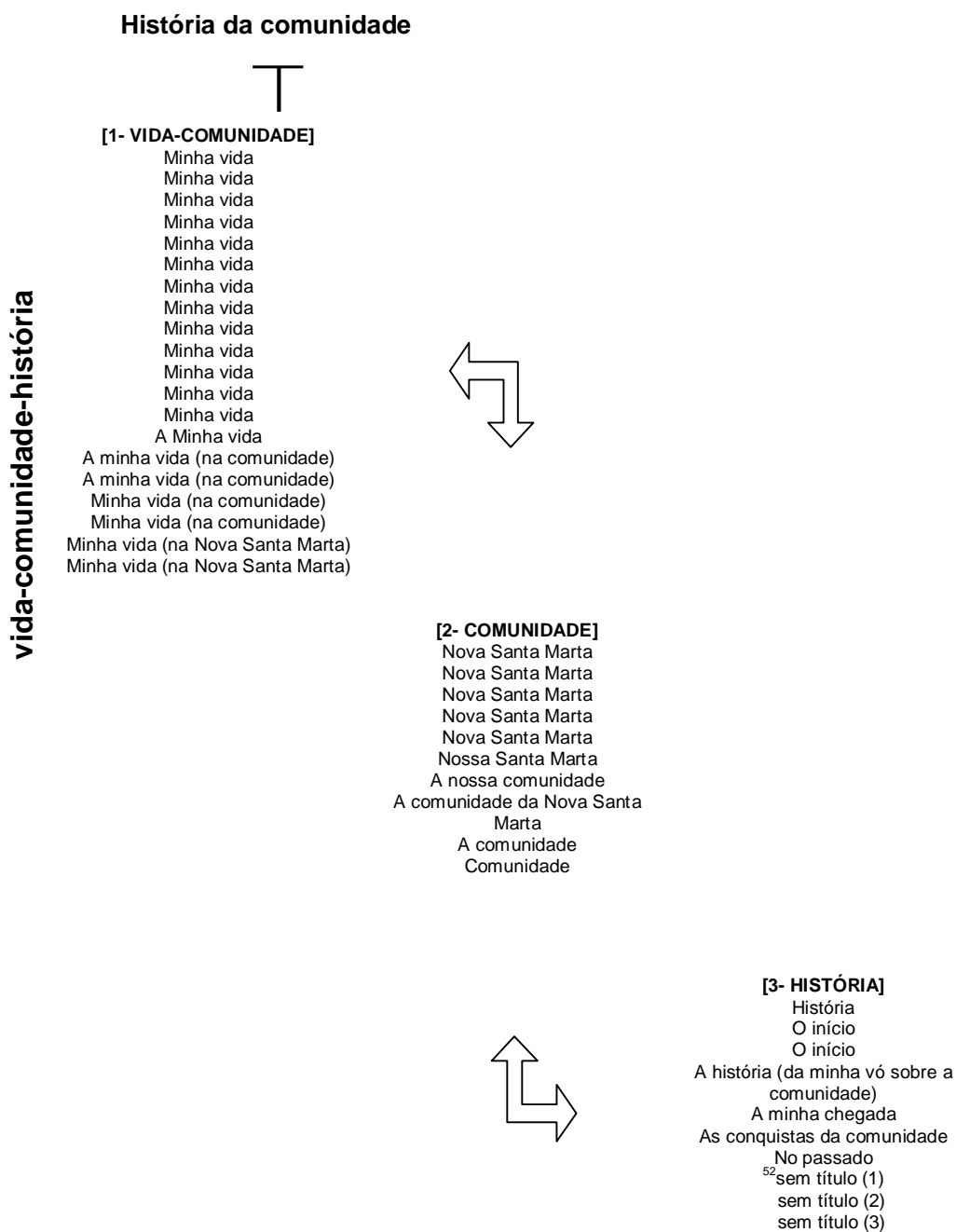


Ilustração 4 - DSD história da comunidade

Com relação ao DSD história da comunidade (Ilustração 4), a expressão nominal “história da comunidade” é significada por três grupos de palavras que compõem a tríade “vida-comunidade-história”. Cada um desses nomes se determina

⁵² Embora os três textos não apresentem título, eles trazem como eixo norteador uma narração de eventos que contemplam uma história do sujeito e ou do lugar.

mutuamente, com poucas variações de reescrituração (nos grupos 2 e 3, comunidade e história, são observadas substituições). Assim, esse conjunto de expressões nominais designa o sintagma “história da comunidade”, de maneira triádica e estreitamente vinculada a uma discursividade que coloca em tensão a relação nós/eu [comunidade/minha vida], de maneira a presentificar o político na língua.

1.4.3 Reescritura, predicação e articulação

Exemplo 4

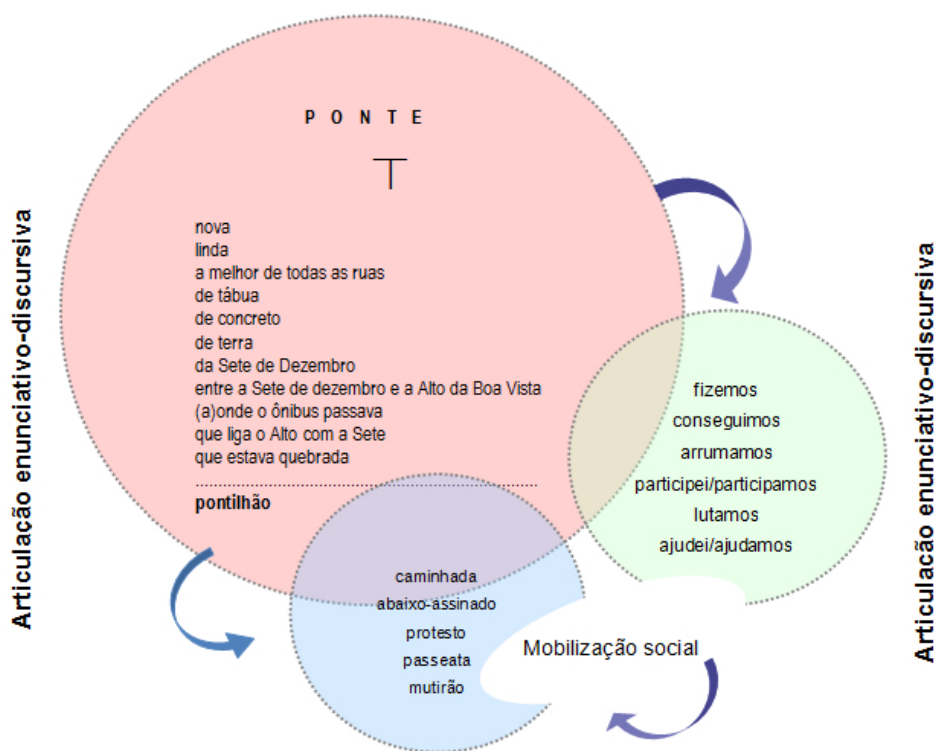


Ilustração 5 - DSD ponte

O diagrama anterior (Ilustração 5, Exemplo 4) foi composto a partir da análise de 30 textos produzidos em contexto escolar, em que 25 deles, a palavra ponte figurava repetidamente, considerando que a solicitação fora a de que fosse elaborado um texto a propósito do tema protagonismo estudantil a partir de uma

perspectiva comunitária⁵³ [muito embora o “eu” apareça atravessando o “nós” comunitário, ver em VARGAS, 2008].

No círculo maior em vermelho, com a palavra ponte ao alto, agrupamos as reescrituras dessa palavra que vão pouco a pouco se distanciando da nomeação de ordem referencial não historicizada, pontilhão, colocado ao pé do círculo. Tais reescrituras se dão especialmente por repetição, especificação e desenvolvimento, conforme destacamos.

O círculo azul, mais abaixo, compreende as nomeações atreladas às estruturas verbais que dão conta de um conjunto de ações que configuram o processo empreendido para a consecução da ponte.

No círculo verde abaixo e à direita, reunimos as estruturas verbais que têm como agentes o “eu” e o “nós”, as quais asseguram a dimensão subjetiva e política que envolve o nome, impondo uma divisão ao dizer, divisão esta característica do político que assevera um fazer cooperativo e configura um modo de “habitar” o sentido fragmentado dos saberes discursivos dispersos que em seu conjunto compõem o discurso na comunidade em questão.

O processo de designação da palavra *ponte* vincula-se assim historicamente à participação em favor de sua efetivação e, nesse sentido, aparece como objeto de ações: *caminhada*, *abaixo-assinado*, *protesto*, *passeata*, *mutirão*, etc. (círculo azul). Tais nomeações dão corpo à discursividade da mobilização social empreendida pelos sujeitos do lugar. Os verbos *fazer*, *conseguir*, *lutar*, *participar* (círculo verde) circundam ações nas quais os sujeitos insistem em se fazer agentes, ao comprometerem seu dizer com sua práxis, por meio de um fazer que encontra efetividade na sociedade [comunidade] e se inscreve na língua.

De acordo com o que procuramos ilustrar, para analisarmos o sentido de uma palavra, impõe trazer à tona seu modo de inscrição na história, processo este que passa decisivamente pelo linguístico. A maneira pela qual realizamos as articulações [indicadas pelas setas] remete ao quadro que traçamos para esse discurso que

⁵³ Enunciado que propunha a produção textual: “A semana do estudante propõe-se a trabalhar a partir do protagonismo estudantil, para que o(a) jovem assuma o compromisso de construir a educação e a sociedade que tanto quer e sonha a partir de seu chão, que é a escola” (Revista Mundo Jovem, jul/06). Na nossa escola, isso já acontece? De que forma? Você lembra de alguma ação que os alunos da nossa escola protagonizaram em busca de benefícios para a sua comunidade?

apelidamos de “mobilização social”, as quais postulamos darem corporeidade ao dizer, imprimindo forma material ao nome ponte, em face das enunciações que o circundam.

Os modos de designar, o funcionamento enunciativo de uma palavra, põe em cena um processo discursivo, mediante articulações entre enunciados, textos e que podem ser reportadas às filiações históricas (ideológicas, à memória do dizer). É nesse sentido que buscaremos aprofundar nossa reflexão e análises.

O trajeto descontínuo que buscamos trilhar até aqui, faz-nos reafirmar a epígrafe saramaguiana que abre este texto e, de modo mais específico nossa tese, “talvez o que realmente não exista seja aquilo a que damos o nome de não existência”, pois uma vez que concebemos esse dizer de um ponto de vista simbólico (e não ontológico), acreditamos que os espectros pecheutianos estão à espreita, são eles que existem significando, ainda que porventura invisíveis, silenciosos... estão em devir, demandando formas de (dês)mundialização⁵⁴ dos sentidos que os expurgam...

Em tempo, e em poesia, vale nos reportarmos a alguns versos que tocam a questão do nome e do real:

*What's in a name?
That which we call a rose
By any other name would smell as sweet
(W. Shakespeare)⁵⁵.*

Ao perguntar: O que há em um nome?/ Aquilo a que chamamos rosa/ Com qualquer outro nome teria o mesmo perfume doce⁵⁶, Julieta questiona a importância de um (sobre)nome em comparação ao que poderíamos chamar aquilo que é constitutivo das coisas, sua materialidade, seu real, em um modo de apreensão possível... Se tomamos aqui o nome como esteio basilar, não é senão para perscrutarmos os caminhos que ele aporta que o historicizam pelas relações entretecidas e tocam o real, buscam os “furos” diante de um cenário de

⁵⁴ Tomamos por empréstimo essa expressão de Orlandi em <http://www.fflch.usp.br/dlm/Eni%20Orlandi.pdf>.

⁵⁵ Referência feita por Patrick Sériot na conferência [A imagem da língua nas utopias da língua](#) (URSS – 1910-1920), em agosto de 2009, no Enelin (Univás, MG, Brasil).

⁵⁶ Tradução nossa.

sobredeterminação. É essa nossa trilha, o desafio de que nos imbuímos, por um “amor à língua”... e, por isso, vimos aqui inscrevendo também nossos trajetos de compreensão...

Capítulo II

Circulações-confronto:

o político e as agitações nas filiações de sentido

2 Às bordas do político – o político em Rancière

Il y a, au vu des pratiques gouvernementales actuelles comme des règles mondiales du marché, une série de phénomènes effectifs travaillant à la destruction des conditions de la politique. Ce n'est pourtant pas un destin ou une fatalité historique. Or l'idéologie de la fin de la politique pose cette hypothèse du destin comme postulat. Il y aurait eu un âge de l'illusion politique qui aurait été un âge de l'illusion utopique, éventuellement de l'illusion démocratique et nous assisterions actuellement à l'aboutissement d'un processus historique. Si je crois qu'il faut constater la présence de forces antipolitiques extrêmement virulentes à l'œuvre, il est important de récuser leur autolégitimation intellectuelle, à savoir l'idée d'une fin de l'histoire ou de la politique (RANCIÈRE, Moments politiques).⁵⁷

Neste capítulo, exploraremos a noção de político, convocando como aporte Rancière (1996, 1998) e Orlandi (2002, 2004, 2005) a fim de elaborarmos uma leitura no tocante ao tema, no que ele pode oferecer subsídios para a compreensão de materialidades discursivas que circulam amplamente diante de uma dita crise de filiações, notabilizada em meios de larga profusão e repetição serial, no seio da sociedade da informação mundializada de nossos dias. Tal conjuntura impõe diferentes desafios de análise e uma leitura sobre como os laços, as filiações podem ser considerados desde então e, nesse caminho, fazem-se caros os conceitos de FD e, mais especificamente neste estudo, o de filiação de sentidos o qual, em certa medida, é por nós entendido como um alargamento da noção primeira, sem perda de sua base fundante, isto é, uma teoria materialista do sentido.

⁵⁷ Há, ao vermos as práticas governamentais atuais como regras mundiais do mercado, uma série de fenômenos efetivos trabalhando para a destruição das condições da política. Não é, no entanto, um destino ou uma fatalidade histórica. Porém, a ideologia do fim da política coloca essa hipótese do destino como postulado. Teria havido uma idade de ilusão política que teria sido uma idade de ilusão utópica, eventualmente de ilusão democrática e nós assistiríamos atualmente ao resultado de um processo histórico. Se eu creio que é preciso constatar a presença de forças antipolíticas extremamente virulentas em trabalho, é importante recusar sua autolegitimação intelectual, a saber, a ideia de um fim da história ou da política. Tradução nossa.

2.1 As 10 teses sobre a política de Rancière

Não ocorreu mesmo ao espírito da maior parte dos nossos duvidar que o estado de natureza tivesse existido, quando é evidente, pela leitura dos livros sagrados, que o primeiro homem, tendo recebido imediatamente de Deus luzes e preceitos, não estava também nesse estado, e que, acrescentando aos escritos de Moisés a fé que lhes deve toda filosofia cristã, é preciso negar que, mesmo antes do dilúvio, os homens jamais se encontrassem no puro estado de natureza, a menos que, não tenham nele caído de novo por algum acontecimento extraordinário: paradoxo muito embaraçante para ser defendido e absolutamente impossível de ser provado (Rousseau, Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens).

A noção de político nos é fundamental para pensarmos a questão da filiação de sentidos, no que toca os embates por sentidos, a busca por significação em um cenário contemporâneo de saturação de sentidos, onde a política muitas vezes é negligenciada em seu sentido forte, ou seja, enquanto traz à cena novos modos de apreensão do real, novas subjetividades. Dessa forma, neste item 2.1., procuramos sintetizar a formulação de cada uma das dez teses sobre a política em Rancière (1998), acrescidas de nossas intervenções, detendo-nos em pontos fundamentais para os objetivos de nosso trabalho para, em seguida, buscar enlaçar as teses, de modo a efetivar uma compreensão para a noção, no que concerne ao pensamento desse autor.

Tese 1:

A política não é o exercício do poder. A política deve ser definida por ela mesma como um modo de agir específico praticado por um sujeito específico relativamente a uma racionalidade específica. Essa relação política que permite pensar o sujeito político e não o inverso.

Tese 2:

O próprio da política é a existência de um sujeito definido por sua participação em contrários. A política é um tipo de ação paradoxal.

As fórmulas segundo as quais a política é o comando sobre os iguais e o cidadão, aquele que tem parte no fato de comandar e àquele no de ser comandado, enunciam um paradoxo que deve ser pensado rigorosamente. É necessário afastar as representações banais da doxa dos sistemas parlamentares que evocam a reciprocidade dos deveres e dos direitos. Para que exista um sujeito da política e, com efeito, a política, é necessário que haja uma ruptura nessa lógica de partilha do sensível.

Tese 3:

A política é uma ruptura específica da lógica da *arkhé*. Não supõe simplesmente a ruptura da distribuição “normal” das posições entre aquele que exerce poder e aquele que é submetido a ele, mas uma ruptura na ideia das disposições que tornam próprias essas posições.

Tese 4:

A democracia não é um regime político. Ela é, como ruptura da lógica da *arkhé*, ou seja, a antecipação do comando em sua disposição, o regime mesmo da política como forma de relação definindo um sujeito específico.

Por conseguinte, a democracia não é um regime político, no sentido de constituição particular entre as diferentes maneiras de agrupar os homens sob uma autoridade comum. A democracia é a instituição mesmo da política, a instituição de seu sujeito e de sua forma de relação.

Por outro lado, a democracia é um termo inventado pelos adversários desta – todos aqueles que têm um título a governar, nascimento, antiguidade, saber, virtude. Entretanto, os pobres não designam a parte economicamente desfavorecida da população, mas aqueles que não contam (sem títulos a exercer o poder da *arkhé*, da lógica do começo/comando).

Tese 5:

O povo, que é o sujeito da democracia, portanto, o sujeito matriz da política, **não é a coleção dos membros da comunidade ou a classe trabalhadora da população**. É a parte suplementar em relação a toda contagem das partes da população, que permite identificar o todo da comunidade, a contagem dos incontáveis. O povo é a existência suplementar que inscreve a contagem dos incontáveis ou a parte dos sem parte.

Tese 6:

Se a política é o traço de uma diferença evanescente com a distribuição das partes e das quotas sociais, resulta que sua existência não é em nada necessária, mas que ela advém como um acidente sempre provisório na história das formas da dominação. Resulta também que **o litígio político tem por objeto essencial a existência mesmo da política**.

Tese 7:

A política se opõe especificamente à polícia. A polícia é uma divisão do sensível cujo princípio é a ausência de vazio e de suplemento, algo que supra esse vazio.

A polícia não é uma função social, mas uma constituição simbólica do social. A essência da polícia não é a repressão nem mesmo o controle sobre os sujeitos. Sua essência é uma certa divisão do sensível, isto é, a lei geralmente implícita que define as formas de ter parte.

A divisão do sensível é o corte do mundo e de mundo, a distribuição [nemein] sobre a qual se baseiam as leis [nomoi] da comunidade. Essa divisão, de um lado, separa e exclui; enquanto de outro, faz participar.

O litígio político é aquele que faz existir a política, separando-a da polícia que constantemente a faz desaparecer, seja negando-a mera e simplesmente, seja identificando sua lógica [a da política] a sua própria [a da polícia].

Tese 8:

O trabalho essencial da política é a configuração de seu próprio espaço. **A essência da política é a manifestação do dissenso, como presença de dois mundos em um só.**

A intervenção policial no espaço público não consiste em interpelar os manifestantes, mas em dispersar as manifestações. A polícia não é a lei que interpela o indivíduo, exceto se a confundirmos com a sujeição religiosa.

Por exemplo: A polícia diz que não há nada a se ver em uma rua, nada a fazer senão circular (“Circulem! Não há nada para ver”...). Ela determina que o espaço de circulação não é o espaço de circulação. A política consiste em transformar este espaço de circulação em espaço de manifestação de um sujeito: o povo, os trabalhadores, os cidadãos. A política impõe, assim, em uma reconfiguração do espaço, o que há a fazer, a ver, a nomear. É o litígio instituído sobre a divisão do sensível, sobre esta distribuição [nemeïn] que funda toda lei [nomos] comunitária.

Tese 9:

Assim como o próprio da filosofia política é fundar o agir político num modo de ser próprio, **o próprio da filosofia política é apagar o litígio constitutivo da política.**

É na descrição mesma do mundo da política que a filosofia efetua esse apagamento. Também sua eficácia perpetua-se até nas descrições não filosóficas ou antifilosóficas deste mundo.

Tese 10:

O fim da política e o retorno da política são duas maneiras complementares de anular a política na relação simples entre um estado do social e um estado do dispositivo estatal. **O consenso é o nome vulgar dessa anulação.**

A essência da política reside nos modos de subjetivação dissensuais que manifestam a diferença da sociedade a ela mesma. **O consenso é a redução da política à polícia.**

2.2 Político, política e polícia – dissenso

Tendo em conta as 10 teses sobre a política, reportamo-nos ao modo como Rancière desenvolve a mesma noção em **Aux bords du politique** (1998) e **O desentendimento** (1996). Nesta última, o autor postula não existir sempre política, pelo contrário, para ele, esta existe muito pouco e raramente. Há algum tempo, essa asserção soara-nos vazia. E, bem por isso, foi vital historicizá-la em face de nosso interesse de pesquisa, em que a questão do político fora se avultando de tempos em tempos como emergência, uma vez que em nossa compreensão, a problemática está na base dos processos sociais, nos modos de constituição das sociedades, de suas divisões e, portanto, não diz respeito a uma área especializada do conhecimento. O político de que trataremos aqui não é sinônimo de política, ele é, talvez, o seu avesso.

Na distinção tradicional entre as noções/conceitos de política e político, de acordo com Corten (1999), a política recebe caráter funcional de área especializada enquanto que o político, mesmo que se considere sua configuração didático-teórica, permanece em uma instância de indefinição, que é sobremaneira aumentada ao se falar em representação do político.

O político concerne ao que é constitutivo dos sentidos e a política não se vincula de imediato a uma aplicabilidade pragmática, no que concerne a leis etc., mas antes se vincula a um pôr em xeque o político já instaurado nas sociedades que delimita quem tem direito de dizer/significar/praticar sentidos, remete à noção de governo (que impõe o que “é”) e de igualdade (que insta ao que “pode ser” via um desentendimento do que já está posto).⁵⁸

Desse modo, podemos compreender que, quando o político da organização da sociedade, instituída sob um governo de legitimidade assegurada pela polícia (a quem cabe o que e como), tem sua organização questionada por uma prática

⁵⁸ Formulação esboçada à luz do pensamento de Rancière (1996, 1998).

política de pressuposição de igualdade, processa-se, constitui-se a própria política, tal como um processo de emancipação – de pressuposição de igualdade.

Rancière faz três distinções importantes concernentes ao tema. Ele delimita o funcionamento da política, do político e da polícia pela insistência do entrelaçamento das noções, sobretudo, na seguinte formulação:

Nous distinguerons alors **la police, la politique et le politique**. **Le politique** sera le terrain de la **recontre entre la politique et la police** dans le traitement d'un tort. [...] La politique n'est pas l'actualisation du principe, de la loi ou du 'propre' d'une communauté. La politique n'a pas d'*arkhè*. Elle est, au sens strict, anarchique (RANCIÈRE, 1998, p. 113).⁵⁹

Conforme se pode observar, o autor sublinha o desentendimento a ser instaurado pela política, na medida em que ela não se constitui via um princípio organizador (*arkhé*), uma “origem” que sustente sua legitimidade, mas de forma anárquica. De maneira análoga, podemos remontar ao funcionamento do discurso (cf. ORLANDI, 2004), que é ditado por uma ordem (do real) e não pela organização (imaginária da realidade).

O político tem seu modo de funcionamento articulado pela **contradição**, pela dialética que expõe, representa uma realidade (ideologia) para refratar uma outra, em uma aproximação com o que Rancière chama de **desentendimento**, desacordo sobre o que e quanto cabe a quem em uma sociedade de divisões.

Na esteira do que formula Rancière (1998), dizemos que **a política se desenrola nas bordas do político** e este último determina a primeira, mas não é tributário dela, uma vez que, se há política é porque existe o político, ou seja, uma ordem instaurada de partilha do real. Dito de outro modo, a política vai entrar em funcionamento, vai existir, quando se desentende o que está predeterminado (naturalizado), e principia-se uma interrupção nos efeitos naturalizados de uma dominação. É nesse sentido que a política não existe *a priori*. Dessa forma, insistimos na instância dos eventos de discurso como mobilizadores do político e da política e não em sentidos anquilosados a uma *arkhè*.

⁵⁹ Distinguiremos então a polícia, a política e o político. O político será o terreno de encontro entre a política e a polícia no tratamento de um engano [...]. A política não é a atualização do princípio, da lei ou do próprio de uma comunidade. A política não tem *arkhé*. Ela é, em sentido estrito, anárquica. Tradução e negritos nossos, grifos na obra.

Assim, para Rancière (1998), o **político** é o encontro de dois processos heterogêneos:

1) o de **governo**, que consiste em organizar a reunião e o consentimento dos homens em comunidade e repousa na distribuição hierárquica dos lugares e das funções – o que ela designa como **polícia**;

2) o de **igualdade**, que se institui mediante o jogo das práticas guiadas pela pressuposição de igualdade, de não importa o quê com o quê e pela preocupação de verificá-la – isto é, a **emancipação**.

Tais processos colocam em cena a questão da igualdade. Todavia, qualquer polícia prejudica a igualdade. Assim, o político é a cena sobre a qual a verificação da igualdade deve tomar a forma do tratamento de um engano.

As noções de polícia, emancipação e político podem ser pensadas em seu entrelaçamento, o que torna possível conceber o **processo de emancipação como a efetivação da política**.

Ainda de acordo com Rancière (1998, p. 114), o impasse atual da reflexão e da ação políticas deve-se à identificação da política com a manifestação do que seria próprio de uma comunidade - da grande comunidade ou das pequenas. Isso pode ser a identificação do princípio de governo ao próprio da comunidade em termos do universal, da lei ou do Estado de direito. Pode ser, ao contrário, a reivindicação de identidade das minorias contra a hegemonia da cultura e da identidade dominantes. A grande e as pequenas comunidades podem trocar acusações de tribalismo ou de crueldade. Uma e outra podem ter razão em suas acusações e engano em suas pretensões.

Entretanto, tal jogo repousa sobre a mesma lógica de divisão do sensível, ou seja, é o princípio da polícia que se apresenta como a atualização do “próprio da comunidade” (impróprio, já que ele não existe), de transformar as regras de governo em “leis naturais da sociedade”. Mas se a política difere da polícia, ela não pode repousar sobre tal identificação, pois de acordo com o autor, a lógica de emancipação é uma heterologia, a do dissenso.

Dessa forma, o processo de emancipação é a verificação de igualdade de não importa qual sujeito com não importa qual outro. É sempre colocar em questão o nome de uma categoria à qual se nega o princípio de igualdade ou sua

consequência - trabalhadores, mulheres, negros ou outros. Mas a aplicação dessa igualdade não é, no entanto, a manifestação do próprio ou dos atributos da categoria em questão. O nome de uma categoria vítima de um engano e invocando seus direitos é sempre o nome de um anônimo, o nome de não importa quem.

Ainda segundo Rancière (1995), a política é sempre uma ruptura com a autorregulação, com a dominação, com a lógica policial que coloca os sujeitos cada um em um lugar determinado, cada um com seu estatuto social definido. Isso não é política, ela é exatamente o que rompe com isso, o que cria atores novos, objetos novos, em relação a essa lógica de lugares, cuja pretensa “paz social” que postula está prestes a entrar em colapso:

Essa ausência de política, essa regra consensual, é ao mesmo tempo o outro lado de tudo isso que estamos vendo, do retorno do poder carismático, das guerras étnicas, racismo, xenofobia: é a modernidade, que é também consenso, o mercado etc. A política é o arcaico, o conflito. **Sim, a política é rara, muito rara, mas não diria que ela está morta, nem mesmo com a hegemonia da idéia de consenso** (RANCIÈRE, 1995, s/p).

Buscamos aqui sucintamente esmiuçar os fundamentos que sustentam o pensamento de Rancière respeitante à temática, levando em conta, de nossa parte, a ideia de litígio e de desentendimento que ele postula, bem como uma posição crítica contundente em relação à pretensa era dos fins, como bem ilustra a epígrafe que abre este capítulo, pois como iremos fazer coro, esta ideologia dos fins não é senão a tentativa de apagamento do funcionamento da política, sua anulação em favor de uma ideologia de um pretense consenso que abre espaço para não importa o quê, a era dos monstros, que se tornam diferentes a cada soprar de ventos.

Consideramos fundamental o pensamento de Rancière para a compreensão do político especialmente pelo entrelaçamento entre político, política e polícia para problematizarmos a questão da produção de consenso na contemporaneidade (discurso da mundialização), em face do que Pêcheux designou “fraseologia democrática” (na sequência, neste mesmo capítulo). Antes ainda de efetivarmos o que anunciamos como nossa leitura da noção, atentamos para como o político é abordado em AD, por Orlandi.

2.3 O político na AD

Situando a questão no âmbito do discurso, ao esteio de um mesmo “parâmetro” de observação/análise do cenário contemporâneo, isto é, do materialismo histórico, que subjaz como princípio articulador (episteme) nos trabalhos a que nos reportamos, direcionamos nossa atenção ao modo como o político é traçado em AD, anunciando os dois princípios que o orientam, o da direção de sentidos e o da divisão destes, conforme demonstram as passagens a seguir.

O político da direção de sentidos

- I. O político reside no fato de que **os sentidos têm direções** determinadas pela forma da organização social que se impõe a um indivíduo ideologicamente interpelado [...] deve-se praticar a análise de discurso como um dispositivo que permite analisar a *textualização do político*⁶⁰ o que já é um passo importante na compreensão da relação entre o simbólico e as relações de poder (e não mais a maquinaria lingüística e os textos políticos) (ORLANDI, 2005, p. 34-35).

- II. Quando, na prática da análise de discurso, digo que o **esquecimento é constitutivo da memória**, estou afirmando o **político como constitutivo**, isto é, o fato de que há uma direção nos sentidos e essas direções são função da **posição do sujeito e do sentido na sociedade e na história**, funcionando pela relação do dito com o não-dito. **Há simbolização das relações de poder**. O esquecimento constitui o que se sabe e o que não se sabe [...] em relação ao político: imprime a **direção dos sentidos**, o que eles recortam, instituem, põem em silêncio, o que incluem, o que excluem. Para se compreender o político inscrito nos sentidos é preciso trabalhar nossa relação com a interpretação (ORLANDI, 2002, p. 51-52).⁶¹

O político da divisão

⁶⁰ Negrito e itálico nossos. Orlandi (1999, p. 68) define como textualização do político a simbolização das relações de poder presentes em um texto.

⁶¹ Negritos nossos.

- I. o político é o fato de que o **sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história**, pelo mecanismo ideológico de sua constituição [...] A compreensão, na análise de discurso, é política [...] A análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político (ORLANDI, 2004, p. 21-42 passim).
- II. O político corresponde (aqui) à **divisão inexorável do sentido**, cuja direção tem a ver com as injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história de um mundo que funciona, entre outras coisas, pelas significações (ORLANDI, 2005, p. 110).

A autora propõe (ORLANDI, 2005, p. 34), portanto, que se saia de um militantismo pedagógico em torno do confronto entre duas práticas, a de leitura do texto político e de política de leitura e que se busque a análise da “prática política de produção do sentido”, sob o aporte de uma compreensão da significação como prática ideológica (interpretativa, que reclama sentidos).

Em relação à abordagem que a pesquisadora propõe, interessa-nos o confronto entre o simbólico e o político, na medida em que este aponta para o “risco da simbolização” (cf. ORLANDI, 2005, p. 208), na qual se incorre quando a textualização do político se dilui na repetição de rituais⁶² e não mais emerge de uma interpretação, de uma metaforização diante da profusão de discursos, diríamos quando a ordem do político se dilui na produção do consenso, constituindo assim uma ordem policial, nos termos de Rancière.

Creemos que as contribuições de Rancière jogam novas luzes para a compreensão do político/da política em AD, por exemplo, a questão da divisão/direção nos remete ao que Rancière trata em termos de partilha do sensível, tal partilha instaurada pela produção de evidências que tomam a forma “policial”.

⁶² Orlandi exemplifica o risco da simbolização por meio de textualização do corpo, isto é, imerso em rituais sociais, o sujeito não coloca um *piercing* como uma forma de se significar e significar o urbano, mas coloca vários, muitos, por todas as partes do corpo, é o risco da simbolização, do excesso, da supersignificação que se dilata e torna-se repetição, deixando de configurar uma interpretação, uma forma de metáfora.

A partir do exposto até aqui, compreendemos que a política reinstaura o político, mas não é determinante deste, tampouco um pode ser tomado pelo outro, uma vez que o político é o que constitui as práticas de sentido, a própria formação de uma sociedade. Podemos dizer ainda que o político subjaz como constitutivo de quaisquer produções de sentido, pois diz respeito à organização das sociedades e tudo que se diz sobre esse real de divisões vivenciado é irremediavelmente construído pela/na linguagem.

Vamos retomar essa questão no capítulo III, em que nos ocuparemos em exemplificar como as diferentes ordens que colocam em cena o político se formalizam discursivamente em face de um cenário em que a produção de evidências é radicalmente influenciada pelas novas TICs e, por conseguinte, por uma produção de memória, por uma memória metálica, a ser observada nos seguintes termos:

Um texto produzido em computador e um texto produzido a mão são distintos em sua ordem porque as memórias que os enformam são distintas em suas materialidades: uma é histórica e a outra é formal. **A memória metálica (formal) 'lineariza', por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições.** O que produz o efeito da onipotência do autor e o deslimite dos seus meios (a memória metálica, a infinidade de informações). A nossa posição é de que tanto a informatização como a mídia produzem realmente a multiplicação (diversificação) dos meios mas, ao mesmo tempo, homogeneízam os efeitos. Daí uma idéia de criatividade caracterizada pela deslimitada produção (a enorme variação) do 'mesmo'⁶³ (ORLANDI, 2004, p. 15-16).

Como nota-se, a memória metálica trabalha em excesso para que a memória discursiva seja progressivamente silenciada/apagada. Nesse quadro, podemos indagar: Como pensar a política em tempos de *Photoshop*? Salvo o tom jocoso, quando nos referimos a *Photoshop*, não estamos necessariamente ou somente nos referindo a um programa de edição de imagens (que podem ser textos, vídeos...), mas, sobretudo nos referimos à memória metálica que aí opera, conforme trataremos a seguir.

⁶³ Em relação a essa repetição na mídia é relevante destacar o trabalho Medeiros (2010), uma vez que a autora promove uma interessante análise que lhe permite tratar o conceito pecheutiano de redes parafrásticas em termos de arranjo simbólico, na mídia impressa do espetáculo, da urgência da informação que repete o mesmo, em série de imagens, diríamos, segundo a distinção proposta por Orlandi (2011).

2.4 Produzir história sem (e com) *Photoshop*

Para liquidar os povos... começa-se por lhes tirar a memória. Destroem-se seus livros, sua cultura, sua história. E uma outra pessoa lhes escreve outros livros, lhes dá uma outra cultura e lhes inventa uma outra História. Em seguida, o povo começa lentamente a esquecer o que é e o que era. O mundo a sua volta o esquece ainda mais depressa.

- E a língua?

- Por que tirá-la de nós?

Trata-se apenas de um folclore que morrerá mais cedo ou mais tarde de morte natural.

Seria isso uma hipérbole ditada por uma tristeza muito grande?

(Milan Kundera, O livro do riso e do esquecimento)

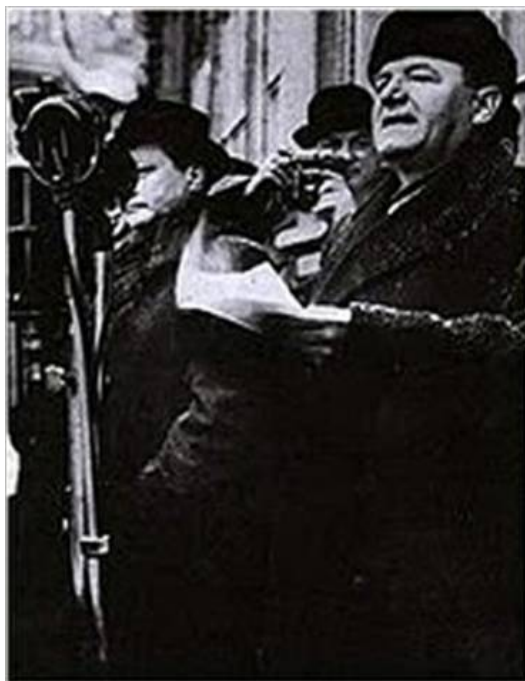


Ilustração 6 - Foto do dirigente comunista Klement Gottwald, em fev. de 1948



Ilustração 7 - "A mesma foto", quatro anos depois⁶⁴

⁶⁴ Ilustrações 6 e 7 Adaptadas de:

http://3.bp.blogspot.com/_xhnbIR6xJK4/SEaIF573Jel/AAAAAAAABA0/bEIZQWSox4/s320/Victor_Clementis_disappears.jpg

Há procedimentos, no âmbito da formulação dos discursos, que visam tanto a dar visibilidade (ou monumentalizar) objetos simbólicos, quanto a fazer esquecer, fazer com que a língua pela qual eles se materializaram vire vento ou, ao contrário, fortifique-se enquanto algo que não se deve esquecer. Entretanto, tais procedimentos vão de encontro à memória discursiva que se constitui ao lado dos mesmos processos que trabalham para sua anulação.

Courtine (1999) problematiza questões relativas ao estatuto da memória no campo do discurso político, por meio do episódio do “chapéu de Clémentis”, ou ainda do desaparecimento desse sujeito de uma história presentificada em uma imagem da qual ele é providencialmente retirado devido ao fato de ela rememorar a ideia de “traição”. Tal episódio é detalhado no livro de Milan Kundera (**O livro do riso e do esquecimento**), ao qual Pêcheux se reporta em *Ler o arquivo hoje* ao problematizar questões sobre o que chama de “policiamento de enunciados” e “apagamento seletivo da memória histórica” (o que para nós é um dos indícios de que “as novas” materialidades de sentido já estavam em pauta na AD há algum tempo).

Por ocasião de um pronunciamento público do dirigente comunista Klement Gottwald, em 21 de fevereiro de 1948, em Praga, em meio a um cenário gélido, Vladimir Clémentis empresta seu chapéu de pele ao orador, essa imagem entra em circulação de modo a ser reconhecida (lembrada) como um marco na história da Boêmia comunista. Porém, quatro anos mais tarde, Clémentis é considerado traidor e enforcado. Ele então “se dilui” das fotos, desaparece, sua imagem é suprimida pelo Departamento de Propaganda daquele país e Gottwald permanece só na sacada, portando, contudo, a o chapéu de Vladimir Clémentis (Ilustrações 6 e 7). A esse respeito, Courtine assevera que

esse processo da anulação de Clémentis, de perda referencial, recalque, apagamento da memória histórica (que) deixa, como uma estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento, mesmo que se coloque aqui em jogo a materialidade não-lingüística de um documento fotográfico, é antes de tudo, **na ordem do discurso que ele é produzido** (COURTINE, 1999, p. 15-16).⁶⁵

⁶⁵ Negrito nosso.

Ao trabalharmos, como indica Courtine, com a ordem do discursivo, permitimo-nos análises de materialidades de sentidos em suas distintas modalidades.

Vale enfatizar que a noção de interpretação atrelada ao trabalho do analista não requer interpretar nem descrever os textos, mas explicitar o processo de produção de sentidos destes, apreender os gestos de interpretação que se configuram nesses objetos, de modo a imporem direção para os sentidos, ou seja, o que compete ao analista é interpretar a interpretação. O que nos remete necessariamente à noção de ideologia, na medida em que a materialidade específica do discurso é a língua, e o discurso é a materialidade específica da ideologia. É pela contradição que liga língua e ideologia que se produzem verdades, realidades, ou seja, pelo imaginário (cf. ORLANDI, 2004). E quando não se expõe o fato à história, as mentiras ficam parecendo verdades⁶⁶. Salvo o trocadilho, sabemos que a verdade não é, nem poderia ser, objeto de nossa análise, “o que há são versões”, produtos de discursos, significações que forjam sujeitos, sentidos, lugares.

Em face dessa dispersão de filiações que põe em cena uma crise do político que é por sua vez avultada pela produção de memória metálica, pensamos ser fundamental problematizarmos o conceito de Formação Discursiva (FD), no que implica (re)pensar as regionalizações de sentidos, seus processos ideológicos de constituição.

2.5 *Eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem*⁶⁷ – que assim seja, a Formação Discursiva

Ao termos em conta que se tem propalado em nossos dias uma crise de filiações ou de engajamentos (a era dos fins da ideologia, da história), de forma a impor limites ao conceito de FD, enquanto “aquilo que, **numa formação ideológica dada**, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, **determina o que pode e deve ser dito** [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 160) é fundamental que não o tomemos estritamente como foi formulado e

⁶⁶ A noção de ideologia é abordada mais pontualmente no item seguinte.

⁶⁷ Paráfrase, ver no texto de Žižek (1992).

mesmo reformulado, na década de 1980. Por outro lado, refutá-lo, em face da fluidez de sentidos observada na contemporaneidade, parece-nos ainda mais problemático, tanto quanto adotar o conceito de interdiscurso como seu substituto, na medida em que a filiação de sentidos é atirada ao vento e tudo pode significar qualquer coisa quando se submerge na vastidão do relativismo. Além disso, tal conceito foi objeto de retificações e mesmo ratificações desde Pêcheux, que o tomou de empréstimo de Foucault. Ele foi explorado no tocante mesmo a sua q houve heterogeneidade interna por Courtine (2009 [1981]), analisado amplamente por Indursky (2006, 2003, 2002), por exemplo. Ele é assim confrontado à noção de interdiscurso, heterogeneidade discursiva, dispersão da forma sujeito em posições etc. e ao serem expostos seus limites, é reafirmado um lugar fundante, em nossa compreensão.

Um cenário de incertezas, de falta de referências tem sido propugnado em literaturas de cunho filosófico e sociológico de grande circulação na atualidade, as quais entronizam a efemeridade, a volatilidade das relações sociais, das subjetividades, das ideias, das vontades, etc. Ao esteio delas e com certo deslocamento direto para a realidade brasileira, têm sido forjados novos conceitos para a interpretação da sociedade contemporânea, dos discursos, das ideologias, da história. Não raro, vemos crucificada a noção de FD. Orlandi adota uma perspectiva crítica, à qual nos somamos, em relação a essa conjuntura, dizendo:

Há um progresso que traz suas ameaças. Tem-se efetivamente como medida que o céu é vazio, tanto de Deus como de ideologias, de promessas, de referências, de prescrições e os indivíduos têm de se determinar eles mesmos, singularmente e coletivamente. Este é o sujeito que vemos teorizado no Velho Mundo, nos países ricos. Queremos ver em nossa reflexão como isto se passa no sul do planeta. Que ecos vivemos nos países pobres. O que se passa com os que, por necessidade histórica, seriam mutantes, mas que, pelas razões da dominação, da ideologia capitalista, não podem sê-lo. Os mutantes, sem as condições favoráveis do capitalismo, estes, que são o resto, também são os monstros? Como significá-los em suas condições? (ORLANDI, 2007, p. 3-4).

Nessas circunstâncias, reportamo-nos à asserção enfática de Pêcheux em relação à inviabilidade de categorização de FDs:

Caractériser une formation discursive en la classant parmi d'autres par quelque typologie que ce soit devient strictement impossible; il faut au contraire définir le rapport interne qu'elle entretient avec son extérieur discursif spécifique, bref déterminer les empiètements constitutifs par lesquels une pluralité contradictoire, inégale et intérieurement subordonnée de formations discursives s'organise en fonction des intérêts que met en jeu

la lutte idéologique des classes, à un moment donné de son développement dans un formation sociale donnée (PÊCHEUX, 1990 [1977], p. 256-259).⁶⁸

Com referência a essa colocação, muito se tem dito em prejuízo da noção de FD. Nosso interesse é pensá-la a partir da circulação dos discursos aqui no “novo mundo”, cenário profícuo para se pensar contradições, embates de sentidos ou mesmo ainda sentidos estratificados/guetificados.

Cabe apontar que, ao se tratar de FD, é preciso levar em conta que

- ela é a **materialidade linguística das Formações Ideológicas** (o que implica também pensar no conceito de língua e este atrelado à ordem dos discursos);
- nela imbrica-se necessariamente uma noção de **ideologia** e
- ela se constitui mediante regionalizações provisórias de um conjunto de ordem irrepresentável que é o **interdiscurso, a memória discursiva**.

Importa aqui nos determos em alguns aspectos dos conceitos do quadro acima. Conforme Pêcheux e Fuchs (1997b [1975], p. 166), as **formações ideológicas** (FIs) são “conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”.

A **Ideologia**, por sua vez, é compreendida aqui como direção de sentidos, a própria condição destes e não mascaramento, pois “na ideologia não há ocultação de sentidos (conteúdos), mas apagamento do processo de sua constituição” (ORLANDI, 2004, p. 66) via produção de evidências. Além disso, como diz Orlandi, ela também não é um defeito dos que não têm consciência, mas constitui a própria

⁶⁸ Caracterizar uma formação discursiva classificando-a, entre outras, por qualquer tipologia que seja, é estritamente impossível. É necessário, ao contrário, definir a relação interna que ela estabelece com seu exterior discursivo específico, em suma, determinar os atravessamentos constitutivos pelos quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses que colocam em jogo a luta ideológica de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento em uma dada formação social. Tradução e negritos nossos.

relação imaginária dos sujeitos com sua “realidade”. Assim, na perspectiva discursiva, a ideologia antes mostra do que oculta.

O **interdiscurso** diz respeito ao que fala antes, em outro lugar, constituindo uma memória discursiva, ou seja, é o conjunto de dizeres que possibilita mesmo as formas de dizer e que se formaliza na formulação (no intradiscurso) como um já dito; é a base do dizível, o que sustenta os discursos (cf. ORLANDI, 2003, p. 31).

Tais noções são inapelavelmente solidárias no modo como as compreendemos, de maneira que o abandono de uma impõe limites às demais. Em última instância, recusar o conceito de FD é negar a divisão política dos sentidos/das sociedades, é esquivar-se do fato de que existe Ideologia (para se deixar evadir no vácuo das ideologias descartáveis que o mundo globalizado vende). Além disso, dada a configuração da AD, forjada na política, pensada inicialmente como suporte de análise de textos políticos, essas noções reclamam ser consideradas em seu movimento em face dos novos objetos de discurso, às novas demandas por sentidos.

2.6 O invisível nos salta aos olhos⁶⁹ - As novas demandas por sentidos

Com base nos estudos de Guimarães (2003, 2005, 2005a, 2007), buscaremos desenvolver a hipótese de que o nome, ao ser concebido como um “saber sobre algo” e que, portanto, se vincula (filia) a um discurso, pode ser tomado como categoria analítica basilar em análises que visem a compreender os laços que os nomes estabelecem, tanto no que concerne aos vínculos tecidos quanto aqueles rompidos. Quer dizer, buscamos, pela via dos nomes, compreender os deslocamentos que se processam nos discursos, bem como as permanências, mediante a historicidade que circunscrevem, colocando em cena, por exemplo, a determinação histórica, a transformação (deslocamento, silenciamento, elipses – análise sintomática), o impensado e mesmo o invisível (o que está por vir, e que não encontra vínculo com os já ditos e, portanto, não corporifica uma transformação, mas poder vir a constituir o não significado nos dias atuais) de que Pêcheux tratou no texto *Delimitações, inversões, deslocamentos* (1990 [1982]).

⁶⁹ Verso da canção “Piano Bar”, composição de Humberto Gessinger (Engenheiros do Hawaii).

Parece-nos relevante destacar que, quando falamos em não significado e, por conseguinte, não passível de se analisar via categorias como deslocamento ou transformação de sentido, não estamos querendo dizer que tal sentido emergiria do “nada”, que seria o “novo” em seu estado nascente/originário, pelo contrário, reportamo-nos ao que se produz em face de uma dispersão de discursos emergentes nos tempos atuais e que acreditamos não ser passível de classificações (FD X, regionalização de FDy, discurso democrático, discurso militante, discurso revolucionário, etc.) é esse caráter disperso que nos remete a uma análise que se centra na palavra em sua historicidade no tempo presente, a fim de pensarmos, por exemplo, como se dá essa espécie de atravessamento, por técnicas maquinais-informáticas nos processos de formulação de dizeres, que aí intervêm sobremaneira, transformando as palavras, os sentidos em meros artefatos de linguagem.

Objetivamos, desse modo, distanciarmo-nos da grade de leitura que uma Formação Discursiva (FD) poderia vir a circunscrever, tal como adverte Pêcheux (1990 [1983], p. 322):

la notion de ‘formation discursive’ empruntée à Foucault par l’analyse de discours a trop souvent dérivé vers l’idée d’une machine discursive assujettissement dotée d’une structure sémiotique interne et par là même vouée à la répétition: à la limite, cette conception structurale de la discursivité aboutirait à un effacement de l’événement, à travers son absorption dans la sur-interprétation anticipatrice.⁷⁰

Contudo, visamos a manter princípio que consideramos fundamental, ou seja, pautamo-nos na premissa inexorável da divisão de sentidos, compreendida em uma dimensão política, tendo em conta que

Não há como estabelecer um sentido dentro de uma certa ordem discursiva em que os processos de significação estejam estabilizados em formações discursivas do capitalismo habitual: certo/errado, crime, bandido, menino/traficante etc. Contemporaneamente, o jogo das formações, portanto a filiação de memória é outra. E, assombrados pelo não sentido, esses sujeitos vivem em cheio o sem-sentido, balançados de um lado para outro na sua insignificância para uma sociedade em que estão condenados à extinção. Sem lugar na sociedade e na história, pois é essa sua realidade. Se os sentidos são múltiplos e incertos, eles não se sustentam numa racionalidade do Estado ou numa lógica do social mas na falta de lugar,

⁷⁰ A noção de formação discursiva tomada de empréstimo de Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, essa concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora. Tradução nossa.

no que eu chamaria, re-significando o que tem sido dito sobre a falta de lugar como 'a-topia', que implica os sentidos (ou a falta de) de cidadania (ORLANDI, s/d).⁷¹

Pelo que precede, a problemática que colocamos é a seguinte. Mesmo que seja possível “inscrever” uma palavra (representativa de um discurso), em uma FD, e mesmo que possamos, por meio dessa mesma noção, descrever os possíveis deslocamentos a fim de dar conta de uma eventual dispersão no/do discurso e, por conseguinte, da própria noção, de onde partiríamos para analisar o não significado? Este que guarda relação com certa circulação de discursos (historicidade em constituição) que não é nem de identificação, nem de desidentificação, nem mesmo de contraidentificação, mas é *algo de outra ordem*. O que vem a colocar em cena o que Pêcheux chamou de **nova fraseologia, a frase democrática**:

De um lado e de outro desta fronteira, a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, o ‘mesmo sentido’: e, como no caso da ideologia jurídica burguesa, sua transposição, deliberada ou não, pode ser uma questão de vida ou de morte: paradoxalmente, a desconfiança dos revolucionários com respeito à fraseologia engendrou **a nova fraseologia do discurso-real autoprotetor, nova ‘frase democrática’ que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem confessar**. (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 15).⁷²

Acreditamos, com Pêcheux, que possamos “commencer à prendre congé du sens que reproduit le discours de la domination, en sorte que de l’irrealisé advienne en formant sens de l’intérieur du non-sens⁷³” (PÊCHEUX, 1982, p. 64); mesmo porque o real de que Pêcheux trata remete aos pontos de impossível, ao não logicamente estável, este que não é possível de se “descobrir”, tal como desvelam sentidos “encobertos” em um texto, mas nos deparamos com ele. É desse modo que procuramos formas de nos deparar com esse real dos discursos, que emergem do não significado, do invisível dos discursos fluidos da modernidade, os quais compreendemos em sua dimensão “revolucionária”⁷⁴, pois

⁷¹ Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlm/Eni%20Orlandi.pdf>. Negritos nossos.

⁷² Aspas no texto, negritos nossos.

⁷³ “Começar a nos despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha, formando sentido no interior do non-sens”. Tradução nossa. Preferimos manter a noção de non sens sem tradução, em virtude da distinção que Orlandi propõe entre não sentido e sem sentido (cf. capítulo III).

⁷⁴ Agradecemos as contribuições de Maurício Beck para a compreensão do “sentido revolucionário” do invisível pecheutiano, o qual não necessariamente nos remete a “uma revolução” (no sentido de “mudar a base do mundo”), mas a uma quebra com certa ordem de dizeres estabilizados, tal como o que pode emergir como o “sem sentido”...

a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência. Não seria o caso de designar ao mesmo tempo como esta questão, onde o real vem se afrontar com o imaginário, diz respeito também à linguagem, na medida em que especifica a existência do simbólico o animal humano? (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 08).

Respondendo, metaforicamente, à pergunta (que já é uma resposta) de Pêcheux, no cenário brasileiro contemporâneo, “toda vez que falta luz, toda vez que algo nos falta, o invisível nos salta aos olhos [...]” (Humberto Gessinger).⁷⁵

Toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 08).

A relação com o irrealizado a que Pêcheux se refere (de um “mundo” a outro – tomada aqui no âmbito de uma discursividade a outra ou de um não significado para um significado) se trama pelas relações entre língua e história (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 09).

Esse irrealizado será observado, considerada a circulação do nome comunidade, na relação que este pode vir a estabelecer com a frase democrática, a fraseologia de que fala Pêcheux, essa que se afigura como língua una e indivisível própria da democracia republicana, e que chamaremos de **fraseologia da mundialização**, uma vez que configura um:

espaço da artimanha e da linguagem dupla, linguagem de classe secreta onde o ‘bom entendedor’ encontra sempre sua salvação, a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a **aparência da paz social** [...] (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 11).

Na verdade, interessa-nos analisar como o irrealizado (ir)rompe (n)essa fraseologia, uma vez que, de acordo com Pêcheux (1990 [1982], p. 19), “as massas permanecem aí tão invisíveis a si mesmas, tão irrepresentáveis como conceitos”. Considerado o cenário brasileiro atual, permitimo-nos pensar as massas de que Pêcheux trata em termos de “novas subjetividades contemporâneas” que emergem nos contextos das grandes e médias cidades como o excesso, o expurgo da sociedade global que visa a transformar todos em consumidores.

⁷⁵ Versos da canção “Piano Bar”, composição de Humberto Gessinger (Engenheiros do Hawaii).

O impensado, o irrealizado pecheutiano, tem sido amplamente desenvolvido nos trabalhos recentes de Orlandi⁷⁶ sobre as subjetividades contemporâneas (sempre considerados materialmente vinculados – sujeito e sentido), estas que, às margens dos processos globalizados de produção/reprodução das formas de vida, vão forjar outros lugares nessa realidade (organização) saturada e fazerem emergir o real da contradição, da ordem dos discursos, a materialidade (subjetivo-discursiva).

É dessa ordem o discurso das falas desorganizadas, dos *rappers* (o excesso, o “senso comum” e a estereotopia que metaforizam o excesso nas grandes cidades), dos grafiteiros (que instaura uma forma outra para a língua - uma escritorialidade), dos meninos do tráfico que assumem *um lado certo de uma vida errada*⁷⁷ (sem escolha) e, por exemplo, das boqueteiras⁷⁸, no cenário das favelas das grandes cidades, que se ocupam dos meninos do tráfico, enquanto estes zelam pela segurança do morro e, dessa forma, acreditam exercerem função importante nessa conjuntura social. Sujeitos estes que, empurrados para os não lugares do urbano, instauram discursividades outras que desafiam aos ditames que desde já encontram guarida em sentidos tomados em blocos regionalizados ou que se deslocam. Para nós, essas discursividades não encontram filiação *a priori*, pois são de outra ordem, aquela do invisível pecheutiano. Igualmente, de acordo com Orlandi (2005, p. 212), as falas desorganizadas são como “formas discursivas que fazem aparecer o silenciamento, o apagamento, a de-significação”.

Nessa perspectiva, em trabalhos com outras discursividades, o não significado no discurso “em rede” tem sido amplamente desenvolvido por Cristiane Dias (2007, 2009), como da ordem do “info não significado”, isto é, diz respeito àqueles que ocupam um não lugar na Sociedade da Informação que impõe, por exemplo, a informática (uso da internet) como necessidade premente para todos os sujeitos – que coloca todos como pertencentes ou não a uma rede de amigos, de afinidades, integrados ou não à utilização de tecnologias e a uma escrita própria dos

⁷⁶ Os trabalhos de Eni P. Orlandi sobre os discursos nas favelas (o não-significado) são fundamentais para refletirmos a esse respeito [em especial a conferência proferida no IV SEAD, nov. 2009, POA/RS; e também as obras **Cidade atravessada** (2001); **Cidade dos sentidos** (2004a); **Para uma enciclopédia da cidade** (2003)].

⁷⁷ Ver em: <http://www.fflch.usp.br/dlm/Eni%20Orlandi.pdf>

⁷⁸ Profissionais do sexo oral.

ambientes virtuais, que simula emoções, corpos, sujeitos, sentidos (uma corpografia).

Destarte, partimos da hipótese de que um dispositivo que contemple os movimentos de sentidos que se processam em nossos dias é algo a ser feito, é uma criação que toma como ponto de ancoragem a historicidade do tempo presente em suas discontinuidades e contradições. Com o propósito de esboçarmos tal dispositivo é que propomos um estudo que toma os nomes como categoria fundante das relações textuais, sociais, históricas e, sobretudo, simbólicas.

Em face do que até aqui precedeu, somamo-nos ao dizer de Orlandi (2007), quando a autora afirma que “o sentido é algo a ser conquistado”, pois, ao tomarmos a palavra comunidade como motor deste trabalho (que não é um estudo *sobre* a palavra), estamos considerando sua profusão sobredeterminada, mas, e ainda assim, carente de uma análise que a tire da ordem da **fraseologia**, a nova língua democrática que tem a invisibilidade do vento e igual força para condenar ao estrelato ou à invisibilidade e que coloca em xeque as redes de memória (as filiações de que trataremos a seguir).

2.7 A filiação de sentidos

Para desenvolvermos nossa reflexão no tocante ao tema filiação de sentidos, pautamo-nos em duas premissas:

- I. “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX & ENGELS, 1845-46, s/p).⁷⁹

- II. [no tocante ao real, é preciso] “supor que [...] possa existir [...] **um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das ‘coisas-a-saber’** ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e **um saber que não se transmite, não se**

⁷⁹ Em: **A Ideologia Alemã** - Capítulo Primeiro - Obra de domínio público, disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap1.htm#i1>. A citação diz respeito ao item: *A essência da concepção materialista da história. Ser social e consciência social.*

aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 43).

Essas duas premissas são conjugadas à seguinte formulação de Orlandi:

Ao falarmos **nos filiamos a redes de sentidos**, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente. Por que somos afetados por certos sentidos e não outros? Fica por conta da história e do acaso, do jogo da língua e do equívoco que constitui nossa relação com eles. Mas certamente o fazemos determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia. Por isso a Análise de Discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com **esse ‘saber’ que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos** (ORLANDI, 1999, p. 34).⁸⁰

Em nossa leitura, as duas premissas conjugadas à reflexão de Orlandi são motrizes para a maneira como se pode conceber modos de entrada em um corpus a propósito da questão da filiação de sentidos, de forma que adotamos como esteio para nossa reflexão e análises precedentes, retomando-as e explorando-as segundo os objetivos deste estudo (mais detidamente no capítulo III).

Cabe salientar que Pêcheux (1983), na obra **Discurso: Estrutura ou acontecimento**, ao sublinhar a tarefa da AD – a interpretação –, aponta que os dizeres reclamam interpretação, pois constituem **filiações históricas** as quais devem ser tomadas como redes de memória e não como dizeres em interação.

É especificamente este ponto, o das filiações históricas no qual nos deteremos. Na obra supracitada, Pêcheux vai colocar em questão o papel das metanarrativas como formas totais e totalizantes como instrumentos para explicar os fenômenos sociais, mais especificamente o papel do marxismo como ciência régia, total e celibatária e a urgência desta em estabelecer o que ele chama de “relações extraconjugais” a fim de dar conta dos fenômenos a que se propõe a analisar.

Pêcheux escolhe **três caminhos** (o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação) para aportar sua reflexão:

⁸⁰ Negrito nosso.

- 1) o do trabalho com o célebre enunciado: *On a gagné*;
- 2) o da relação entre Marx e Aristóteles no tocante a uma ciência da estrutura e
- 3) o da relação entre a análise como descrição e a análise como interpretação.

Tais caminhos são tomados em seu entrecruzamento e são por conseguinte denominados como o do **acontecimento**, o da **estrutura** e o da **tensão entre descrição e interpretação** na AD.

O **caminho 1** é traçado via a análise do célebre enunciado *On a gagné*. É descrita e interpretada a maneira de entremeio pela qual a estrutura pode ser analisada em face de seu acontecimento e deslocamento de um campo discursivo a outro (do esporte à política), fator que lhe empresta a opacidade que o momento requer e desde já coloca as devidas respostas ou já as elimina *a priori* (Quem o nós (on) representa e/ou quem teria ganho? O que teria sido ganho (*a gagné* sem complemento) e em benefício de quem? etc. Apagamentos que se impõem em virtude de um resultado assemelhado ao de um esporte (universo logicamente estabilizado), no qual tais questões não são exatamente pertinentes.

É essa pretensa lógica que Pêcheux vai esmiuçar ao efetivar uma análise que contempla a desmontagem então de “uma **rede de relações associativas implícitas [...] série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos**, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 23).⁸¹

O trabalho com tal enunciado/acontecimento de 10 de maio de 1981 na França tem como pano de fundo teórico o de pôr em causa o “**estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca** (é sim ou não, é x ou y, etc.) **e formulações irremediavelmente equívocas**” (Id., p. 28)⁸².

No **caminho 2**, o autor vai questionar o papel de ciências régias que visavam a um saber unificador que daria conta de explicar as coisas no mundo de maneira

⁸¹ Negritos nossos.

⁸² Negritos nossos.

lógica e universalizante, isto é, dar conta do real, das coisas a saber, as quais representam:

O que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevivência biológica) do 'sujeito pragmático': isto é, tudo o que o ameaça pelo fato mesmo que isto exista (o fato de que seja 'real', qualquer que seja a tomada que o sujeito em questão tenha ou não sobre a estrutura do real); não é necessário ter uma intuição fenomenológica, uma pegada hermenêutica ou uma apreensão espontânea da essência do tifo para ser afetado por essa doença; é mesmo o contrário: há 'coisas-a-saber' (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual 'ninguém pode ignorar a lei' – porque esse real é impiedoso (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 35).⁸³

Esse projeto unificador foi protagonizado tanto pela escolástica aristotélica, mediante o desenvolvimento de categorias modelo que estruturariam a linguagem e o pensamento quanto pelo positivismo e sua vontade de verdade por meio de provas cabais oriundas da realidade (método hipotético-dedutivo experimental); e ainda pela ontologia marxista através de produção de leis dialéticas da história e da matéria tendo como dispositivo *O Capital*, todas elas buscando “explicar tudo, em nome da urgência” (Id., p. 36).

Chamando atenção para o fracasso dessas empreitadas unificadoras que tinham como “centro a questão da história, isto é, a questão das formas de existência possível de uma ciência da história” (Id., p. 37), Pêcheux propõe como imperativo que abandonemos a ideia de que as coisas a saber concernentes ao real sócio-histórico formam um sistema estrutural, **que pensemos os problemas fora da negação marxista da interpretação**, encarando-a como o próprio objeto da história, quer dizer, **a história como disciplina de interpretação a despeito de uma lógica universalizante** (Id., p. 42).

Partindo dessa apreensão, abre-se espaço para o não logicamente estável, para os “furos no real”. Tais furos no real compreendem o espaço e um modo de circulação dos saberes que nos interessa nesta tese, em relação à filiação de sentidos, isto é: esse “furo” no real vem dar lugar a um outro tipo de saber que não reduz às “coisas a saber”, conforme enunciemos na premissa II (cf. PÊCHEUX, 1990

⁸³ Consideramos emblemático o exemplo alegórico que Pêcheux nos dá a esse respeito, o de um incêndio, isto é, mesmo que alguém deseje atear fogo em o que quer que seja, a propagação deste ou o “sucesso” do ato vai depender, por exemplo, da estrutura em que foi ateadado, da natureza e disposição dos materiais e dos objetos que ela contém, direção do vento etc., portanto, não da “vontade” do sujeito pragmático.

[1983], p. 43), mais acima, e que evocamos nesse estudo de forma conjunta, ou seja, apelidamos de **saber que não se transmite/aprende/ensina** (se vive).

Chegamos aqui ao **caminho 3**, neste em que o ordinário do sentido aparece como urgência e que pode trazer à cena, saberes outros. A despeito de novas práticas de leitura advindas do movimento estruturalista na França nos anos de 1960, que buscava aporte na linguística, na antropologia, na psicanálise, na política, na filosofia, entrecruzando linguagem e história e objetivando trazer à tona os não ditos, explicitar o como é dito e porque de determinada forma e não doutra, para Pêcheux, tais práticas, ao descreverem os **arranjos textuais**, sua intricação material, paradoxalmente, colocavam em suspenso a interpretação, uma vez que a própria descrição já seria ela mesma considerada uma interpretação, colocando o estruturalismo na posição de uma ciência régia para a compreensão dos grandes textos, das grandes obras.

O autor, porém, chama atenção para a necessidade de análise das materialidades discursivas “implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas **relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido**” (Id., p. 49)⁸⁴, e distanciadas de qualquer ciência régia.

Um trabalho com o ordinário do sentido demanda três exigências, de acordo com Pêcheux:

1- uma efetiva tarefa de descrição das materialidades discursivas que tenha em conta o real da língua, por meio da análise do equívoco, da elipse, da falta – as diferenças, as contradições – a equivocidade – lugar do próprio da língua onde há espaço para o estabilizado assim como para as “transformações de sentido” em que portanto “os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar” (Id., p. 52).

Além disso, e este ponto que queremos sublinhar para enlaçarmos nossa reflexão, deve-se levar em conta que toda descrição está

2- “exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de

⁸⁴ Negritos nossos.

seu sentido para derivar para um outro [...]” (Id., p. 53), os pontos de deriva que dão lugar à interpretação, ao outro, às relações, ao processo de filiação de sentidos, pois

é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que **as filiações históricas podem se organizar em memórias**, e as relações sociais em redes de significantes (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 54).⁸⁵

Daí decorre a afirmação de que as coisas a saber

não são jamais visíveis em desvio, como transcendentais históricos ou epistemes [...] mas sempre tomadas em **redes de memória**, dando lugar a **filiações identificadoras** e não a aprendizagens por ‘interação’: a transferência não é uma ‘interação’, e **as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são ‘máquinas de aprender’** (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 54).⁸⁶

Por conseguinte, descrição e interpretação não são indiscerníveis. A descrição abre sobre a interpretação na medida em que coloca em jogo (pelos lugares vazios, pelas elipses, pelas negações e interrogações) o discurso outro como espaço de interpretação (cf. p. 54-55), espaço plural e contraditório de filiações históricas que se constituem mediante palavras, imagens, narrativas, discursos, textos, etc., em que as coisas a saber coexistem com os objetos dos quais se fala, os quais, por sua vez, se inscrevem em filiações, de modo que ninguém pode estar plenamente seguro de saber do que se fala.

Para mais, como se observa, as filiações de sentido se organizam em redes que por sua vez se organizam em saberes que circunscrevem sujeitos em filiações identificadoras, de ordem histórica, as quais, em nossa compreensão, abrem espaço para o *saber que se vive*, a que nos referimos anteriormente.

3- Tal ponto culmina na questão da **discursividade como estrutura ou como acontecimento**. Ao se subsumir um discurso a uma série, a um corpus, corre-se o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série (uma grade de leitura, como pode ocorrer via interpretação antecipadora pela noção de FD - cf. PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 56).

Dessa forma, Pêcheux sublinha o fato de que

⁸⁵ Negritos nossos, grifos no texto.

⁸⁶ Negritos nossos.

todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: **todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação**, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um **efeito dessas filiações** e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada [...] por uma 'infelicidade' no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um 'erro de pessoa', isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 57).⁸⁷

Um trabalho de análise orientado por essas três exigências “não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de uma filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade eventuais”, mas que “através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (Id., p. 57).⁸⁸

Orlandi (2004), no que diz respeito à questão das **filiações históricas**, assevera que não estamos nem em um jogo descarnado, ao sabor dos significantes, nem sob a coerção do social empírico, mas antes na **historicidade**. Essa é uma das razões pelas quais interrogar os textos, em tempos de fluidez, em que os sentidos aparentemente não se filiam a nada ou a ninguém, em que as identificações avolumam-se efêmeras e extremamente voláteis, é fundamental para que as filiações históricas não se esvaeçam no vento e conceitos/noções, antes caros, sejam expostos a atalhos teóricos que podem servir para tudo, todos e qualquer coisa, em qualquer tempo.

A mesma autora (2007)⁸⁹, ao propor a deriva de um enunciado “filiado” historicamente ao discurso bíblico do qual ela se utiliza, com referência a Castoriadis, vai então deslocá-lo para uma outra FD: “enfrentar o abismo em pé” hoje não remonta ao discurso salvífico, mas antes marca um estar fora das relações que se apresentam como dominantes na sociedade capitalista de humilhação a que são expostos sujeitos situados à margem e, estando fora, enfrentam o abismo, a seu modo (na vida errada, a do crime). Quer dizer, se hoje os dizeres não encontram um porto seguro, pois são enunciados por diferentes sujeitos, nas mais diversas

⁸⁷ Negritos nossos.

⁸⁸ Negritos nossos.

⁸⁹ Orlandi (2007) analisa, entre outros, o enunciado “Vida do crime, do lado certo da vida errada”, do livro **Falcão, Meninos do Tráfico**.

situações, redesenhando espaços de memória, regionalizando FDs, eles não estão “ao vento”, ao passo que é possível que os vinculemos à historicidade que os acompanha e os realoca, mediante à injunção com histórias, a do significante e a dos sujeitos significados com e por eles.

Para Orlandi (2005, p. 38), no que tange particularmente ao seu percurso teórico, o trabalho com **as noções de paráfrase e polissemia** em relação tensa evitou o risco de fechamento que pode resultar de uma prática analítico-teórica voltada à noção de FD. Por outro lado, importa salientar que a autora considera **a FD como o lugar provisório da metáfora**, representando o lugar de constituição e identificação do sujeito (cf. ORLANDI, 2005, p. 103). Dessa forma, o conceito de FD será pontuado em tensão com noções às quais se imbrica e expõe seus limites como também sua produtividade/atualidade.

A ordem que apelidamos de **o invisível que nos salta aos olhos** (anteriormente, aqui mesmo neste capítulo) será abordada por nós a partir de um funcionamento material, ao esteio da formulação de que: “o interdiscurso (memória) determina o intradiscurso (atualidade), dando um estatuto preciso à relação entre constituição/formulação caracterizando a relação entre memória/esquecimento e textualização” (ORLANDI, 2005, p. 94). Assim, a questão da **determinação de sentidos** será tratada, em consideração ao modo de como os sentidos se alocam no cenário urbano, uma vez que: “a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares” (ORLANDI, 2005, p. 103).

Além cabe sublinhar que a noção de **forma material**, um dos suportes de nossa reflexão, joga um papel fundamental no que toca a questão da filiação de sentidos, uma vez que **“implica o funcionamento ideológico da palavra”** (ORLANDI, 2005, p. 129)⁹⁰, e que “não há território neutro no mundo das palavras. Nem basta enunciarmos as palavras para termos certeza de que significarão como queremos. Elas significam pelo **jogo de relações de força** e de sentidos (memória do dizer) no imaginário em que estão imersas” (ORLANDI, 2005, p. 165). Além disso, de acordo com a mesma autora, (2005, p. 203), no que concerne à formulação, à textualização dos sentidos, bem como à sua circulação, **o fundamental é compreender o que é texto, na filiação discursiva.**

⁹⁰ Negritos nossos.

Ao tratar da questão das filiações históricas e o jogo entretecido pela língua que aí está implicado, Orlandi (2004, p. 87) faz referência à **historicidade**, uma vez que é por meio dela, isto é, desse jogo, da agitação de filiações que a história inscreve seus efeitos na língua. O que reforça o que precede, ou seja, permite que compreendamos que a questão da filiação histórica conjuga-se às noções de memória, FD, trajeto ideológico da palavra, as quais não são passíveis de cálculo. Outrossim, em alguns trechos de sua obra, Orlandi aponta a questão da filiação, na esteira da de memória, ou mesmo como sua substitutiva, tal como podemos observar:

Memória/filiação

- “a memória funciona com versões enunciativas, imagens do dizer [...] **a memória inscreve o discurso em filiações** e o sentido que as representa está sempre sujeito a deslocamento” (ORLANDI, 2004, p. 132).⁹¹
- “O dispositivo ideológico de interpretação consiste em um “**gesto de interpretação vem carregado de uma memória (de uma filiação)** que, no entanto, aparece negada, como se o sentido surgisse ali mesmo [...] **todo discurso é um deslocamento na rede de filiações**, mas este deslocamento é justamente **deslocamento em relação a uma filiação (memória)** que sustenta a possibilidade mesma de se produzir sentido” (ORLANDI, 2004, p. 92).⁹²

Como observamos, memória e filiação andam lado a lado, assim como o conceito de interdiscurso é indissociável do de memória discursiva e têm um caráter de irrepresentabilidade. Questão nodal entre tais conceitos, a irrepresentabilidade, impõe desafios de análise. Como analisar no âmbito da materialidade do discurso elementos que não se impõem necessariamente na ordem da língua (como o é no

⁹¹ Negritos nossos.

⁹² Negritos nossos.

caso de uma FD, por exemplo)? São as redes que precisamos tecer, tal como anunciara Pêcheux:

L'analyse de discours telle qu'elle se développe actuellement sur les bases évoquées plus haut se donne précisément pour objet d'explicitier et de **décrire des montages**, des agencements socio-historiques de constellations d'énoncés (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 310).⁹³

As bases às quais ele se refere vinculam-se aos três caminhos possíveis que ele traça em *Le discours: structure ou événement?* e aos quais nos reportamos antes. As montagens a que ele se referiu é a questão a propósito da qual nos dedicaremos na sequência, salientando que, como adiantamos, em nossos dias elas sofrem um agigantamento em face das novas TICs e demandam esforços de análise diferenciados, uma vez que é preciso intervir na constituição metálica (cf. conceito de memória metálica) dessas discursividades.

2.7.1 Redes, séries, deslocamentos – memória discursiva e produção de memória

As redes de filiações a que Pêcheux e Orlandi se referem, conforme abordamos no item anterior, atualmente, encontram-se sob o efeito das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Elas interferem inexoravelmente nos processos de produção/circulação, contudo, não podem atingir o eixo da constituição (da memória histórica, do interdiscurso), muito embora possam intervir na historicização de modos imprevistos e é sob esse aspecto em que nos focamos. Tal aspecto diz respeito, por exemplo, aos enunciados equívocos, àqueles que soam absurdos quando confrontadas as formações ideológicas a que se reportam, tal como Pêcheux analisou a propósito de *On a gagné*.

Tais enunciados forçam uma **rede interparafrástica** da ordem do absurdo, corporificando o que vimos compreendendo como a **fraseologia da mundialização** e reportando-nos ao que Pêcheux denominou de **circulação-confronto** (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 21), isto é, o caráter oblíquo, sinuoso de enunciados que “parecem os mesmos”. Entretanto, dizer

⁹³ A análise de discurso tal como ela se desenvolve atualmente sobre as bases evocadas antes se dá precisamente por objeto explicitar e descrever as montagens, os agenciamentos socio-históricos de constelações de enunciados. Negrito e tradução nossos.

“F. Mitterrand é eleito presidente da República Francesa” ou
 “A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidencialistas” ou ainda
 “A coalização socialista-comunista se apodera da França”
 não constitui uma relação interfrástica, mas uma circulação-confronto.⁹⁴

Acreditamos que seja exatamente por entre esses espaços descontínuos o lugar da memória discursiva (COURTINE, 2005), pois não há texto ou discurso que sejam interpretáveis sem referência a uma memória, na medida em que se inscrevem em uma rede complexa de imagens internas e externas ao sujeito, formando uma “intericonicidade”, característica do funcionamento dos discursos, enquanto estabelecimento de relações entre memória social e memória subjetiva, interpretável mediante o jogo de filiações. Tal jogo de filiações hoje comporta uma fabricação metálica. Recursos tecnológicos, *Photoshop*, coisas fora do lugar, pincelas de coisas que não estavam ali ou dali foram sub-repticiamente tiradas. Vivemos no cenário do chapéu de Clémentis (COURTINE, 1999) em grau máximo ou mesmo em grau zero de historicidade, ou ainda nos tempos de uma **historioprodução**, em que é, sobretudo, a memória metálica (cf. Orlandi) que agencia sentidos e sujeitos.

Historioprodução é compreendida como o processo de tecnologização da memória e dos modos pelos quais os objetos simbólicos são dados a conhecer, são colocados em circulação. Esses procedimentos intervêm decisivamente na inscrição (ou não) dos sentidos, em sua historicização metálica. Temos procurado ilustrar tal processo via uma rede de imagens que compusemos no intuito de promover a reflexão acerca do agenciamento de uma memória social massificada, que se dá mediante apagamentos, deslocamentos, delimitações, isto é, por meio de imagens que são artefatos de memória. Não obstante, a filiação de sentidos continua latente nesse espaço descontínuo, mesmo porque não trabalhamos com a origem, mas com a filiação, não se considera a evolução [da história, dos processos

⁹⁴ A esse respeito, são salutares as observações de Alain Badiou a propósito de “palavras complicadas”, isto é, aquelas que colocam em cena confrontos ideológicos que são “apaziguados” via um uso comum, fraseológico, diríamos. O autor cita como exemplo a palavra democracia, a qual admite uma circulação como: “Nós somos democratas [os franceses], mas George Bush declara que ele também o é”. Uma “mesma enunciação” que põe em cena uma contradição, uma equivocidade, nos termos de Pêcheux. Entre as palavras complicadas, Badiou elenca comunismo, esta bela palavra, contraditória e perturbante que deveria ser restituída aos “proprietários”, o povo, segundo ele. A esse respeito ver vídeo, em: <http://www.humanite.fr/Alain-Badiou-de-quoi-Sarkozy-est-il-le-nom>.

significantes], mas a produção (cf. ORLANDI, 1996), nesse caso, uma historioprodução, tal como se pode observar no exemplo a seguir:

2.8 A produção da história na era *Photoshop* – Historioprodução - um exemplo



Ilustração 8 - historioprodução

Fonte I - 1 e I - 2⁹⁵:

<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1131051-EI6652,00.html>

Fonte I - 3:

http://www.galizaciq.com/actualidade/200702/vermelho_entrevista_con_jose_reinaldo_carvalho.htm

Fonte I - 4:

http://blogdareeleicao.blogspot.com/2006/05/crise_05.html

Em I - 1, teríamos então a “foto original”, em que todos os elementos e personagens figuram. Trata-se de uma imagem de 2006, relativa à então campanha presidencial.⁹⁶ Na transição de I - 1 para I - 2, ocorrem, pelo menos, seis

⁹⁵ I = Imagem.

⁹⁶ Ver em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1131051-EI6652,00.html>>.

modificações/apagamentos, indicados nessa ordem numérica em I - 1, e detalhados a seguir:

- 1 – o suor aparente na camisa do então candidato é amenizado;
- 2 – uma estrutura branca é retirada;
- 3 – a figura de um general, chefe da segurança do candidato, é apagada;
- 4 – novos personagens são inseridos no vazio resultante do último apagamento;
- 5 – o azul do céu é intensificado e nuvens cinzentas desaparecem;
- 6 – uma mão estendida é eliminada.

A I - 3⁹⁷ é resultado da transição de I - 1 para I - 2 e ganha status de imagem símbolo para figurar, nesse caso, em grande placa afixada em residência de apoiador da campanha. O povo é então caracterizado pelo conjunto que compõe a imagem: moradia de tijolos sem revestimento, varal na frente da casa, ou seja, via estereotipia em larga circulação.

Na foto-montagem I - 4, o cenário de I - 1 é quase que em sua totalidade substituído por um fundo verde, porém, permanece um vestígio: a mão estendida.

Essa sequência descritiva tem mero caráter esquemático e organizativo do exemplo (e não explicativo ou de “tradução” da imagem, possibilidade inviável e equivocada, a nosso ver). Ela tem a finalidade, sobretudo, de destacar os pontos que nos levam a compreender que, em face da fluidez, a materialidade histórico-

⁹⁷ Cabe mencionar que a escolha dessa “imagem-memória”, formando essa breve rede que pudemos circunscrever, tem caráter peculiar. Em 2006, no trajeto de ônibus pela rodovia que leva até a UFSM, em Santa Maria (RS), placa como a em I - 3 emergia como monumento à beira da estrada, em frente a uma casa simples, cobrindo quase toda sua extensão. Foi a inusitez do “acontecimento” que nos chamara a atenção. Hoje, nossa compreensão acerca de fatos de mídia chega a um outro olhar que, no mínimo, leva em conta a intervenção informática nos processos de produção de sentidos, que inclui procedimentos hiperbólicos que redimensionam o modo como os fatos nos são dados a conhecer e que são, muitas vezes, perversos, colocando-nos em um mal-estar inquietante no tocante à tarefa de interpretar. Agradecemos a André Luís Campos Vargas pelo empenho na operação de memória (discursiva em funcionamento na metálica) que mediou o processo de busca pelas imagens que figuram nesta reflexão. Cremos que aqui esteja, de certo modo, configurado o que Courtine (2005, 2008) chama de “intericonicidade”, processo com história, com ideologia, com sujeitos.

constitutiva dos sentidos insurge-se como emergência. Mais ainda, orienta-se pelo princípio de que, as imagens comportam um trajeto (ideológico) de leitura, de regularidades que constituem séries que, contudo, podem ser esburacadas (PÊCHEUX, 1999), formando novas séries que não estavam constituídas em uma primeira, porém, no caso exemplificado, a série situa-se no eixo da “produtividade”, não configura acontecimento discursivo porque não há deslocamento ou transformação, apenas modificação, de maneira que constitui outras formas de ver o mesmo.

Por fim, vale aqui um trocadilho a propósito de provérbio mencionado por Pêcheux, no texto *Papel da memória* (1999 [1983]): “Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”, e por que não? Em AD, não olhamos para a imagem em si, em seu jogo de cores e beleza (embora também se possa inclusive olhar para esses constituintes), mas decisivamente para o processo ideológico material que a constitui e lhe imprime direção de sentidos, que tem uma materialidade discursiva, social, ideológica que é ditada pelas determinações sociais, as quais tecem laços e os desfazem, mesmo porque “a memória funciona com versões enunciativas, imagens do dizer [...] A memória inscreve o discurso em filiações” (ORLANDI, 2004, p. 132).

Capítulo III

Designificação e fraseologia da mundialização

ou

O que significa lembrar, esquecer e repetir?⁹⁸

⁹⁸ Questionamento de Courtine na contracapa da tradução de sua tese, publicada no Brasil em 2009. Vide referências.

*Regarde là, ma ville.
 Elle s'appelle Bidon,
 Bidon, Bidon, Bidonville.
 Me tailler d'ici, à quoi bon?
 Pourquoi veux-tu que je me perde
 Dans tes cités? A quoi ça sert?
 Je verrais toujours de la merde,
 Même dans le bleu de la mer.
 Je dormirais sur des millions,
 Je reverrais toujours, toujours Bidon.⁹⁹*

(Claude Nougaro)

3 Conjuntura da reflexão - fragmentos

Neste capítulo, após termos abordado de um modo geral as questões que demarcam este estudo (capítulo I – da nomeação/designação; capítulo II da designação em face de uma propalada crise de filiações e do político no cenário de profusão numérica de discursos), aqui as retomaremos em pontos nodais a fim de situá-las mais precisamente no âmbito da análise de mostras da circulação hodierna da palavra comunidade, o que por sua vez recobre a temática teórica, a filiação de sentidos. Cabe adiantar que o aporte teórico explorado nos capítulos anteriores nos encaminhou para uma análise que visa a pôr em relevância a noção de designificação, dada a produtividade que essa contempla para uma reflexão sobre a filiação de sentidos.

A contemporaneidade vem sendo marcada pelo discurso da mundialização, este que produz, entre outras coisas, um imaginário consensual sobre línguas, sobre sujeitos. Presentificado fortemente nesse discurso, o nome comunidade é um dos elementos para se pensar o funcionamento da língua na sociedade do tempo presente e, na esteira disso, modos de subjetivação frente a essa lógica universal

⁹⁹ Olhe aqui, minha cidade/ Ela se chama Bidon/ Bidon, Bidon, Bidonville/ Partir daqui, por quê?/ Por que tu queres que eu me perca/ em teus bairros? Para que isso serve? Eu veria sempre a merda/ mesmo no azul do mar/ Eu dormiria sobre milhões/ Eu veria sempre, sempre Bidon. Tradução nossa. Canção intitulada *Bidonville* (berimbau), de Claude Nougaro, interpretada por Baden Powell e Vinicius de Moraes. No transcurso da análise, pontuaremos questões que vão ao encontro dessa visão idílica das favelas/comunidades.

que caracteriza o discurso da mundialização, que é aqui concebida em sua dimensão discursiva tal como:

um processo geo-histórico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia (O liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês). [...] Podemos mesmo adiantar que há uma formação ideológica capitalista dominante e que se pratica através da projeção de inúmeras formações discursivas que formam um complexo a dominante: a formação discursiva da mundialização, com a formação discursiva da migração, formação discursiva da ecologia, formação discursiva do terrorismo, formação discursiva da delinqüência etc. Esse complexo de formações discursivas são as manifestações, na linguagem, do fato de que o capitalismo mantém-se em sua dominância, praticando-se, para não ser deslocado, por estas diferentes falas da mundialização. Sustentadas por um mal estar de raiz: o preconceito (ORLANDI, 2006b, p. 04).

Em face desse cenário, nosso estudo parte da consideração, formulada como hipótese, de que a palavra “comunidade” ampla e controversamente tem se prestado para designar toda e qualquer coisa de caráter minimamente gregário, tal como asseverou Hobsbawm (1995, p. 416): “jamais a palavra ‘comunidade’ foi usada mais indiscriminadamente e vaziamente do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico se tornaram difíceis de encontrar na vida real”.

Dessa forma, exploraremos aqui a discursivização da palavra comunidade, em exemplares de discursos em circulação, especialmente em mídias on-line, buscando visibilizar o dissenso que ela movimenta e levando em conta o político em funcionamento nas discursividades, na esteira da compreensão de que a palavra estabelece lugares simbólicos, (re)parte o real (cf. SCHERER, 2008).

Nessa perspectiva, como vimos apontando, no escopo desta tese, concebemos como noção fundamental, a de político, desenvolvida por Rancière (capítulo II), pois ela nos permite problematizar, por exemplo, como a sociedade se movimenta, como é partilhada, em face de um *desentendimento* sobre o que é da ordem do comum, possibilitando-nos pensar os laços sociais (filiação).

Tal questão é abordada sob três horizontes:

- ✓ o da direção, divisão de sentidos, especialmente no tocante às questões relativas à constituição de subjetividades contemporâneas (ORLANDI, 2004, 2005, 2005a, 2008);

- ✓ o do dissenso/desentendimento que põe em xeque o suposto consenso sobre as relações de partilha na sociedade (RANCIÈRE, 1996, 1998, 2009);
- ✓ o da divisão que afeta materialmente a linguagem (GUIMARÃES, 2005), levando em conta que um discurso recobre uma concepção de língua, de modo que essas relações podem ser observadas via análises do funcionamento da designação (DSD).

Convém assinalar ainda que o político definido por Rancière se coloca ao lado da “polícia”. Essa noção que não remete (propriamente) ao poder policial, mas a uma forma de governabilidade, a uma lógica que instaura uma ordem nas sociedades, não raro, impregnada nos próprios sujeitos, independentemente da intervenção de qualquer “poder policial”.

Na dita “grande mídia”, comunidade hoje seria a palavra que supostamente acolheria todas as “tribos”, empregada em larga escala, presta-se para colocar em silêncio a historicidade que recobre, aquela da divisão social, ou seja, ela opera sob a forma de um esquecimento necessário: “Segregam-se alguns, como culpados, e os outros, lembrando-se de esquecer, convivem pacificamente” (ORLANDI, 2008a, p. 21). Ademais, ela “vem se colocando em qualquer lugar (tópica cívica)¹⁰⁰ para não trazer à tona o real da exígua existência de indivíduos submetidos à segregação, por exemplo, na favela. Na Globo, no Jornal Nacional, praticamente não existe mais a palavra ‘favela’, só ‘comunidade’”(ORLANDI, 2010a, p. 16).¹⁰¹

Em nossa leitura, no tocante ao cenário discursivo brasileiro, essa configuração dos espaços, que Orlandi chama de tópica cívica, põe em movimento, especialmente, a relação inclusão/exclusão/segregação social, a qual também se confronta com a saturação de sentidos, ao passo que a exclusão se dissolveria via inclusão normativa.

Peter Pál Pelbart (2003), ao abordar a temática da comunidade, sublinha o fato de que estaríamos vivendo uma crise do comum, dos laços sociais. Para o autor, a comunidade enquanto crise do que é comum, é “o compartilhamento de

¹⁰⁰ Isto é, “sítios, lugares de definição, com sua materialidade, em que se configuram processos de manifestação concreta de sentidos de cidadania que não podem ser pensados fora das condições materiais de existência desses indivíduos (sujeitos individuados) nas suas relações com a sociedade (...) Espaços significados pela relação (política) do estado com a sociedade, em sua forma histórica. Relação esta pela presença ou pela falta” (ORLANDI, 2010a, p. 14).

¹⁰¹ Aspas no texto.

uma separação dada pela singularidade” (p. 33). Ao nos inserirmos na reflexão de Pál Pelbart, retomamos aqui o pensamento de Rancière (1996, 1998, 2009), para quem a política demanda um desentendimento acerca do que é comum, da partilha do real. Quando a organização da sociedade e distribuição das parcelas é questionada, instaura-se o litígio acerca do comum, a corrente é detida.¹⁰²

Dada essa conjuntura, para desenvolvermos nosso estudo, temos nos baseado em alguns dos recentes trabalhos de Orlandi (2005, 2006, 2007, 2007a), nos quais a constituição do sujeito contemporâneo é complexificada e, não raro, em meio a essa problemática, o modo de circulação de “comunidade” é ponto de reflexão:

A partir [...] desse discurso todo da mundialização [...] eu diria, da noção de comunidade que se espraia de uma vez por todas, recobrando praticamente quase tudo e quase fazendo esquecer a noção de sociedade, tudo é comunidade [...] essa designação que passa a ser indiferenciada, no entanto, [...] está silenciando várias coisas [...] eu acho que é preciso ser atento a isso [...] deixar de simplesmente reproduzir as grandes linhas que vêm pela tradição da reflexão e começar a observar realmente, quer dizer, na contemporaneidade a que isso se destina [...] o que comunidade está querendo dizer em todas essas discursividades que a gente ouve atualmente, inclusive pensando a comunidade linguística [...] A gente pode aprofundar essas questões e pôr em questão justamente o que recobre a noção de comunidade HOJE [...] procurar ver o que você está falando quando você está falando comunidade, em que formação discursiva você está se inscrevendo e que resultados isso tem para você pensar a sociedade como ela está hoje porque eu acho que a importância é pensar HOJE [...] (ORLANDI, 2007).¹⁰³

Nesse quadro, importa-nos problematizar os silêncios e indiferenciações que comunidade põe em jogo, esse aparente tudo que recobriria. Para tanto, debruçamo-nos nos postulados de Michel Pêcheux que fundamentam uma prática de leitura orientada pelo “princípio da dupla diferença” (1997b [1969]), em que “avesso e direito” mantêm vínculos indelévels, na medida em que o que é dito em um dado discurso faz ressoar o sintoma de que algo que ficou por dizer permanece latente. Somos convocados, dessa forma, ao desafio de uma “leitura-trituração” (PÊCHÊUX, 1981[1980]), de nos colocarmos frente aos objetos simbólicos com a decisão de “nada saber sobre o que está sendo dito” (*un parti pris pour l’imbécillité*) a

¹⁰² Tal como abordamos mais detalhadamente no capítulo II deste trabalho.

¹⁰³ Transcrição de comentário de Eni P. Orlandi com referência à conferência Políticas “Públicas e Linguagem” de Carolina Alcalá, Labeurb – V Encontro Saber Urbano e Linguagem. Vídeo disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=18>

fim de que permaneçamos como estrangeiros em uma incursão que visa a destituir a materialidade dos sentidos que *a priori* advêm sobre ela.

É desse modo que exploraremos aqui a díade avesso/direito, compreendida, portanto, como faces que se entrecruzam e são constituintes uma da outra, no tocante à discursivização do nome “comunidade” que circula de modos controversos, presentificando o que Pêcheux designou como a **nova fraseologia**, isto é, aqueles dizeres fluidos, aplicáveis a muitos contextos – a **frase democrática**, aquela que repete, retoma, rediz “o que todos sabem”, permitindo calar “o que cada um entende sem confessar” (cf. PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 15).

Do ponto de vista analítico, este estudo sustenta-se fundamentalmente no conceito de Domínio Semântico de Determinação (desenvolvido por Guimarães, tal como abordamos no capítulo I), o qual nos permite perscrutar o conjunto de nomes que vão reescrevendo, articulando dizeres em torno de comunidade.

De um modo amplo, ao que nos reportamos quando dizemos comunidade remete à problemática dos discursos em circulação, oriundos de práticas simbólicas de sentidos que redundam em efeitos materiais, emoldurando lugares, tecendo, afrouxando ou desfazendo laços sociais. Igualmente, referimo-nos a comunidades enquanto lugares simbólicos discursivizados também na rede mundial de computadores, mas não criados/inventados nela, embora reconheçamos que todo fato/discurso é uma construção/invenção de linguagem que, todavia, enquanto processo histórico, reclama sentidos. Consideramos, portanto, a ordem do político, que enquanto tal dita as significações e encontra ecos na língua, nos discursos (cf. PÊCHEUX; GADET, 2004 [1981]; RANCIÈRE, 1998, 1996).

Ao colocarmos em pauta a questão da circulação, fomos instados a analisar diferentes materialidades significantes, especialmente imagens, vídeos, fragmentos de textos, etc., nas quais comunidade figura amplamente, colocando em jogo o político da divisão dos sentidos. Tal circunstância nos levou a pôr em evidência a noção de forma material (ORLANDI, 1995, 2007), tal como abordamos no capítulo I. Para retomarmos sucintamente a questão, importa dizer que tal noção, aliada a outras que lhe estão imbricadas (ideologia, interdiscurso e historicidade, por exemplo), oferece-nos subsídios para empreendermos estudos sobre os mais complexos objetos de sentido, quando não nos focamos nos ditames da ilusão referencial de que palavras se “colam” a coisas ou mesmo assumem a própria

ontologia destas, mas quando encaramos, ao mesmo tempo, o alcance e os limites de uma teoria que prevê a análise dos sentidos em sua complexidade, relativamente a novos objetos que proliferam e se multiplicam de maneiras imprevistas.

É esse o desafio que se coloca, o de escrever uma história do funcionamento dos sentidos hoje, com um olhar retrospectivo como forma de compreensão do presente, de modo a tecer análises que tomam como objeto “os sentidos no mundo da vida”, alicerçando-se em bases que já de outrora foram solidificadas com rigor teórico-epistemológico, as quais impõem pensarmos, via uma teoria materialista, que os sentidos evocam sempre uma determinação histórica, que todavia não é um caminho já traçado, porque não é “determinista”, é sujeito a falhas, ao impossível de se apreender a completude, o que demanda trabalho contínuo.

No que concerne a um trabalho analítico que se reporte às ditas novas materialidades de sentido (dispositivos de linguagem, formas de apresentação dos discursos), partimos da ideia de que tal empreendimento não é novidade em AD.

Logo antes de partir, há quase três décadas, Pêcheux (1983)¹⁰⁴ tecera os princípios para análises de imagens, por exemplo, fundamentados no conceito de memória e trajeto de leitura. Para mais, o desenvolvimento dessas bases encontrou terreno fértil em estudos sobre as mais diversas formas de significação dos espaços urbanos e dos sujeitos na contemporaneidade (rap, piercing, tatuagem, muros, pichações, manifestações sociais, mapas, conversa de rua, etc.), em obras como **Cidade atravessada** (2001); **Cidade dos sentidos** (2004a); **Para uma enciclopédia da cidade** (2003), o que reverberou inclusive em Projeto de Pesquisa e produções em nosso grupo de trabalho.¹⁰⁵

Talvez a “novidade”, se ela existe, resida na forma como se dá (ou não se dá) o acesso aos modos de produção de objetos simbólicos, pois sabemos que estes se apresentam irremediavelmente atravessados pelos processos informático-midiáticos de produção de sentidos. Por outro lado, em nossa interpretação, a materialidade do sentido e dos sujeitos não permite que esse processo seja destituído de história,

¹⁰⁴ Referimo-nos aos textos *Papel da memória e Discurso: estrutura ou acontecimento*, ambos de 1983.

¹⁰⁵ Projeto “Constituir, formular e fazer circular sentidos: dispersão e memória no discurso sobre/na cidade”, de autoria e coordenação da prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer, o qual teve alguns dos resultados publicados em [Fragmentum](#) n. 16, UFSM/PPGL/Laboratório Corpus, 2008.

muito embora seja necessário um empreendimento teórico analítico no sentido de perscrutar e tornar visível os trajetos de leitura que foram silenciados e/ou apagados.

3.1 Filiação e laços sociais

Como ponto fulcral deste estudo, a filiação de sentidos é pensada por meio de modos de circulação no tempo presente da palavra comunidade, pois a mobilizaremos em relação a um funcionamento específico que, em nosso entender, ilustra uma das formas atuais de dizer não importa o quê (ao passo que tudo é ou pode ser uma comunidade), que é jamais não importa o quê, no entanto, circula como se assim o fosse.

Assim, buscamos traçar um trajeto de leitura para exemplares de discursos que nos permitam observar as possibilidades de filiações históricas, caminho este que requer esboçar vínculos que não estão desde já estabelecidos por meio de uma FD, donde se processariam deslocamentos, seja em termos de contraidentificação ou desidentificação, mas que remetem a dizeres que vêm se constituindo sob o modo do não significado (irrealizado, possível de vir a ser), pois fazem aparecer discursividades de outra ordem, conforme bem têm ilustrado os recentes trabalhos de Orlandi aos quais nos já nos reportamos.

Relativamente ao que abordamos nos capítulos precedentes (no II, mais especificamente), a “filiação de sentidos” é compreendida a partir de uma posição em que se considera precipuamente a questão dos laços sociais, noção que encontra aporte no pensamento de Orlandi, pois para a autora

os sujeitos têm necessidade de estabelecer laços com grupos que funcionem como instituições, paralelas às do Estado, quando este falha, para se individualar, e assim poder entrar em **processos de identificação** que os signifiquem e que eles signifiquem. Esses grupos legitimam suas existências (ORLANDI, 2010a, p. 16).¹⁰⁶

Tais processos de identificação são complexificados com referência ao “tempo presente”, cabendo ainda sublinhar que, quando nos referimos à história do tempo presente ou historicização no tempo presente, resguardamos a forma pela qual o nome remonta a uma história, seja por meio de vestígios linguísticos, seja via

¹⁰⁶ Negrito nosso.

interdiscurso. Consideramos, portanto, que o escopo que envolve a constituição de um Domínio Semântico de Determinação (DSD), enquanto análise de uma palavra em seu processo de reescritura (e predicação) e de articulação¹⁰⁷, permite trazer à cena os elementos que dão corpo a uma historicidade para a palavra, segundo a temporalidade que recorta.

O modo que elegemos para pensar discursivamente esse tempo é a palavra comunidade, tomada como nomeação que notabiliza uma problemática de nossos dias, em que estaríamos vivenciando uma dita crise de filiações. Assim compreendida, essa palavra coloca em relevância o *político dos sentidos*¹⁰⁸ (VARGAS, 2009a), uma vez que supõe desde já que opera de modo contraditório, como nome que aparta ou agrupa, distribuindo desigualdades e ao mesmo tempo afirmando pertencimento (cf. GUIMARÃES, 2005, p. 15). Essa conjuntura que recobre a palavra mostra-se então fértil para pensarmos a filiação de sentidos (tal como abordamos no capítulo II).

Partindo do princípio de que dizer é estabelecer laços, vínculos, redes de sentidos e, portanto, filiações históricas, tomamos como fundamental a relação entre filiação e saber, no tocante à formulação que assevera um saber de uma ordem que “**não se transmite, não se aprende, não se ensina**, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 43)¹⁰⁹, este que é, por conseguinte, da instância do real, calcado na ordem “própria” dos processos de produção dos discursos, em que se tem implicados os momentos de **constituição, formulação e circulação** dos dizeres, sem atravessadores imediatos, sem porta vozes legitimados. Concebemos, assim, o imbricamento desses momentos do processo discursivo como alicerces de um **saber que não se transmite/aprende/ensina** (o discurso do, aquele que se vive, cf. abordamos no capítulo II), o saber “dos” sujeitos (relativamente a uma memória discursiva, à filiação), consideradas as contradições e cisões que daí advêm.

¹⁰⁷ Tais processos são descritos detalhadamente em Guimarães (2007) e serão contemplados no transcurso da análise.

¹⁰⁸ De modo bastante sucinto podemos dizer que, ao mencionarmos a noção de político, reportamos sempre à divisão de sentidos que se processa na sociedade em face mesmo de seu modo de estruturação/organização (lugares e posições legitimadas para certos dizeres/fazer). Para mais, ver Vargas, 2009a, disponível em: http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r37/artigo12.pdf.

¹⁰⁹ Negritos nossos.

Interessa-nos, portanto, o funcionamento da designação¹¹⁰ comunidade em situações específicas, isto é, mediante a(s) rede(s) de filiações que entretece. Tais situações específicas dizem respeito ao engendramento de subjetividades outras e, por essa via, ao não significado (*non sens*) e ao sem sentido (PÊCHEUX, 1990 [1982]; ORLANDI, 2002), este último na relação com o que é hipersignificado e/ou dessignificado, jogo materializado contemporaneamente por funcionamentos discursivos de saturação/suturação/sobredeterminação/hipertrofia de sentidos.

Importa sublinhar a distinção proposta por Orlandi (2002) entre *não sentido* (o *non sens* desenvolvido por Pêcheux) que remete a um sentido não realizado que permanece latente na instância do real, sujeito à falha que constitui os sujeitos/sentidos, e o sem sentido, que comporta o que fica dessignificado, que se formula mediante uma interdição, uma falta no dizer, o que detalharemos na sequência deste texto.

O discurso de ordem global aloca sujeitos e sentidos em “categorias” que não dão conta do modo como os sentidos estão se constituindo e/ou mesmo desde já vão sendo evitados/interditados. Não obstante, os sentidos não cabem em suas designações, elas colocam em cena a equivocidade de nomeações que se formulam e circulam via relações dessimétricas, imediatamente intercambiáveis: mendigo/morador de rua/pessoa em situação de vulnerabilidade social; bandido/traficante/ladrão; empregado/desempregado/trabalhador/desocupado; prostituta/mulher da vida/acompanhante de luxo, etc.¹¹¹ (NUNES, 2010).¹¹² A esse respeito, cabe destacar:

Há, assim, ‘furos’, ‘buracos’ na memória, que são lugares, não em que o sentido se ‘cava’, mas, ao contrário, em que o sentido ‘falta por interdição’. Desaparece. Isso acontece porque toda uma região de sentidos, uma formação discursiva, é apagada, silenciada, interdita (ORLANDI, 1999a, p. 65).

Podemos dizer que um objeto simbólico, no caso de que aqui tratamos, uma nomeação dessignificada, se constitui como o próprio “buraco”, a falta na memória do sentido político colocado a distância, negligenciado.

¹¹⁰ Não são objeto de nossa reflexão os processos de nomeação ou de referência.

¹¹¹ Orlandi (2010) analisa exemplo interessante a propósito do nome “bandido”: “Os seus dois filhos são de bandido?, Um só, o outro não. O outro é de um 157” [157 = roubo, segundo o Código Civil].

¹¹² À semelhança dessas nomeações, o pesquisador José Horta Nunes, no âmbito do Projeto Palavra, Discurso, Silêncio (Paladis), juntamente com seu grupo, vêm construindo verbetes em uma perspectiva discursiva, de modo a dar relevância a diversos domínios de circulação de palavras, pondo em xeque, por exemplo, a equivocidade de nomeações dicionarizadas.

Orlandi (2002) distingue pelo menos dois movimentos no tocante aos processos históricos de significação, quais sejam, o de ressignificação e o de **dessignificação**. Interessa-nos este último. A **dessignificação** produz “uma espécie de esvaziamento da memória, um vácuo na história, significando pela censura e pela interdição” (Id., p. 47). Em entrevista, a autora (2002 [2004]) sublinha a relevância de tal movimento. Recortamos dela trecho um tanto longo, entretanto deveras emblemático para este estudo, dada sua atualidade.

Eni Orlandi - **processos de dessignificação, ou seja, coisas que poderiam estar em movimento, significando de maneiras diferentes, são dessignificadas, não podem significar, são apagadas, são silenciadas [...]** A pista para mim é você **construir uma montagem discursiva**, de discursos diferenciados e que têm a ver com essa questão de maneira a flagrar relações de significação em que você percebe esses processos de dessignificação [...] **e você pode pegar coisas hoje que dão pistas disso, da falta de significação de certas coisas [...]** Qual a dificuldade aí? **É trabalhar com o apagamento, com o silenciamento, não é com aquilo que existe, é trabalhar com a marca daquilo que não existe e onde isso está marcado [...]** o que acontece? **Onde você não pôde falar certas coisas, não fica vazio, outras coisas foram ditas que vão tomando esse lugar e para mim, aquele momento que foi radical em que a palavra liberdade é a palavra que estaria ... fazendo significar o político de forma reivindicatória, quando isso sofre fortemente um processo de censura, é o discurso liberal que toma esse lugar, são as bases de todo esse discurso liberal, dessa enxurrada toda que vem até a globalização. Você não fica sem discurso, se fica com outro. Acontece que esse liberal que toma esse lugar, o efeito dele, é fazer ficar sem sentido essas outras coisas** que eram reivindicadas de tal maneira que ficou fora do discurso toda uma discursividade de esquerda [...] **isso não significa que as necessidades que estavam atrás dessas reivindicações deixassem de existir, significa que elas não têm mais o mesmo sentido, não podem ser ditas mais pelos mesmos discursos [...]** efeitos disso, onde eu vejo? Eu vejo no seguinte, toda essa coisa que acontece no Rio [...] você vê a polícia e os traficantes se digladiando, **no entanto, você não tem o discurso político para apreender isso.** Você vai ao Oriente Médio, então você vê os judeus e os palestinos, a briga, você vê o judeu chamando o palestino de terrorista e a imprensa internacional chamando de terrorista esse cara que coloca bomba nele vai lá e estoura todo mundo [...] só que está faltando um pedacinho dessa história, não vamos tomar partido [...] eu sou a favor que todo mundo tenha o seu território, tenha o seu país, etc., se você tem alguns que têm um exército tradicional, que têm armas, canhões, [...] tanques de guerra, etc. e depois se tem os outros que não têm uma armada tradicional, não têm nada disso, então, o que ele faz? Ele põe bomba nele e vai lá e estoura e isso não é considerado como sendo a mesma coisa do que ter um tanque de guerra. Por que não é? Não é mesmo [...] mas por que um tanque de guerra pode vir estourar a gente e uma pessoa por uma bomba nela [...] eu acho até mais dramático, eu ficaria muito mais preocupada que esteja acontecendo isso do que com o fato de que isso seja considerado terrorismo [...] o que eu estou dizendo **é essa impossibilidade do dizer, impossibilidade de significar, de designar as coisas onde elas estão e**

isso é vital para nós, ou nós conseguimos designar essas coisas e nós vamos ter lugar para falar politicamente ou nós estamos ferrados porque não vão parar de acontecer as coisas porque nós não temos palavras para elas; e do que vão que chamar isso? Vão chamar de terrorismo o que não é terrorismo de jeito nenhum... isso eu posso falar tranquilamente (quer dizer tranquilamente não, mas...) [...] na época da ditadura, chamavam de terrorista [...] o coleguinha meu que era de física, [...] foi coleguinha de escola desde Araraquara [...] o Arantes, ele foi morto como perigoso terrorista na Avenida Paulista [...] se vocês tivessem conhecido o Arantes, vocês saberiam o absurdo que era chamá-lo de terrorista perigoso, é verdade que ele pegou em armas e foi lutar contra os militares [...] eu acho que tinha mais razão ele do que eu de não ter tido coragem de pegar em armas e ir lá contra os militares [...] **se você tira a razão política, vira um negócio esquisito mesmo** porque ele jogou bomba mesmo provavelmente dentro de algum banco ou sei lá onde [...] **processo de dessignificação é uma coisa muito perversa, porque dessignificar não é porque fica vazio, outros sentidos vão existir de tal maneira que você perde a possibilidade de significar de outra maneira nesse lugar [...]**¹¹³

No que concerne à dessignificação, cabem ainda outras distinções. Para Orlandi (2002), existem alguns modos específicos de existência e circulação de discursos, dentre os quais se encontram:

1) discursos francamente disponíveis, como o discurso social de que se lança mão cotidianamente, subdivididos em:

1.1) discursos que tomamos emprestado, que estão à mão e

1.2) discursos aos quais aderimos por identificação;

2) discursos em suspenso, aqueles evitados, mas que permanecem à margem, passíveis de emergirem; e

3) discursos flagrantemente silenciados, nos quais as relações com outros discursos (FDs) se dão pelo silenciamento, havendo uma absorção da diferença (e não deriva de sentido, deslocamento que poderia acarretar outros sentidos), há bloqueio.

Podendo emergir de uma dessas formas de existência dos dizeres, e especialmente da segunda e da terceira, ou mesmo de uma transição entre uma forma e outra, a dessignificação é decorrente de um processo que torna sentidos,

¹¹³ Excerto de entrevista de Eni Orlandi concedida a integrantes do Laboratório Corpus, em 22/06/2002 - Publicada em Fragmentum 7. **História das Idéias X História de Vida**. Entrevista com Eni Puccinelli Orlandi. Coordenação de Amanda Scherer. Santa Maria, Editora PPGL, Universidade Federal de Santa Maria, mar./2004. Aqui consta gravação de trecho inédito, autorizada pela autora. Fonte: Acervo Laboratório Corpus.

que são ou seriam possíveis, dessignificados, estes, no entanto, não deixam de existir, uma vez que são produzidos efeitos de impossível (cf. Id., p. 56) sobre o que historicamente não o seria. São, portanto, sentidos historicamente possíveis, mas interditados e, no caso específico a que nos detemos, essa interdição se processaria, em primeira instância, por meio de uma circulação massiva que vamos problematizar de um sentido *não teria como não ser esse*.

Para se refletir a respeito do modo de existência da dessignificação, Orlandi nos oferece um exemplo interessante.

o que é 'terrorismo' hoje? Como se semantizou? Tive amigos, meus colegas desde o colégio, excelentes intelectuais, cujas fotos vi coladas em cartazes em lugares públicos, com o título 'procura-se', apresentando-os como temíveis terroristas, em 1970. **O que era uma posição política foi designificado, significando, em outra formação discursiva, como caso de polícia e sujeito à morte.** Qual é o sentido do terrorismo? Como ele designificou outros sentidos do político? Isso nos mostra que o liberalismo é impiedoso como os sentidos 'outros' (ORLANDI, 2002, p. 56).¹¹⁴

De acordo com a mesma autora (Idem), com a dessignificação, ocorre uma ruptura profunda no político, e a impossibilidade de uma significação resulta, ao mesmo tempo, da interdição de um discurso e da emergência de um outro; as palavras ficam sem sentido, não porque elas não tenham sentido, mas porque o silenciamento do sentido político é romantizado, tal como o que hoje significa ostentar a imagem de Che Guevara em uma roupa de grife, passou a ser "ornamento", produto de consumo. É nesse quadro que vimos compreendendo o funcionamento do nome comunidade, como palavra oca, esvaziada de seu sentido político.

Entendemos, assim, que há sentidos do urbano que não puderam se inscrever, pois foram significados pela urbanização, pela organização/ocupação do espaço. E como isso ocorre? Valer-nos-emos aqui de outro exemplo. O discurso fluido da globalização, de caráter universalizante, tem como uma de suas consequências a indistinção de sentidos, na contramão de uma inscrição/historicização destes, pois como sabemos, "as delimitações entre uma formação discursiva e outra são necessárias para a significação. São a inscrição necessária do político, simbolizado" (Id., p. 59). Assim,

¹¹⁴ Grifos da autora, negritos nossos.

Como essas diferenças se desfizeram, resulta que se pode dizer ‘Abaixo globalização!’ do ponto de vista lingüístico, mas [...] desapareceu o desenho dessa formação discursiva na história, de tal maneira que isso não faz sentido do ponto de vista discursivo. **Porque não há ‘outro’ a que se relacionar, dado o deslimite do discurso neoliberal.** [...] A discursividade que dizia ‘Abaixo o imperialismo!’ tinha propostas políticas que diferenciavam concretamente o imperialismo de outras posições. **A globalização não tem essa exterioridade acessível pela maneira como apaga seus limites. Ela ‘engole’ os outros discursos** (ORLANDI, 2002, p. 59-60)¹¹⁵.

Igualmente, quando estabelecemos comunidade como unidade de trabalho e a concebemos a partir de uma perspectiva em que esta tece, dissolve ou afrouxa laços sociais, estamos nos referindo a um processo que subjaz a essa relação, que é o de metaforização, tal como compreendido por Orlandi (2005) em seus estudos sobre as falas desorganizadas, isto é, metaforizar o sentido de comunidade implica atingir o sentido do social, do real do urbano, que enquanto tal constitui formas discursivas que fazem aparecer o silenciamento, o apagamento, a dessignificação. Dito de outro modo, metaforizar reclama uma interpretação, impõe que o sujeito assumira determinada posição em relação ao que enuncia, não apenas repetindo, mas mobilizando os sentidos que o determinam *a priori*.

3.2 Forma material e registros discursivos contemporâneos

Quando se concebe os discursos a partir de uma perspectiva materialista, salvo a redundância, é preciso tomá-los como produzidos materialmente, como objetos simbólicos oriundos de práticas de linguagem, tal como desenvolve Orlandi em vários de seus trabalhos. Isso nos permite postular que não cabem separações entre modalidades de discursos (verbal, não verbal, imagético, etc.), o que importa é considerarmos como esses diferentes registros discursivos funcionam em relação a sua constituição/formulação/circulação e em suas especificidades. Além disso, tratamos de processos discursivos – da inscrição da língua na história – que têm como *loco* a base lingüística, mas que se constituem alhures (nos processos

¹¹⁵ Negritos nossos.

sociais), e são representados na base linguística, e que, portanto, constituem uma forma de discursividade, tal como aponta Pêcheux:

o que chamamos autonomia relativa da *base linguística* não poderia, sob o pretexto de que está na base, imprimir *sua forma* aos processos discursivos que se desenvolvem sobre sua base; os termos: interdiscurso, intradiscurso, efeito de pré-construído e efeito-transverso – [...] e que justamente caracterizam [...] **a forma da discursividade** – não correspondem, portanto, a fenômenos lingüísticos: *representam, em relação à base linguística, a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas*, submetido, em condições históricas sempre específicas, à lei 'geral' de desigualdade que afeta essas formações (PÊCHEUX, 1997, p. 259).¹¹⁶

É por nos ancorarmos nesses preceitos que não consideramos analisar os objetos em circulação hoje no cenário nacional como novidade, uma vez que em AD não se trabalha com um método *a priori* constituído. Sabidamente, a teoria contempla categorias de análise fundantes, como discurso, formação ideológica, ideologia, formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso, etc., não obstante, todas elas funcionam diferentemente em face dos objetos simbólicos e cenários em questão. O que importa, sobretudo, é a AD agrega em sua base epistemológica, um modo de compreensão da produção/circulação do saber/ciência/ideologia de orientação materialista, diríamos aqui de filiação pecheutiana, no caso da corrente que institucionalizou e disciplinarizou a AD no Brasil (ver SCHERER e PETRI, 2008a).¹¹⁷

O que para nós acarreta certo mal-estar e ao mesmo tempo poderia ser tomado como o caráter novo em termos dos corpora de análise é a questão da circulação em face do advento da internet e as das novas tecnologias de produção e intervenção nos modos de produção, circulação dos discursos (tal como abordamos no capítulo II).

¹¹⁶ Itálicos na obra, negrito nosso.

¹¹⁷ Consideramos a historicização da AD sustentada por Scherer e colaboradores, notadamente no texto « Le mouvement et les déplacements des études sur le discours à partir des années 80 et leur disciplinarisation: le cas brésilien » (cuja primeira versão encontra-se on-line em: http://w3.ufsm.br/revistaletas/artigos_r37/artigo1.pdf), igualmente apresentado no Colloque ADDS 2008: analyse de discours et demande social: enjeux théoriques et méthodologiques, realizado em Paris III – Sorbonne Nouvelle, em novembro de 2008). Queremos com isso dizer ainda que seguimos a direção e disciplinarização/institucionalização que os trabalhos de Orlandi imprimem para a AD, a partir de uma leitura de M. Pêcheux que não se trata de uma transposição, importação ou tradução, mas de fato uma leitura que considera a realidade específica do quadro social, político e institucional do Brasil, uma vez que esta se configura como disciplina que « revendique clairement un enracinement et une spécificité du politique dans et de la langue où apparaîtrait dans un jeu discursif la relation sujet, histoire et mémoire » (SCHERER; PETRI, 2008, p. 12-13).

Não obstante, dada essa virtual instabilidade, cabe compreendermos o discurso como trabalho e a linguagem como prática (cf. ORLANDI, 2007), isto é, materialidades que se constituem em face da produção da vida material dos sujeitos em sociedade, da ação simbólica que intervém no real, levando em conta uma ordem sempre em processo, nunca dada, acabada sobre a qual se possa aplicar uma ortopedia analítico-interpretativa. Se a vida é um processo histórico, a tarefa do analista não poderia estar senão situada nessa incompletude determinada historicamente pelos processos sociais, pois não há outra forma de constituir o real senão pela linguagem.

Cabe salientar que, de acordo com Orlandi (2007), em AD, não trabalhamos com a língua em si, mas com a língua funcionando em relação à historicidade, em dada sociedade. Trabalha-se antes com a noção de materialidade do discurso, que diz respeito à produção de sentidos na sociedade, isto é, materialidade linguístico-histórica (leia-se linguístico não restrito ao verbal, mas vinculado à leitura/significação do mundo).

Desse modo, importa estarmos atentos ao fato de que “o desenvolvimento das tecnologias de linguagem podem alterar aspectos da forma histórica do sujeito, deslocando o modo como se dá a autoria” (ORLANDI, 2005, p. 203) e, diríamos ainda, que redefinem decisivamente os processos de leitura/interpretação.

De acordo com Dias (2009), a língua/escrita na materialidade digital guarda especificidades, dentre elas, a de uma corpografia, em que a língua assume um simulacro de corpo, enquanto representação de um impossível (o de inscrição material do corpo/emoção na língua, o que remete mesmo ao impossível da língua, desvão onde irrompe o real de língua e de sujeito – possibilidade de criação/subjetivação, para a autora). Na esteira dessa compreensão, acreditamos que a leitura/interpretação nesse espaço volátil possa ser pensada de outras formas, uma vez que o arranjo de sentidos se dá na dispersão e não se apresenta como uma unidade imaginária, como a de um texto, por exemplo.

Os discursos na materialidade digital reclamam olhares que considerem suas condições de produção específicas, as quais poderíamos chamar de tecnológicas e que, entre outras coisas, passam por uma montagem/desmontagem de trajetos de leitura. Nesse aspecto, podemos pensar nos mecanismos de pesquisa (Google, por exemplo), nos links que se atravessam por entre uma leitura, dispositivos estes que

circunscrevem um trajeto não linear, tal como sublinhamos no capítulo II, a propósito da “descrição das montagens” de que tratou Pêcheux (1990 [1983]), por exemplo:

a) pelas buscas, as possibilidades que leitura/interpretação se apresentam em um eixo paradigmático, são várias possíveis, perante as quais os sujeitos fazem escolhas a partir de excertos dispostos aleatoriamente, via palavras-chave. Por outro lado, em certa medida, esse conjunto apresenta unidade, pois um agrupamento seriado de ocorrências passa a compor um texto sobre uma questão x. Uma vez imersos em uma dessas possibilidades, tem-se ainda, na maior parte das vezes, uma enormidade de

b) links, que vão circunscrevendo uma leitura ao modo rizomático, ao passo que vínculos podem vir a ter um percurso na ordem do irrepetível, diante ligações que levam a lugares de memória (metálica em conjunção àquela dos sujeitos e a social) tanto previstos quanto improváveis ou mesmo absurdos, sem vínculos semânticos aparentes.

Em face da historioprodução (abordada no capítulo II), ou seja, do processo de tecnologização da memória que intervém nos modos de formulação/circulação e historicização metálica dos objetos simbólicos, na tentativa de transformá-los em meros artefatos de linguagem, postulamos que a constituição dos sentidos (memória discursiva, interdiscurso), uma vez que congrega elementos irrepresentáveis na instância da base linguística (cf. ORLANDI, 2006), permanece na ordem do impossível (do real), lugar das virtualidades que, todavia, são processos históricos e se projetam nas materialidades.

Desse modo, é necessário estabelecermos diferentes olhares sobre as materialidades de sentido, levando em conta a dispersão que intervém sobremaneira no modo como temos acesso aos objetos simbólicos. Ademais, dispomos, desde outrora, de um aparato teórico-analítico que encontra, na filiação de sentidos (memória, interdiscurso, ideologia), a possibilidade de perscrutarmos os modos pelos quais estes vão se inscrevendo materialmente, se historicizando, a fim de não cairmos na anacronia das máquinas de ler, cedendo a uma ortopedia dos discursos.

O que até aqui precedeu congrega os elementos que nos levam a empreendermos a análise de alguns exemplares de discursos em circulação na internet, relativamente ao contexto nacional, os quais nos possibilitam mobilizar de modo amplo a questão da circulação em massa da palavra comunidade.

Tal circulação é problematizada com base nas seguintes questões, no âmbito da nomeação/designação:

- O que comunidade designa (recobre/sobredetermina/dilui)?
- Como se dá o **processo político de discursivização** de comunidade?
- Que efeitos essa designação acarreta às subjetividades/à sociedade hoje?

Concebemos **processo político de discursivização** como sendo o modo pelo qual a palavra, ao ser colocada em circulação, vai se historicizando e, dessa forma, tecendo efeitos de divisão social, efeitos materiais que incidem sobre a vida das pessoas, das sociedades, o que resulta em processos linguísticos específicos (a ser analisado via DSD). Em última instância, diz respeito a pensar a palavra como emblema da ideologia da mundialização, entretanto, pondo-a em suspenso em relação ao seio em que circula, esse próprio discurso da mundialização, para buscar o que nela está silenciado/apagado, vislumbrando nos depararmos com seu real.

A proposta metodológica consiste, assim, em conceber a palavra enquanto motriz da análise, em que transitaremos por diferentes materialidades, pautando-nos, sobretudo, no “conjunto de determinações” (GUIMARÃES, 2007) dessa palavra, isto é, seu processo de designação, em que intervêm língua, história, ideologia, na medida em que “dizer qual é o sentido de uma palavra é poder estabelecer seu DSD”, pois “o DSD de um nome [...] é o que o nome designa” (GUIMARÃES, 2007, p. 82).

Vale dizer que Guimarães (Idem) considera que as relações de determinação não se estabelecem somente no interior de enunciados, mas em unidades maiores compreendidas como textos. Dessa forma, sendo o texto a unidade de análise dos discursos, nossa análise situa-se nesse horizonte – nem a palavra, nem o texto – o discurso em suas filiações.

Assim, o que propomos é uma **montagem discursiva** – a tecitura de relações entre diferentes textualidades concebidas sob os domínios de memória, da atualidade e da antecipação (COURTINE, 2009, [1981]) [a serem detalhados a seguir] que põem em movimento a questão da “partilha do real” (Rancière) –, a ser lida segundo os DSDs que estabelece em torno de comunidade.

Adotamos, portanto, o Domínio Semântico de Determinação – DSD – como conceito analítico capaz de explicitar a formulação do sentido de uma palavra, seja em um texto, seja em um conjunto de textos, o que nos leva a compreender a discursividade do nome/designação, sua inscrição na história, sem prescindir de sua inscrição na língua.

Conforme exploramos no capítulo I, um DSD é uma análise detalhada de uma palavra, considerado seu processo de reescritura, de articulações, procedimentos que constroem uma designação, no âmbito de seu acontecimento enunciativo de dizer, que é um processo histórico; portanto, ele não se constitui *a priori*, o DSD é representação de um processo de análise e não sua substituição esquemática.

Os exemplares de discurso em circulação que analisamos neste capítulo são constituídos a partir de “flagrantes” (ORLANDI, 2001), lembretes, partes, pedaços, fragmentos da narratividade urbana constituída dessa dispersão nos dias de hoje. Flagrantes tomados na perspectiva adotada por Orlandi, por exemplo, em **Cidade atravessada**: os sentidos públicos do espaço urbano (2001) – em que fragmentos de discursividades expõem uma forma de organização social do urbano que explode em exclusão, trazendo à luz, porém, o real desses cenários – conversa de rua, poesia urbana, rap, grafite, pichações – formas de significar o urbano.

O trabalho analítico alicerça-se, basicamente, na sequência discursiva de referência – sdr (COURTINE, 2009 [1981], p. 107-108 – noção detalhada na sequência deste texto): **agora a moda não é mais favela, é comunidade**, a ser considerada em relação à reflexão de Peter Pál Pelbart (2003, p. 31), a qual aponta que “quem diz sociedade já diz perda ou degradação de uma intimidade comunitária, de tal maneira que a comunidade é aquilo que a sociedade destruiu”.

Pautando-nos, assim, nos estudos supramencionados de Orlandi, analisamos a sdr recortada de um comentário veiculado na mídia radiofônica acerca da nova

política habitacional implementada no País, além de outros “flagrantes” cotidianos, essencialmente coletados do discurso em circulação na internet.

É importante salientar que não nos situamos no discurso que se volta ao elogio à hipermodernidade (“agora a moda é”), ao fragmentário, à fluidez, o que pode vir a sugerir a sdr mote do trabalho. Pelo contrário, em nossa compreensão, esse discurso implica a diluição dos sentidos, ao relativismo que os coloca na dependência de condições e constituintes a-históricos. Nosso tema, situado no discurso de/sobre a fluidez, visa a instaurar um olhar sobre o que ele expurga, a historicidade, as permanências, as filiações, o político.

3.3 Princípios de constituição do corpus

Considerando o que vimos enunciando, cabe sublinhar que são dois os elementos basilares para a constituição do corpus e da metodologia deste estudo. São eles:

1) noção de texto [enunciada na introdução e retomada no capítulo I] articulada à de objeto simbólico;

2) concepção de corpus como montagem discursiva.

1) Primeiro elemento: Em AD, escusada a tautologia, analisamos “discursos”, compreendidos como **objetos simbólicos**, isto é, enunciados, textos, pinturas, músicas, imagens, etc. O interesse é, assim, pelo modo como esses objetos produzem sentidos para e por sujeitos (ORLANDI, 1999). Uma vez conjugada a essa questão, reforçamos aqui a concepção que será explorada em seu funcionamento, qual seja, a **noção de texto** (apresentada na Introdução e capítulo I desta tese) desenvolvida por Orlandi (2004, p. 59), que contempla *diferentes materialidades*, dado seu caráter heterogêneo.

As noções de objeto simbólico e de texto, compreendidas em sua abrangência e especificidade, estão *recobertas por um conceito a partir do qual uma série de outros se articulam, qual seja, o de **discurso*** (SCHERER, 2010).¹¹⁸ Expliquemo-nos. Uma vez que o conceito de discurso é concebido por Pêcheux

¹¹⁸ Anotações de Seminários de Orientação e Seminários Gel/Corpus/PPGL/UFSM – Cf. divulgação em: www.ufsm.br/corpus/eventos/eventos.html

(1997b) como “efeito de sentidos” entre interlocutores - A e B -, sendo que esses A e B “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 1997b, p. 82), é produzido um deslocamento da perspectiva de linguagem [e, por conseguinte, de discurso] como comunicação. Além disso, esses lugares não são empíricos, mas representações reguladas por formações ideológicas que se textualizam em FDs. Isso apenas colocando em cena alguns dos elementos desse intrincado jogo. Por isso mesmo, o conceito de discurso é tomado aqui, como articulador, centro profusor de outras tantas noções fundamentais a ele estreitamente ligadas. Retomando nosso ponto. Os efeitos de sentido são de ordem material, ou seja, dizer que um discurso é efeito de sentidos entre sujeitos, implica tomar esse efeito vinculado à historicidade que põe em cena. Ele não é um efeito situacional-empírico que depende dos sujeitos A e B, depende senão do fato de como as relações de sentido se inscrevem na memória constituída socio-historicamente para e com esses sujeitos. Efeitos de sentido “resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados por suas memórias discursivas” (ORLANDI, 2006, p. 15).

Assim, saímos de um eixo de compreensão da linguagem como comunicação, pois esses efeitos não são da ordem da comunicação¹¹⁹, uma vez que são regulados, se dão com e para os sujeitos que, entretanto estão livremente condenados a significar em face do já significado (sobre qual incidem o *non sens* e o sem sentido).

2) Segundo elemento: A constituição do **corpus** desta tese e a respectiva **metodologia**¹²⁰ à qual ele é submetido estão amparadas na seguinte formulação (que se soma àquela já enunciada por Pêcheux (1990 [1983]) em relação à descrição de montagens (cf. capítulo II):

¹¹⁹ Pêcheux (1997, p. 93) bem salienta que a língua serve para comunicar e para não comunicar, isto é, tratamos do sentido e seus equívocos e não da aparência de unidade que uma comunicação bem sucedida possa vir a esboçar.

¹²⁰ Importa salientar que a própria constituição de um corpus já recobre um ato metodológico, porém, optamos aqui por tratá-los separadamente, corpus e metodologia, como também um gesto metodológico que visa a sublinhar a especificidade metodológica, uma vez que esta demanda uma intervenção no corpus de forma a explorar a questão teórica que fundamenta a pesquisa de um modo geral, assim, a especificidade da metodologia, em nossa compreensão impõe uma intervenção no corpus conjugando teoria e análise com vistas a um objetivo bem determinado.

Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é **construir montagens discursivas** que obedecem critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam à demonstração, mas a **mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos** (ORLANDI, 1999, p. 63).¹²¹

Partindo dessa premissa que objetiva, sobretudo, a dar visibilidade a certa dispersão da palavra, constituímos em torno dela uma montagem discursiva, mediante flagrantes contemporâneos. Por outro lado, essa escolha se efetiva em função do objeto teórico a que nos propomos analisar, isto é, a questão da filiação de sentidos e, por isso vimos enfatizando que nossa escolha teórica é pela “filiação” e nossa escolha metodológica, modo de explorar esse objeto, é a palavra comunidade, dispersa de tal maneira que nos levou a constituir um corpus pautado na concepção de montagem discursiva.

O corpus se constitui, portanto, mediante uma MD (ORLANDI, 1999; 2006a) ordenada a partir de uma sequência discursiva de referência - **sdr** (COURTINE, 2009 [1981], p. 107-108), ou seja, “ponto de referência, a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização” e da qual recortamos a palavra “comunidade” como **dispositivo de arquivo**, tal como essa noção é compreendida por Guilhaumou e Mالدیدیر (1997 [1986]) e que detalharemos logo em seguida, na sequência deste texto.

Ao se situarem na relação entre história e linguística, no terreno da AD, Guilhaumou e Mالدیدیر (1997 [1986]) tomam como fundamental a questão do corpus, para desenvolverem a noção de **dispositivo de arquivo**. O arquivo é por eles compreendido como elemento metodológico central.

Uma vez que se entende que “o arquivo nunca é dado *a priori*” (Id., p. 163), os autores consideram que uma data, um nome próprio, uma chancela institucional, o lugar que ocupa em uma série, essa identificação de caráter institucional é insuficiente, pois diz pouco do “funcionamento” do arquivo. Assim, eles vão pôr em cena os **regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de texto**, a partir de uma preocupação com objetos como a morte, o medo, o amor, o profano, o sagrado, etc., objetos simbólicos que podemos compreender como aqueles que têm certo estatuto universal. E é nesse ponto que vamos aqui chamar de **regimes múltiplos**

¹²¹ Negritos nossos.

de funcionamento de um objeto simbólico (ao invés de um texto) em que nos centraremos. Esses regimes atestam uma ordem ditada pela **abrangência social de um arquivo**, para além de sua configuração institucional.

Buscando dar visibilidade ao que instala o social no interior do político, os autores realizam célebre análise que tem como conjuntura a questão social da subsistência na França do século XVIII, problema esse que mobiliza diferentes modalidades de arquivos, tais como o grito popular, a correspondência dos intendentés, a obra literária, o debate na assembleia, etc. A fim de analisarem essa questão, os autores recortam do arquivo os termos “subsistência” e “pão”, que são tomados como **dispositivos de arquivo**. Esses termos recobrem questões sociais fundamentais na análise em pauta de forma que regem as buscas pelo arquivo constituído de panfletos, jornais, livros, cartazes (impressas); processos verbais de assembleias revolucionárias, correspondência entre clubes e sociedades populares, mensagens e petições, relatórios policiais, etc. (manuscritas).

Tendo em conta esse empreendimento teórico-metodológico de Guilhaumou e Maldidier, podemos dizer que *um dispositivo de arquivo é uma designação que “aciona” e orienta uma operação de varredura em um arquivo concebido em sua abrangência social, ou seja, circunscrito a preocupações que digam respeito a uma sociedade considerada em sua especificidade histórica.*

É interessante observar o aspecto da abrangência social, no tocante à escolha metodológica dos termos, que diremos, das designações. A designação subsistência traz em seu bojo uma questão social que remete ao antigo regime, a então incumbência do rei pelo bem-estar dos súditos que, a partir de 1770, vai passar para as mãos dos intendentés sob um olhar administrativo. Já a designação pão vai recobrir todo um aparato discursivo que envolve confrontos de rua em frente a padarias, materializados em panfletos, petições, mensagens de demanda por pão em tempos de escassez. Ambas as designações situam-se em um período revolucionário e sua abrangência social não se restringe a um discurso político. Na esteira dos autores, podemos dizer que se trata efetivamente de uma questão social que foi desencadeada mediante a “busca por aquilo que instala o social no interior do político” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997 [1986] p. 164).

Importa-nos mais precisamente aqui assinalar o procedimento metodológico adotado pelos pesquisadores. Ao se interessarem pelo que chamam de emergência

dos discursos em circunstâncias determinadas, em uma preocupação com os usos sociais da língua, analisam o tema da subsistência, distanciando-se, porém de uma análise temática (aos moldes da linguística e dos estudos críticos literários), ela supõe a distinção entre o horizonte de expectativas a respeito de uma situação histórica e a efetiva realização de alguma(s) delas. O que nos leva a entender que uma notícia, um fato construído linguisticamente não pode ser tomado como um tema, senão como índice que deve ser analisado em seu acontecimento discursivo (a efetividade, a realização de uma possibilidade apreendida no entrecruzamento de enunciados em **momento específico**).¹²² Por conseguinte, compreendemos que a palavra (dispositivo de arquivo), e o tema a que ela se vincula não constitui por si só objeto de análise capaz de trazer à cena uma conjuntura social específica, é demandado um tratamento linguístico-discursivo que se efetiva mediante retornos ao arquivo em sua amplitude histórica. Dito de outro modo, trata-se de investigar os **regimes múltiplos de funcionamento de um objeto simbólico**.

Nessa perspectiva, os autores falam em **trajeto temático** [relativamente à questão do pão]

para definir o conjunto de configurações textuais que, de um acontecimento¹²³ a outro, associam a demanda pelo pão, linguagem da liberdade e as primeiras expressões dos Direitos do Homem. A análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos da linguagem, mas, sobretudo, **interessa-se pelo novo no interior da repetição [...] esse tipo de análise [...] reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem** (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997 [1986], p. 166).¹²⁴

De acordo com os autores, a análise de um trajeto temático abarca o momento de **compreensão** do corpus e, portanto, não se trata, nesse momento, do objeto discursivo. Guilhaumou e Maldidier consideram o momento analítico posterior ao do trajeto temático como o momento do co-texto¹²⁵, fase em que aqui não nos deteremos, não, pelo menos, no âmbito de co-texto.

¹²² Nas palavras dos autores: “O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem como o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador” (Id., p. 166).

¹²³ Para os autores, “o acontecimento é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (Id., p. 166).

¹²⁴ Negritos nossos.

¹²⁵ Guilhaumou e Maldidier (1997 [1986], p. 168) denominam de co-texto “o conjunto de enunciados que determinam a visualização mais ampla do tema estudado e, que ao mesmo tempo, permite enxergar as recorrências lingüísticas”.

Para Guilhaumou e Maldidier, “**não é na descrição sistemática do corpus que a análise do discurso**, tal como se mostra historicamente, **constrói suas provas**. Isso ocorre, fundamentalmente, quando, na análise, se chega às estratégias discursivas ligadas às **relações de forças numa conjuntura dada**” (p. 170).¹²⁶ Cabe ratificar que as estratégias discursivas em AD são consideradas relativamente ao real da língua, sujeito à falha e ao equívoco.

A indagação que daí emerge é a seguinte: “não haveria momentos do corpus em que, além do acontecimento, mostrar-se-ia uma outra relação entre a língua e o arquivo, o discurso e o arquivo?” (Id., p. 170).

Essa indagação é problematizada por meio da instauração do jogo das relações de força que configuram então a ruptura em uma discursividade, a da subsistência, que tem como eixo (dispositivo de arquivo) a questão do pão. No tocante à história daquele país, a “demanda por pão não é em si nova, ela se desloca do rei para o povo: o pão entra, assim, no campo do político” (p.167). A questão do pão se realiza por enunciados como, por exemplo: Pão e pão (grito de revolta) e pão e liberdade, este último então possível após a tomada da Bastilha, do movimento popular que instala a linguagem da liberdade, que se configura como uma ruptura e não mais um ato de demanda, “a relação entre pão e liberdade é nova e constitui, naquele momento, a abordagem mais global da presença do social no político” (Idem, p. 168).

Dois aspectos devem ser salientados. A presença do social no político e a coordenação “pão e x”, compreendida não como repetição, mas *nova retomada* (não simplesmente variante do ato de demanda).

Entretanto, o que vem a sublinhar a relevância de um diferente “momento de corpus” é uma outra coordenação analisada pelos autores. Trata-se de “Pão e ferro”, que aparece na conjuntura de 1793. Ferro será compreendido como metonímia da guerra e a coordenação como palavra de ordem, estando ligada a um momento da Revolução, o da conservação e permanência das aquisições, dos direitos, das liberdades. Enquanto que pão e liberdade presentificavam uma interdição; pão e ferro (tendo liberdade como pré-construído) exprimem a existência da liberdade e a necessária luta (a ferro) em favor de sua manutenção. Para os autores, pão e ferro,

¹²⁶ Negritos nossos.

como palavra de ordem, atestam a revolução em permanência, uma realidade para além do acontecimento. A liberdade é então tomada em seu desdobramento no discurso revolucionário: de objeto do desejo a um já-lá a ser mantido.

A consideração de diferentes **momentos de corpus**, atrelada ao tratamento temático do arquivo, permite com que uma mesma estrutura (coordenação que recebe diferentes versões e que se articula especialmente pela comutação de termos), a despeito de uma aparente repetição, seja confrontada com outros momentos de corpus, em um trabalho de retorno ao arquivo:

O novo se situa em outra parte, no retorno ao arquivo. A consideração da dispersão máxima do arquivo torna complexo, nós o vimos, o procedimento do analista do discurso. **Do trajeto temático ao momento de corpus**, passando pela análise contextual, a exploração arquivística mergulha o pesquisador na materialidade dos textos; aquilo que poderia aparecer como desvio, de que fazíamos economia através de julgamentos do saber, se confunde com o próprio procedimento e impõe o encontro da língua. Este procedimento – nossa análise comprova – não exclui a emergência, no trajeto temático, de um momento de corpus em torno de um acontecimento estratégico (Idem, p. 181).

O trajeto temático percorrido pelos autores notabiliza o movimento da coordenação que recobre o valor conceitual de pão e liberdade (1789 -1792) até a configuração da palavra de ordem pão e ferro (1793 - ?).

Apropriamo-nos em parte desse “trajeto temático” a fim de colocar em pauta elementos fundamentais para o procedimento analítico ao qual submeteremos o arquivo de nossa pesquisa, isto é: **a palavra tomada como dispositivo de arquivo e ela mesma como fundamento heurístico de orientação na varredura discursiva do arquivo.**

Em termos gerais, o procedimento teórico-analítico proposto pelos autores abrange:

- A escolha de um dispositivo de arquivo (termo(s), designação(ões)), com referência a um acontecimento histórico (uso social da língua);
- A configuração de um trajeto temático, por meio do qual se perscruta o novo no interior da repetição, na busca pela reconstrução do acontecimento na linguagem – procedimento de compreensão – análise linguística;

- A análise discursiva – visibilidade ao jogo de relações de força em torno das coordenações, enunciados, SDs, etc.;

- A exploração de diferentes momentos de corpus (em retorno ao arquivo).

Essa compreensão dinâmica já atestada há algum tempo por Maldidier e Guilhaumou (1997 [1986]) é reforçada por Francine Mazière (2007). A autora destaca o caráter dinâmico de constituição de corpus, gerido pela própria progressão analítica, mediante procedimentos de construção de sequências discursivas ligadas a uma rede de memória, o que configura mesmo o **momento de corpus** que Maldidier e Guilhaumou postularam e, segundo Mazière (2007, p. 60), diz respeito a “uma hipótese transitória emitida pelo analista, com seu centro e suas zonas periféricas “à espera” dos deslocamentos do centro trabalhado”.¹²⁷ Nessa perspectiva, “o *corpus*, transformado em ‘rede de memória’, se torna uma espécie de ‘dicionário discursivo’ que integra continuamente o efeito das aberturas, reconfigurações, mudanças de estado do *corpus* ao longo da análise” (Id., p. 60).¹²⁸ Mazière refere ainda a questão das forças de interpretações que se textualizam:

o *corpus* não é mais um conjunto estanque de textos, é um conjunto sem fronteira no qual o interdiscurso, exterior, irrompe no intradiscurso [...]. Sua construção supõe renunciar ao sonho de uma interpretação fechada garantida por uma leitura **explicitada em proveito de uma leitura-escrita e de uma ‘política de interpretação’ que se basearia na avaliação das ‘forças de interpretação’ em uma conjuntura** (MAZIÈRE, 2007, p. 61).¹²⁹

Por seu turno, Courtine (2009 [1981]) propõe uma redefinição da noção de **corpus discursivo** (CD). Define-o sob duas perspectivas, uma de caráter **estático** e outra **dinâmico**.

Corpus discursivo é concebido pelo autor como um “conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo a articulação, o cruzamento, ou a composição de dois planos de determinação” (Id., p. 114-115), quais sejam:

1) o **plano da determinação das condições de produções** de uma sdr e

¹²⁷ Aspas no texto. Na tradução do texto de Mazière a referência à noção “moment de corpus” (MALDIDIÉ; GUILHAUMOU, 1997 [1986]) é feita pela expressão “estado de corpus”, manteremos a designação “momento de corpus”, conforme texto em francês dos autores supracitados.

¹²⁸ Itálicos e aspas no texto.

¹²⁹ Aspas e itálico no texto, negrito nosso.

2) o **plano da determinação das CP** de um processo discursivo, no interior de uma FD de referência, caracterizável pelos

- **domínio da memória;**
- **domínio da atualidade e**
- **domínio da antecipação** [noções emprestadas de Foucault (*Arqueologia do Saber*), às quais o autor atribui valor diferenciado].

O domínio da memória – constituído por um conjunto de SDs que preexistem à sdr. Diz respeito a formulações determináveis no âmbito do intradiscorso efetivado nas formulações de referência que uma sdr realiza, e que constituem redes de formulações a partir das quais podem ser analisados os efeitos de lembrança, redefinição, assim como de esquecimento, ruptura, negação. Ele representa, no plano de organização do corpus discursivo, “o interdiscorso como *instância de constituição de um discurso transverso*” (Id., p. 112).¹³⁰

O domínio da atualidade – constitui-se de um conjunto de SDs que coexistem com a sdr em um dado momento histórico, dizem respeito à instância do acontecimento. O autor ressalta que a produção de efeitos de atualidade se dá mediante o desenvolvimento processual de efeitos de memória que o acontecimento reatualiza.

O domínio da antecipação – remete ao conjunto de SDs que sucedem à sdr como efeitos de antecipação, assinalando a ordem de um sempre-ainda do discurso, assim como um processo sem “término” aberto a reconfigurações.

Esses três domínios, tal como adverte o autor, não encerram as dimensões de um antes, agora e depois, mas visam a possibilitar a circunscrição das repetições, rupturas, limites, possíveis transformações com referência a um **tempo em processo**.

Ao se considerar as seguintes especificações: CD = corpus discursivo; cp = condições de produção; sdr = sequência discursiva de referência; CF = condições de formação; FDR = formação discursiva de referência; Dmem = domínio de memória; DAct = domínio de atualidade; DAnt = domínio de antecipação (cf. COURTINE, 2009 [1981], p. 115); a constituição de um CD pode ser assim representada:

¹³⁰ Itálico no texto.

CD = cp (sdr) o CF (FDR) {Dmem, DAct, DAnt}

Os aspectos supramencionados concernem, portanto, à **dimensão estática de um CD**, relativamente à caracterização dos dois planos de determinação. Complexificar, precisar, detalhar a composição desses dois planos exige colocar em funcionamento a **instância dinâmica** de corpus. Nela, o CD passa a ser um conjunto aberto de articulações que vão sendo trabalhadas/construídas ao longo do procedimento analítico sobre o corpus, que o interroga no transcurso das etapas de análise.

De modo sucinto, essa perspectiva dinâmica requer: 1) a previsão das etapas e das modalidades de um **trabalho sobre o corpus**, no interior de uma **forma de corpus**¹³¹, ou seja, das etapas e as modalidades dos dois planos de determinação [supra]; 2) que essa previsão abarque a possibilidade de um retorno sobre a totalidade 3) que os domínios da memória, atualidade e antecipação sejam tomados sob um ponto de vista aberto, podendo ser enriquecidos ao longo das etapas do processo, em face dos resultados já obtidos e aqueles que se busca atingir.

Courtine ainda detalha as etapas de um trabalho sobre o corpus, o qual envolve: a) determinação das formulações de referência no intradiscurso da sdr; b) constituição de um corpus de formulações de referência; c) varredura dos domínios que constituem o interdiscurso da FDR; d) constituição do enunciado (forma geral que governa repetição no seio de uma rede - cf. Courtine, 2009 [1981], p. 119); e) retorno ao intradiscurso da sdr.

Sem nos determos aprofundadamente nessas etapas de trabalho, o que queremos salientar remete à problemática de mão dupla de constituição do corpus, à dimensão estática e a dinâmica. Como vimos, elas estão imbricadas e, a despeito de que se possa atribuir *a priori* um caráter espontaneísta empírico à constituição do corpus, aberto desde sempre à inserção de tais e tais elementos em circulação ou alocados em uma realidade histórica longínqua dotada de possível valor fundante, pensamos que o seu momento estático o define em relação a duas questões essenciais: CP e FD. Ademais, como também vimos explorando, tanto uma quanto outra são complexificadas por Courtine. As CP não são tratadas em forma de bloco,

¹³¹ “princípio de estruturação de um corpus discursivo” (Id., p. 114).

como se a “um” discurso “correspondessem” de uma vez por todas condições de produção X, elas são, pelo contrário, “desmontadas” para serem observadas na rede em que se constituem e na que passam a constituir, mediante um trabalho dinâmico sobre o corpus. As FDs, por sua vez, são tomadas sempre em sua provisoriedade e heterogeneidade em relação a si mesmas.

Cabe ainda ressaltar a distinção que Courtine propõe entre **difusão** e **circulação**, apontando que uma SD ao se inscrever em uma *rede de difusão* de discursos específica, esta passa a regular sua *circulação* (cf. COURTINE, 2009 [1981], p. 131).¹³²

Ainda no tocante ao objeto de análise e o modo de explorá-lo, há algumas distinções que se fazem importantes (cf. SCHERER, 2010).¹³³

a) Objeto de estudo; b) Arquivo; c) Corpus e Recorte(s)

a) **O objeto de estudo** é da ordem das ideias, tem caráter empírico, elemento carente de intervenção teórica, é fato de linguagem que demanda sua dessuperficialização (a fim de se chegar ao objeto discursivo);

b) **O arquivo** concerne ao conjunto de materialidades possíveis de serem coletas com referência à questão em estudo. A constituição do arquivo já requer uma delimitação da abrangência do objeto de estudo: recorte temporal, geográfico, temático, institucional, etc.

c) **O corpus** propriamente dito vai se constituir a partir das materialidades já delimitadas e de recortes sobre elas. Por fim, diante de um corpus, fazemos **recortes** que, no transcurso analítico, circunscrevem retornos ao arquivo.

Tais especificações, entretanto, têm caráter didático e não são estanques, uma vez que o modo de constituir um corpus por exemplo já demanda um gesto de leitura sobre a questão em estudo, que por sua vez já mediará recortes; sobretudo, as questões a, b, e c devem reenviar sempre ao problema teórico colocado.

¹³² O autor trata da sdr “Apelo dirigido aos cristãos”, acreditamos, contudo, que o exemplo possa ser ampliado para corpus distintos, com referência às CP.

¹³³ Em conferência intitulada *Sobre a constituição de um corpus de pesquisa: Gesto e Metodologia*, em 28/09/2010, na II Jornada de Trabalho 2010
Método e Objeto I, Corpus/PPGL, 2010. Ver:
http://www.ufsm.br/corpus/IMAGENS_ARQ/2JornadaMetodoObjetos2010-CARTAZ.jpg

Mise au point

Na sequência do que vimos enunciando, ora acreditamos ser possível precisarmos alguns pontos mais detidamente.

1 - O que é uma montagem discursiva [MD]?

Uma montagem discursiva é um gesto metodológico que demanda a determinação de uma ou mais formulações de referência no âmbito do intradiscorso a partir da qual as constelações de materialidades serão organizadas no âmbito do interdiscorso, visando, em nossa leitura, à análise de discursos em circulação, de um tempo em processo que requer um trabalho com os domínios da memória, da atualidade e da antecipação [de nossa parte diremos, domínio da sucessão] (cf. COURTINE, 2009 [1981]). Além disso, a esse gesto subjaz uma questão teórica.

Uma MD precisa, sobretudo, estar fundamentada em o que Guilhaumou e Maldidier (1997 [1986]) chamaram de abrangência social do corpus/de um arquivo que vai abarcar regimes múltiplos de funcionamento de um objeto simbólico que irá impor retornos ao arquivo em sua amplitude histórica.

A abrangência social de um arquivo reclama um discurso amplamente em circulação e/ou recoberto por uma problemática comum a uma dada sociedade, de modo a permitir vislumbrar o que instaura o novo ou movimenta o social no interior da repetição.

2- Como recortar uma MD?

Recortar uma montagem é recortar um fragmento de um acontecimento de linguagem que precisa ir ao encontro ou de encontro sempre à ou às formulações de referência de modo que se constitua de fato uma rede de memória não de ordem meramente temática ou casuística.

Conjugando esses princípios de constituição e exploração do corpus às questões teóricas que movimentam este estudo, trazemos para reflexão algumas

das formas de circulação de comunidade, as quais corporificam o que vimos compreendendo, à luz de Michel Pêcheux, como **circulação-confronto** (1990 [1983], p. 21)¹³⁴, isto é, um modo de circulação que põe em relevância a opacidade de um acontecimento, de uma nomeação, de uma materialidade linguístico-discursiva, mediante a apresentação intercambiável/indistinta de dizeres de caráter oblíquo, em confronto. Essa noção nos possibilita problematizar o fato de que, a par de uma suposta moda, no que concerne ao emprego de “comunidade” como dizer democrático, temos considerado que ela hoje recobre/sobredetermina formas outras de pertencimento, uma vez que “a divisão da forma das comunidades é outra [...] **há uma hipertrofia da noção de comunidade** dada a multiplicidade de discursos sobre grupos” (ORLANDI, 2006c, p. 24).¹³⁵

Levando em conta as questões supra, temos procurado visibilizar relações entre textualidades que movimentem o “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 28), ou seja, as circulações-confronto.

Consideramos a profusão sobredeterminada de comunidade, porém, problematizando a **ordem fraseológica** (PÊCHEUX, 1990 [1982]) em que ela se situa, via a **rede interparafrástica** ou a **circulação-confronto** (PÊCHEUX, 1990 [1983]) que a palavra pode vir a desencadear.

3.4 Montagem discursiva

O corpus propriamente dito deste estudo, composto de discursos em circulação especialmente na rede mundial de computadores e reunidos em uma MD, segundo os princípios supraenunciados, constituiu-se de materiais de linguagem de diferentes naturezas, articulados em torno de uma sequência discursiva de referência (sdr) que elegemos para o estabelecimento de relações. Assim, para a constituição da MD, procedemos da seguinte forma, inicialmente, selecionamos uma

¹³⁴ Utilizamos aqui e nas demais referências o ano de escritura do texto ou de sua primeira publicação entre colchetes.

¹³⁵ Negrito nosso.

sdr que nos dava indícios de uma circulação equívoca – da substituibilidade de favela por comunidade. Com base nisso, realizamos em 2009 – busca em Folha OnLine (a seguir), em que essa hipótese se confirma, bem como dá conta de uma discursividade que formula tendo como suporte o discurso sobre a criminalidade, notabilizado por nomes como polícia, crimes, operação policial, mortes, roubos, drogas, etc. – essa é a saturação de um discurso sobre comunidade – favela.

Em 17 de outubro de 2009, essa discursividade se movimenta e entra no eixo da circulação como questão ético-moral, quando então um helicóptero da polícia é derrubado no Morro dos Macacos, RJ, deixando feridos e dois policiais mortos como resultado de operação policial.

Em 2010, outros elementos são acrescentados à problemática, a questão das ocupações das favelas (inclusive o Morro dos Macacos), via Unidades de Polícia Pacificadora; construção de muros, sob o argumento ecológico, para esconder as favelas, separando aquelas que se situam no caminho do Aeroporto Internacional Tom Jobim, por exemplo.

No mesmo ano, é lançado o filme **Tropa de Elite 2, agora o inimigo é outro**. Não nos detemos no fator numérico, mas vale mencionar que é a produção recorde do cinema em público desde 1976.

De outro lado, o filme **Cinco vezes favela, agora por nós mesmos** discursiviza historietas cujo cenário é o RJ, sob as luzes de cineastas que moram ou moraram nesses espaços, buscando instaurar um discurso da favela, da comunidade, por eles mesmos.

Esses dois filmes são algumas das textualidades que em nossa compreensão movimentam, assim como outras que constituem a MD, a discursividade sobre comunidade – favela.

De um modo geral, esses são alguns dos elementos, cujas materialidades são basicamente textos e vídeos, não necessariamente trabalhados em exaustão que dão conta do que chamamos MD.

Precisamente a MD está constituída por:

- 1) Sdr, extraída do texto-áudio;
- 2) Montagem de textos, intitulada comunidade – favela;

- 3) Texto-vídeo, nomeado comunidade de 15 pessoas;
- 4) SDs comunidade – escola;
- 5) Textos operações policiais – comunidade – favela;
- 6) Textos muros – favela;
- 7) Vídeos favela – comunidade – incêndios.

Cabe salientar, entretanto, que o estatuto que atribuímos a esses grupos de textos não é o mesmo. Notadamente, a sdr (textualidade 1, em azul, na Ilustração 9) constitui o centro que guia toda a montagem que visa sobretudo a buscar elementos que presentifiquem os diferentes domínios (memória, atualidade e sucessão) que se movimentam via sdr. As textualidades 2, 3 e 4 (círculos beges, Ilustração 9) constituem mais propriamente os elementos analíticos, os quais, a partir dos DSDs, encaminham-nos a outras buscas que efetivamos sempre focados no conjunto de nomeações que historicizam esses DSDs e por essa via nos domínios convocados, chegando, assim, às textualidades 5, 6 e 7 (círculos verdes, Ilustração 9), ao lado ainda dos elementos ilustrados na nuvem que contribuem decisivamente para a compreensão da historicidade (obras) e do acontecimento no tempo presente (filmes). Importa ainda salientar que são os DSDs que desenham a constituição da MD, são eles que nos possibilitam o arranjo de relações, a tecitura de articulações discursivas.

Visualmente, podemos apresentá-los como segue:

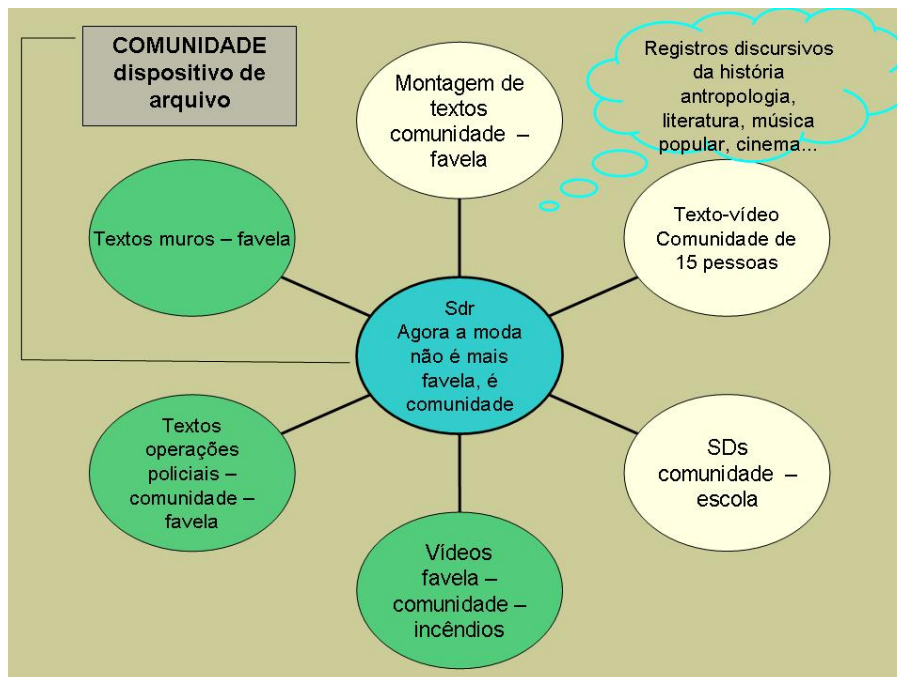


Ilustração 9 – Materialidades constitutivas da Montagem Discursiva

Como se observa na imagem, há uma nuvem que paira ao lado desses discursos sobre comunidade e que nos levaram como movimento imprevisto, ditado pela instância dinâmica do corpus, a analisar comunidade ao lado de favela. Esse se tornou um caminho sem atalhos. Os nomes se entrecruzam e (com)fundem. Nesse sentido, as obras **Um século de Favela**, 2006 [1998], organizada por Alba Zaluar e Marcos Alvito e **A invenção da favela: do mito a favela.com**, de Lícia do Prado Valladares (2005), ambas editadas pela Fundação Getúlio Vargas, são alguns dos aportes que têm nos permitido refletir acerca de como esses nomes vão se presentificando ao longo da história de nosso país, desde o fim do século 19 e início do 20.

De outro lado, a noção de dispositivo de arquivo (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1997 [1986]) serve-nos de aporte para mantermos o foco analítico, na medida em que o exemplo mediador de nossa análise é o nome comunidade, pois em nossa compreensão afigura-se como designação emblemática de uma sociedade que segrega, o que empresta ao corpus sua abrangência social, também nos termos dos autores supracitados.

3.5 Não vão parar de acontecer as coisas porque nós não temos palavras para elas¹³⁶ ou a fraseologia da mundialização

Partindo desses princípios, diante da montagem discursiva, principiamos a análise em torno da palavra comunidade. A primeira materialidade, articuladora das demais, é a transcrição de áudio de uma intervenção, em programa radiofônico jornalístico veiculado por emissora da capital gaúcha [em cadeia com várias outras emissoras do interior do Estado do RS], realizada por correspondente de Brasília que tece comentário sobre política habitacional ora implementada no País, em março de 2009.

Desse texto, recortamos a SD: **agora a moda não é mais favela... é comunidade**, tomada então como uma sdr. Ela é observada em sua discursivização emblemática e a posição que tomamos em relação a ela é de desidentificação, nos termos de Pêcheux; não é a “moda” nosso foco, mas a tensão que daí emerge, uma vez que, para retomarmos um dizer de Orlandi¹³⁷, acreditamos que tal enunciado, ao discursivizar o politicamente correto, elide o que é politicamente explícito.

Mesmo adotada como índice de uma nova discursividade democrática, logo traz à tona o confronto social que corporifica, isso porque, ao ser empregada por aqueles que não a tomam como um *discurso de* uma comunidade (texto-áudio/sdr), é concebida como moda (sdr, L 5-6)¹³⁸, está, assim, distante, configurando um *discurso sobre*¹³⁹ uma certa gente (*essas pessoas, L 8; todas as pessoas ou muitas, L 14*) que passa adiante certos privilégios que recebe (L 14).

Conforme as palavras e sequências negritadas, essa relação é de confronto, pois, em nossa hipótese, os sentidos para comunidade não emergem da *organização* social, (portanto, não basta que a palavra seja adotada como índice de

¹³⁶ Eni Orlandi, 2002.

¹³⁷ Em sua conferência intitulada *Diluição e indistinção dos sentidos: uma política da palavra e suas conseqüências*, no IV SEAD, Nov. 2009, Porto Alegre, RS.

¹³⁸ L = linha indicada à esquerda no texto-áudio.

¹³⁹ *Discurso de* remete ao discurso em sua ordem própria, de um lugar, de sujeitos, em sua heterogeneidade e dispersão, sem intermediários, enquanto que *discurso sobre* é aquele que organiza a rede polifônica de dizeres dispersos do *discurso de*, interpretando-os, segundo fins específicos (baseamo-nos nas formulações de Orlandi em vários de seus trabalhos a respeito dessa diáde).

uma ética eufemística de dizer), mas de uma *ordem*¹⁴⁰ discursiva outra, vivida, ligada a um **saber que não se transmite/aprende/ensina** (cf. PÊCHEUX, 1990 [1983]; ORLANDI, 1999), ordem na qual os sujeitos que enunciam comunidade como moda não se reconhecem e dela se apartam, o que pode ser observado inclusive pela maneira como esse texto é enunciado (voz, tom profundamente irônico).¹⁴¹

A **sdr**, ponto de referência a partir do qual organizamos o corpus deste estudo, encontra-se no texto-áudio:

Sdr

Agora a moda não é mais favela, é comunidade.

[texto-áudio, L 5 e 6].

O **domínio de memória** que a sdr convoca é textualizado por nomes e expressões como: *essas pessoas* (L 8), *MST* (L 13), *fiscalização* (L 10), *terra/moradia passada adiante* (L 14), *PT* (L 20), *movimentos* (L 20), etc. Vejamos:

TEXTO-ÁUDIO – SDR

Boletim de Brasília – Rádio Guaíba/RS (Grupo Record de Comunicação) – 26 de março de 2009¹⁴²

- 1 FM -... mas Dal Pizol muitas coisas que interessam o nosso ouvinte em relação a esse **pacote do**
- 2 **governo**. Haverá dois tipos de moradia... esse pacote de 1 milhão de moradias, vai ter casas térreas com
- 3 35m² e apartamentos de 42m², ambos terão sala, cozinha, banheiro, dois dormitórios e área de serviço, os
- 4 prédios terão de 04 ou 05 pavimentos, com 04 unidades por andar. Aqui em Brasília é interessante que
- 5 eles fizeram, reformaram, revitalizaram uma comunidade... **AGORA A MODA NÃO É MAIS**
- 6 **FAVELA**, viu Silvia, **É COMUNIDADE**, então reformaram, revitalizaram a **comunidade** e o que está
- 7 acontecendo é o seguinte, os moradores ... há pouco tempo o **governo do DF doou mais de 500**
- 8 **apartamentos, quase 400 os donos já não são os mesmos** Silvia, já venderam, **essas pessoas já**
- 9 **passaram seus apartamentos para outras pessoas**, então é difícil isso, né, Dal Pizol e Silvia.
- 10 S - É, a **fiscalização** que tem que ter nessa aérea, principalmente agora com esse **pacotão do governo**
- 11 **federal da área habitacional**, tem que reforçar **porque passa adiante né, vende a chave**, como
- 12 **popularmente é conhecido**.
- 13 FM - É a **mesma coisa** com o MST que ocorre, e daqui a pouco o MST está ligando, mas se tu pegares,
- 14 **todas as pessoas ou muitas já passaram a sua terra pra diante**, pra frente, fazem aqueles contratos de
- 15 gaveta e pronto. Lá principalmente na Amazônia está acontecendo muito isso, mas é interessante Silvia
- 16 que o **pacote de habitação do governo, 34 bilhões de reais, ele ainda é cinco vezes menor que o**
- 17 **reajuste dos servidores públicos**, o governo, até 2012, o governo fez uma série de reajustes que terão
- 18 reflexo até 2012, então pro nosso ouvinte ter uma ideia, esse ano o governo em reajustes vai gastar 11
- 19 bilhões de reais; em 2009, 29 bilhões de reais [sic]; em 2010, 40 bilhões de reais; em 2011, 47 bilhões de
- 20 reais; 2012, 47 bilhões de reais; e o **PT sempre foi, né corporativista e vinculado aos movimentos de**
- 21 **funcionários públicos, é indiscutível**, mas o governo lança um pacote de 34 bi, mas apresenta também
- 22 um pacote de 175 bilhões de reais pro reajuste, **só falta o famoso reajuste** ali né Dal Pizol e Silvia **para**
- 23 **os servidores do legislativo que estão reivindicando 20%, é uma vergonha** esse reajuste Silvia e Dal
- 24 Pizol...
- 25 DP - Muito Obrigado, um bom dia de trabalho pra você ai em Brasília, Fábio Marçal.

¹⁴⁰ Tomamos aqui a distinção que Orlandi (2004) estabelece entre *ordem e organização*, isto é, a organização remete à regra e à sistematicidade, enquanto que a ordem, ao funcionamento, sempre sujeito à falha da língua e da história (equivoco).

¹⁴¹ O texto foi coletado da mídia radiofônica e, portanto, estamos considerando seu modo de enunciação como índice relevante de uma tomada de posição (distância marcada pela ironia) em relação ao que é enunciado. A voz é aqui compreendida na perspectiva discursiva trabalhada por Scherer (2006), isto é, como aspecto fundamental na subjetivação.

¹⁴² FM = Fábio Marçal, S = Silvia do Canto, DP = Dal Pizol.

Formulamos, com relação ao texto-áudio, o **DSD 1**¹⁴³, em que:

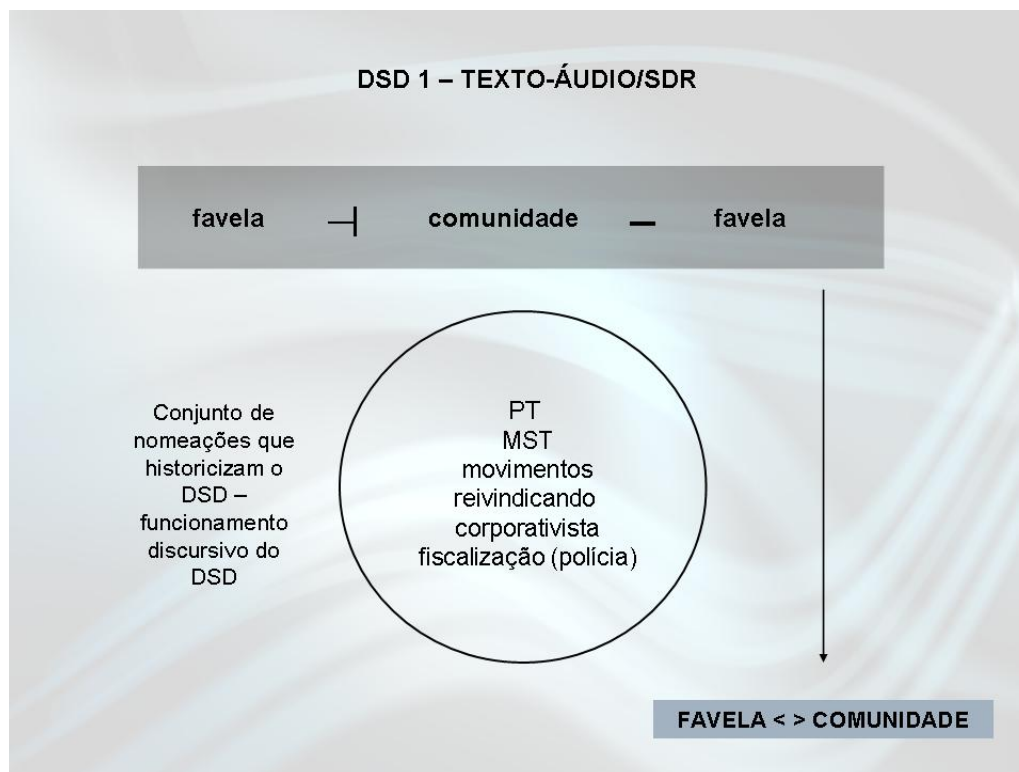


Ilustração 10 – DSD 1 – texto-áudio/sdr

Como podemos observar, no DSD 1, **favela determina comunidade, que corresponde à favela, que por sua vez corresponde à comunidade** (sinonímia/substituição). Essa relação de determinação é discursivizada por nomes como PT, MST, movimentos, reivindicando, corporativista, fiscalização. Esse conjunto de nomeações presentifica sds que atualizam o domínio da memória em conjugação com o domínio da atualidade, isto é, essa “moda” que institui uma troca, uma passagem de um nome a outro como urgência, exemplificada pelo texto-áudio/sdr o qual vai ditar nosso gesto analítico, portanto. É a partir dela que vamos perscrutar a rede que se formula, no jogo entre os domínios da memória, da atualidade e da sucessão. Fizemos assim uma montagem a fim de descrever esse recorte de um acontecimento. Por conseguinte, o foco da análise é a própria sdr, observada via uma MD que recobre os domínios detalhados por Courtine.

¹⁴³ — = determina; — = corresponde/sinonímia.

A partir da escolha da *sdr*, uma questão se impõe, isto é, a consideração da palavra “favela” ao lado de comunidade, entendemos que não poderíamos analisar a última sem levarmos em conta a relação de intercambialidade que se estabelece, observada no tocante à historicidade, conforme abordaremos a seguir.

3.6 É favela, comunidade é pra inglês ver

Marcos Alvito (2006), ao estudar especificamente a favela de Acari, problematiza as categorizações generalizantes para essa questão urbana e estuda o que chama de planos organizacionais que funcionam em Acari e podem ser encontrados com diferentes arranjos e ênfases noutras favelas. Nesse sentido, ao invés de utilizar o termo “comunidade”, propõe o de localidade (com base em Anthony Leeds). Não se trata de mera troca de termos, mas antes do abandono de uma nomeação que implica certo tratamento homogêneo, de comunidade como totalidade isolada, autônoma, desconsiderando-se o contexto mais amplo, uma vez que o autor explora categorias supralocais, interlocais, locais e microlocais. Sem nos atermos aos detalhes dessas categorias, interessa-nos essa percepção de favela em sua complexidade, em seus pedacinhos, segundo as palavras do autor.

É interessante uma particularidade que o autor salienta em relação à utilização das palavras “comunidade” e “complexo”. Segundo ele, são quase que exclusivamente os líderes comunitários que, ao intercederem junto a órgãos governamentais de “fora” da favela que reivindicam para “sua comunidade” e mesmo o que ele considera como eufemismo piegas, “as comunidades carentes”, fato bem ilustrado pela enunciação de uma moradora que em reunião de líderes comunitários afirmara: “é favela, comunidade é pra inglês ver” (ALVITO, 2006, p. 185). No que diz respeito ao emprego corrente de “complexo” (do Acari, nesse caso) para designar grupo de favelas, o autor repudia ao considerar que a palavra remonta o jargão penal, relativo às instituições penais.¹⁴⁴

¹⁴⁴ O autor declara nunca ter ouvido um morador dizer que morava no Complexo do Acari (compreendido pelas localidades Parque do Acari, do Coroadó, da Vila Esperança e pelo conjunto residencial Amarelinho, todas designadas simplesmente por Acari). O autor propõe um estudo *na* favela, trabalho de campo que realizou nos anos de 1995 a 1997.

É amplamente difundido pela mídia o fato de que o processo de favelização é marcadamente uma característica da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, vale salientar que na canção *Favelas do Brasil*, de 1961, os autores, J. Piedade, O. Gazzaneo e J. Mascarenhas, registram tal processo em todo o país (cf. OLIVEIRA e MARCIER, 2006). Adotaremos esse elemento como ponto de apoio em nossa reflexão, considerando ainda, sem dúvida, que a favelização ou processos de ocupação de terras nos limites do urbano ocorre de diferentes modos nas grandes e médias cidades do País.

A obra **Um século de favela** (2006) nos oferece um panorama rico em elementos históricos que dão conta de uma discursividade sobre a favela que remonta o início do século 20, desde então já como um “caso de polícia” (cf. documento do Arquivo Nacional do RJ de 1900), aponta, por exemplo, que o morro da Favela, três anos após o Ministério da Guerra ter autorizado que os veteranos da Guerra de Canudos, findada em 1897, nele se estabelecessem¹⁴⁵, o lugar já era considerado pela polícia como foco de desertores, ladrões e praças do Exército (cf. ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 9).

Zaluar e Alvito (2006) apontam alguns aspectos que teriam contribuído para a favelização da cidade do Rio de Janeiro:

Cidade desde o início marcada pelo paradoxo, a derrubada dos cortiços resultou no crescimento da população pobre nos morros, charcos e demais áreas vazias em torno da capital. Mas isso também se deveu à criatividade cultural e política, à capacidade de luta e de organização demonstradas pelos favelados nos 100 anos de sua história (ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 7).

São inúmeros os exemplos que datam do início do século vinte, publicados na mídia da então capital federal, que tratam da questão como problema sanitário e policial desde seu início. Por outro lado, a obra em seu conjunto visa a cumprir um papel desmistificador, alegando como insuficientes as ideias que consideram favela como mundo da desordem e loco de “comunidades carentes” ou mesmo como

¹⁴⁵ Valladares (2005) postula que antigos combatentes da Guerra de Canudos se instalaram no Morro da Providência com o objetivo de pressionar o Ministério da Guerra a pagar soldos atrasados, além disso, dá conta de relevantes elementos históricos que atestam o processo de favelização anterior mesmo à ocupação do Morro da Providência/Favela, cujos sujeitos ocupantes não provinham do meio rural, mas eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos.

periferia ou espaço à margem¹⁴⁶ e, mais contemporaneamente, como lugar de exclusão, conjunto de posicionamentos que se baseiam em divisões duais para as cidades [centro/periferia; morro/asfalto; popular/erudito, etc.]. Cabe salientar que os autores destacam publicações de cunho sociológico que apontam a favela, nos anos de 1970, como complexo coesivo, forte no âmbito familiar e de vizinhança, além de profícuo em experiências associativas e de amizade e relativamente livre de violência. Quadro que começa a se modificar na década seguinte com a chegada do tráfico de cocaína, passando a favela a ser representada pelo discurso sobre a criminalidade, e o Rio de Janeiro como zona franca do crime. Ainda de acordo com Zaluar e Alvito,

favela ficou também registrada oficialmente como a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado [...] (ZALUAR; ALVITO, 2006, p. 7-8)

Na mesma obra, Burgos, no texto *Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas na favelas do Rio de Janeiro*, aponta que o código de Obras do RJ, datado de 1937, considerava as favelas uma aberração que não deveria constar no mapa da cidade e propõe sua eliminação. A solução apresentada para o “problema” é a construção de habitações proletárias destinadas a pessoas efetivamente pobres; a partir dessa ideia a questão começa a ser enfrentada no âmbito das políticas públicas via a construção de parques proletários no início dos anos de 1940, que tinham uma orientação pedagógica civilizatória e provisória [remoção]. Entre 1941 e 1943 foram construídos três parques para onde as pessoas eram transferidas mediante a promessa de que poderiam voltar para os locais onde residiam anteriormente quando estes estivessem urbanizados, o que não se efetivara, sendo estes expulsos desses lugares quando da supervalorização imobiliária. É nesse contexto que se insurgem as comissões de moradores, para resistir às remoções, assim como novos sujeitos políticos. Também é nessa conjuntura de organização popular que se iniciam as investidas assistencialistas, pelo temor ao comunismo que subiria ao morro [“é necessário subir o morro antes que os comunistas desçam”],

¹⁴⁶ Acari e Cidade de Deus são citados como exemplos de espaços urbanos centrais, foco de atuação de diferentes grupos sociais e onde são efetivadas diversas formas associativas.

slogan que passou a ser difundido e enfrentado via ações da Arquidiocese do RJ].¹⁴⁷ Essa foi uma das formas de regular a vida associativa, as organizações e os sujeitos políticos nas favelas. Burgos bem resume o modo de representação de favela ao longo do século passado:

a favela como um problema de saúde pública, como um quilombo cultural ou como um cancro moral, representações correntes nos anos 40 e 50 – parece não fazer mais sentido; por outro lado, tratá-la como questão de segurança nacional, como ocorre no período militar, não parece compatível com o momento democrático. Por isso, o problema favela está a exigir uma nova resposta, que supõe o enfrentamento do ‘dilema de democratizar a cidade’ [...] (BURGOS, 2006, p. 45).

Ao situar a questão na contemporaneidade, o autor exemplifica citando o exemplo da Operação Rio de 1994, quando cerco a favelas é efetuado para desintegrar o tráfico e, em contrapartida, diversas violações aos direitos civis dos moradores são impostas, tais como prisões sem mandados, revistas humilhantes, torturas, etc. Cenário este que nos reenvia às operações policiais de ocupação de favelas em novembro de 2010, na cidade do RJ, especialmente àquela de data de 25 de novembro de 2010, na Vila Cruzeiro e conjunto de favelas do Alemão, quando sujeitos considerados como traficantes fogem da polícia em direção ao Alemão, cenas que percorreram o mundo, como “exemplo” de combate ao crime.¹⁴⁸

Na mesma obra ainda, podemos observar uma série de elementos culturais que se somam à historicidade de favela e nos ajudam a pensar a história de nossos dias. A Música Popular Brasileira é um deles. Nesse sentido, é interessante observar que, segundo Oliveira e Marcier (2006), temas como a história de remoções¹⁴⁹; favela como espaço do pobre; os incêndios praticados por força policial nos anos de 1960; a substantivação do nome próprio morro da Favela [cf. polca intitulada Morro da Favella, de 1916]¹⁵⁰; o processo de favelização como não restrito à cidade do RJ; espaço idealizado e profusor do samba; lugar de marginalidade; e não cidade, etc.

¹⁴⁷ Notadamente por meio da Fundação Leão XIII, que surgiu em 1946 e em 1963 passou de órgão da Igreja para autarquia do Estado (cf. Burgos, 2006).

¹⁴⁸ Ver vídeos em: Fuga de traficantes da Vila Cruzeiro é a cena mais marcante da semana: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1383433-7823-FUGA+DE+TRAFICANTES+DA+VILA+CRUZEIRO+E+A+CENA+MAIS+MARCANTE+DA+SEMANA,00.html> e Guerra no Rio! Traficantes fugindo na Vila Cruzeiro: <http://www.youtube.com/watch?v=SS1l8lOmUcE>

¹⁴⁹ Tema não recorrente a partir dos anos 80, quando das 163 canções pesquisadas pelos autores o tema não foi tratado (cf. Oliveira e Marcier, 2006).

¹⁵⁰ Segundo Oliveira e Marcier (2006), nas composições musicais dos anos de 1950, o uso genérico de favela começava a se consolidar.

são recorrentes na MPB, em canções como *A favela vai abaixo* (1928); *Foram-se os malandros* (1928); *Saudosa Maloca* (1955); *Favelas do Brasil* (1961); *Linguagem do Morro* (1961); *Favela do Pasmado* (1965); *Despejo na favela* (1975); *Morro, paisagem colorida* (1976), entre outras tantas. Vale ainda sublinhar que os mesmos autores reforçam a historicidade do nome favela ligando-o ao fato de evocar o local do sertão baiano onde se concentravam os seguidores do líder da Guerra de Canudos, Antonio Conselheiro, os quais, ao chegarem no Morro da Providência, no RJ, em 1887, passaram a chamá-lo de morro da Favela, tal como a serra de Monte Santo, na Bahia.¹⁵¹

Esses são apenas alguns exemplos da complexidade que o nome favela abarca. O filme **Cinco vezes favela, agora por nós mesmos** (2010)¹⁵² é outra materialidade discursiva que nos oferece elementos para pensar essa pluralidade. As cinco histórias retratam o cotidiano em favelas, das pessoas, segundo a perspectiva de diretores que moram ou moraram em favelas do RJ, distanciando-se, em certa medida, do discurso que reproduz e alimenta a discursividade da violência e criminalidade. São elas: *Fonte de Renda*, *Arroz com Feijão*, *Concerto para Violino*, *Deixa Voar e Acende a Luz*. Trata-se de uma outra versão do filme de 1961, com o mesmo título (sem o subtítulo), quando os diretores Miguel Borges, Cacá Diegues, Marcos Farias, Leon Hirszman e Joaquim Pedro de Andrade produziram outras cinco histórias. O filme de 2010 remonta alguns dos aspectos que são objeto de estudo nas obras sobre a história das favelas a que nos reportamos, ampliando a equivocidade do par favela/comunidade, o que pode se ilustrado pela seguinte pequena narrativa:

Certa vez, após uma visita comigo a outra localidade, poucos metros depois de ter cruzado a rua que separava as duas localidades, um líder comunitário comentou, aliviado, ao retornar à sua 'comunidade': 'você não acha o lado de lá mais quente? A distância, aqui, não deve se medida em metros: descobri que muitas pessoas ficam anos sem circular em outras localidades de Acari ou até mesmo em outras microáreas de uma mesma localidade. **Não é raro encontrar pessoas que nem mesmo conheçam toda a favela onde moram** (ALVITO, 2006, p. 198).¹⁵³

¹⁵¹ Licia do Prado Valladares (2005) aponta vários exemplos de publicações, como crônicas, artigos e livros publicados a partir da década de 1920 que oferecem ricos elementos para a análise do que ela chama de mito fundador a partir do qual a favela foi inventada, a imagem do povoado de Canudos, descrito no romance *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha; a autora aponta ainda os cortiços como o germe da favela.

¹⁵² Ver vídeo sobre a produção do filme em: <http://www.youtube.com/watch?v=KZrdTw2B-48>

¹⁵³ Negrito nosso.

A declaração é representativa da complexidade desses espaços que são discursivizados como intercambiáveis e/ou formando uma totalidade. Cabe destacar que, por exemplo, a historieta *Deixa Voar*, que retrata o dilema que um garoto enfrenta quando necessita atravessar de uma favela a outra, vai ao encontro do excerto destacado acima.

Ao levarmos em consideração desde então elementos que historicizam a sdr tais como os enunciados em panorama acima e a fim de compreendermos a relação entre os nomes que compõem o DSD 1, realizamos uma busca por “comunidade favela”, em Folha Online, em 10 de agosto de 2009, da qual nos valem dos 30 primeiros resultados, que compreendem os meses de maio a agosto de 2009¹⁵⁴, e a seguir elencamos os seis últimos resultados, realçando elementos que nos reenviam às formulações no texto-áudio/sdr:

Observemos a montagem de textos:

MONTAGEM DE TEXTOS COMUNIDADE – FAVELA

Busca por “comunidade favela” em Folha OnLine

(06 últimos resultados do total de 30, em 10/08/2009 – notícias do período de maio a agosto de 2009)¹⁵⁵

- (01) **T - 25.** Folha Online - Cotidiano - Polícia mata suspeito e apreende 40 mil papalotes de cocaína em favela do Rio - 05/05/2009
 ... 05/05/2009 14h26 **Polícia mata suspeito e apreende 40 mil papalotes de cocaína em favela** do Rio DIANA BRITO Colaboração para a Folha Online , no Rio Um homem apontado como ... **traficante de drogas morreu baleado** durante **operação policial** realizada na manhã desta terça-feira na **favela** Vila Vintém, em Padre Miguel, na zona oeste do Rio. Segundo informações ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u560742.shtml>
- (02) **T- 26.** Folha Online - Cotidiano - Polícia Civil realiza operação em favela da zona oeste do Rio - 05/05/2009
 ... 05/05/2009 11h33 **Polícia Civil** realiza **operação** em **favela** da zona oeste do Rio DIANA BRITO colaboração para a Folha Online , no Rio Cerca de 120 **policiais civis** realizam na manhã ... feira uma **operação** para **reprimir o tráfico de drogas, apreender armas** e cumprir mandados de **prisão** na **favela** Vila Vintém, em Padre Miguel, na zona oeste do Rio. Ainda não há ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u560680.shtml>
- (03) **T - 27.** Folha Online - Cotidiano - Conselho estadual aprova regularização de favela sobre palafitas em Cubatão (SP) - 04/05/2009
 ... 04/05/2009 09h00 Conselho estadual aprova **regularização** de **favela** sobre

¹⁵⁴ No anexo 1, apresentamos os resultados completos (30) aqui considerados.

¹⁵⁵ A fim de ilustrarmos a sobredeterminação do nome comunidade, realizamos uma busca por “comunidade favela”, em Folha Online em 10 de agosto de 2009, da qual nos valem dos 30 primeiros resultados, que compreendem os meses de maio a agosto de 2009,¹⁵⁵ e aqui destacamos os 06 últimos resultados.

palafitas em Cubatão (SP) da Folha de S.Paulo Uma **favela** com **barracos** sobre palafitas, a Vila dos ... pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente em março, a pedido da Prefeitura de Cubatão. É uma **comunidade** de cerca de 10 mil pessoas, formada por **migrantes** e **pescadores** tradicionais da ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u560158.shtml>

- (04) **T - 28.** Folha Online - Cotidiano - Moradores de **favelas** no Rio exigem reunião com o governador para discutir **muros** - 03/05/2009
 ... o **projeto**, que consideram "**segregacionista**". Para o governo, a obra beneficia a **comunidade** e não cerceia o **direito** de ir e vir. Alguns moradores de **favelas** elogiam a iniciativa por ... o fim da busca de jacas na mata. "Não sou contra nem a favor. Acho que qualquer investimento na **favela** é bom";, diz José Bezerra, 55, morador do **morro** Dona Marta. O governo ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u559777.shtml>
- (05) **T - 29.** Folha Online - Cotidiano - Bombeiros controlam **incêndio** em **favela** no Bom Retiro - 01/05/2009
 ... 01/05/2009 16h46 Bombeiros controlam incêndio em **favela** no Bom Retiro Colaboração para a Folha Online Atualizado às 19h07 . Bombeiros controlaram um incêndio em uma **favela** no ... incêndio foi controlado às 15h. Veja imagens. Veja vídeo O **fogo** destruiu quatro **barracos** na **comunidade**, que é conhecida como **favela** do Moinho. Os bombeiros não souberam informar, no ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u559212.shtml>
- (06) **T - 30.** Folha Online - Cotidiano - **Incêndio** atinge **favela** na região central de São Paulo - 01/05/2009
 ... 01/05/2009 14h32 **Incêndio** atinge **favela** na região central de São Paulo da Folha Online Um **incêndio** atinge uma **favela** no **bairro** do Bom Retiro, região central de São Paulo, na tarde ... acionado por volta das 14h20 e enviaram três carros ao local, que fica na rua Tenente Pena. A **comunidade** é conhecida como **favela** do Moinho. Ainda não há informações sobre ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u559167.shtml>

Como se pôde observar pelo excerto da busca realizada (montagem de textos supra), favela determina comunidade e ambas estabelecem uma relação de substituição/equivalência, ou seja, comunidade é "igual" à favela, e favela é "igual" à comunidade e tanto uma quanto outra são discursivizadas pelo **discurso sobre a violência/delinquência**, enquanto lugares onde há: *drogas, operação policial, tiroteio, armas, imigrantes, incêndio, projetos, mortes, tráfico de drogas, etc.* (cf. realces em T-25 a T-30)¹⁵⁶, nomes, portanto, que compõem o domínio da atualidade do DSD 2 favela – comunidade, que coexistem a ela corporificando um discurso "sobre" que se efetiva na **discursividade da criminalidade**.

Importa ressaltar a representatividade da questão dos incêndios e das remoções e ocupações, elemento que se institui historicamente como "integrante"

¹⁵⁶ T= texto.

desses lugares, tal como as canções dos anos 60 a que aqui nos reportamos, assim como os vídeos do anexo 4 [exemplos a seguir] que discursivizam essa problemática, dando indícios de sua equivocidade, dos incêndios como realidade histórica, inelutável, de grande representatividade em termos numéricos e sociais, cujas causas transitam entre as humanas e as desconhecidas.

O local das chamas, explicou a defesa, era uma área de alojamento em que moradores cadastrados pela Secretaria Municipal de Habitação aguardavam para receber o aluguel-social. A Defesa Civil não soube informar para onde os moradores serão encaminhados. [Recorte do texto que acompanha vídeo 5, anexo 4].

Nos últimos anos, [Incêndios em favelas em São Paulo - 2007: 77; 2008: 79; 2009: 70]¹⁵⁷ tem sido pelo menos 70 por ano e como aconteceu hoje, para apagar as chamas, os bombeiros precisam vencer primeiro o acesso difícil a **essas comunidades**. [da transcrição do áudio do vídeo 1 – anexo 4].

Depois de algum tempo aqui na **comunidade**, nessa confusão toda que se formou, a gente consegue chegar onde o incêndio de fato começou. É esse ponto aqui, onde ficavam alguns abrigos de gente já afetada por outro incêndio e que veio morar aqui provisoriamente, segundo informações da Defesa Civil, **neste ponto aqui, que ainda está queimando, tinham aproximadamente 1000 pessoas**. [da transcrição do áudio do vídeo 2, anexo 4].

A partir da montagem de textos (Orlandi, 2006a) que realizamos e mediante as repetibilidades identificadas em torno de comunidade – favela, elaboramos o DSD 2:

¹⁵⁷ Informação que aparece no vídeo.



Ilustração 11 – DSD 2 – montagem de textos

Os 30 pequenos textos que compreendem o DSD 2 [anexo 01] têm uma configuração automática e elíptica, ordenada pelo computador, e ainda assim, referendam clichês rechaçados ou mesmo reproduzidos e nesses termos ganham estatuto de texto representativo de um discurso sobre comunidade/favela. Pelo DSD 2, podemos observar que favela, ao determinar comunidade, relaciona-a a uma **memória ligada à violência, criminalidade, exclusão**, corroborando a solidificação do discurso da mundialização, por outro lado, comunidade esvaziada de seu sentido político e da historicidade que a constitui, como nomeação fluida e aplicável a muitos contextos, permite que os pobres sejam todos indistintamente significados.

A posição que adotamos em relação à quantidade (designação) discursivizada como “evidência sem história”, via a estereotipia, o clichê, as ideias recebidas inscreve-se no pensamento de Orlandi (2001), quer dizer, não buscamos explicar o discurso em circulação em larga escala, mas trazer à cena seu funcionamento, de uma repetição que se trava ideologicamente e, portanto, precisa ser pensada via noção de memória/interdiscurso, efeito de pré-construído.

Para Orlandi (2005, p. 197), a estereotipia, significa uma economia social e atesta um funcionamento do pré-construído, como um elemento prévio, sob o qual a sobreterminação de sentidos exerce seus efeitos.

Por outro lado, ao considerarmos duplamente os domínios de uma memória saturada pela violência/criminalidade [vide os textos intitulados operações policiais – comunidade – favela e datados de 2009, anexo 2] e um domínio da antecipação (ou da sucessão, preferimos este último) que movimenta essa memória [vide os textos 4 e 5 datados de 2010] em que se faz presente a questão das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) e das operações policiais em face, por exemplo, do acontecimento de “Tropa de Elite 2”¹⁵⁸ [vide texto 5] como elemento discursivo que instaura outras questões, podemos dizer que o político passa aí a funcionar.

Para tensionarmos essa relação, apresentamos outro registro discursivo (texto-vídeo comunidade de 15 pessoas, a seguir), ainda sob o enfoque do elemento policial, mas de maneira marcadamente diferente em sua discursivização. Nesse caso, a então criminosa presa é tratada como vítima e uma imagem social positiva desta é rememorada. A caridade, o assistencialismo também como elementos que tornam esses locais vulneráveis são aqui presentificados de forma notadamente equívoca. Comunidade, nesse caso, é *mot bascule*, palavra-balança, e o peso (ideologia) penderá segundo as relações de poder social e historicamente instituídas e em processo (e não das intenções ou estratégias dos sujeitos).

A materialidade é uma notícia a respeito da prisão de proprietária de grife e loja de luxo, na cidade de São Paulo (SP), acompanhada de vídeo, divulgada em Folha Online, em 26/03/2009. Conforme salientamos nos realces, é a “mesma memória” que será convocada, aquela do assistencialismo, dos projetos sociais, da

¹⁵⁸ Ver em: <http://www.tropa2.com.br/>. Sequência do filme Tropa de Elite, de 2007, que consagrou o ator Wagner Moura como o capitão Nascimento, retratando a violência nas favelas do RJ, protagonizada por traficantes como elementos centrais nesses contextos. Diferentemente, na segunda edição, o filme até então mais visto da história do cinema brasileiro desde 1976, troca de ângulo de visão e passa a retratar a violência e a criminalidade, em uma dimensão política, complexificando a relação favela-crime ao adentrar no mundo das organizações policiais de alto escalão, das milícias, do crime organizado, da política e da corrupção instaurados nesses organismos que atuariam igualmente nas favelas; além disso, ocorre uma mudança relevante de posição do personagem principal, o Capitão Nascimento não mais se ocupará do cotidiano de uma tropa, mas do Comando Geral do Bope e da Secretaria de Inteligência do Estado e vai ter que lidar com uma série de interesses, entre os quais de um adversário pessoal e político de esquerda [inspirado em deputado do Estado do RJ, Marcelo Freixo (PSol)]. Poder-se-ia dizer que essa transição de ângulo de visão contribui para uma concepção mais crítica sobre a criminalidade, trata-se de observar a violência, consideradas as instâncias políticas que a gestam, reproduzem-na e dela se beneficiam.

vulnerabilidade social, da pobreza. Entretanto, o crime, ao mudar de agente passa a ter direito a uma expiação social, a comunidade (lado a lado com “bairro”) passa a ser um número ínfimo de 15 pessoas que realizam um “protesto”.

Texto-vídeo¹⁵⁹ - Comunidade de 15 pessoas

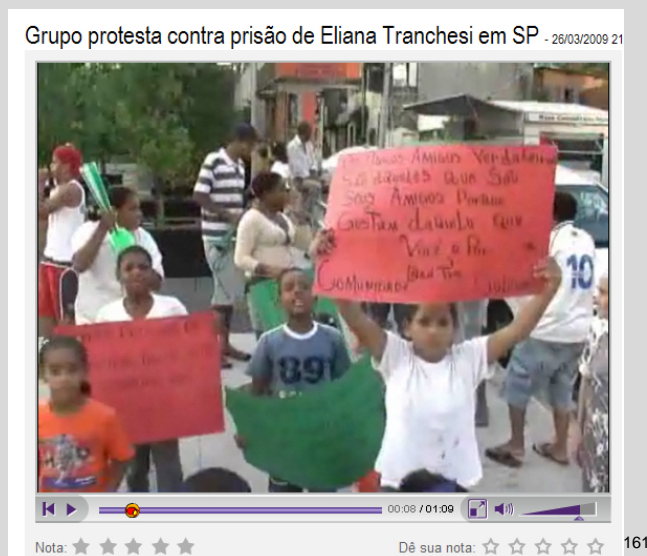
Trecho de Notícia

26/03/2009 - 21h45

Grupo **protesta** contra **prisão** de Eliana Tranchesi em SP; assista da Folha Online

Cerca de 15 pessoas beneficiadas por um **projeto social** de Eliana Tranchesi, dona da Daslu, se reuniram na Vila Olímpia, **bairro** localizado na zona sul de São Paulo, para **protestar** contra a **prisão** da empresária. Mulheres que fazem parte de um **projeto** que **auxilia crianças carentes** falaram do trabalho que a empresária e dona da botique de luxo Daslu realiza na **comunidade**.

[Acompanha essa notícia, um vídeo]¹⁶⁰:



[Transcrição do áudio do vídeo]:

Cerca de 15 pessoas se reuniram na **Vila Olímpia, bairro** localizado na zona sul de São Paulo, para **protestar** contra a **prisão** de Eliana Tranchesi. Mulheres que fazem parte de um **projeto** que **auxilia** crianças **carentes** falaram do trabalho que a empresária e dona da botique de luxo Daslu realiza na **comunidade**.

Monica Maria dos Santos – monitora: Nós estamos fazendo uma **manifestação** pra Eliana, porque ela traz muito benefício pra **comunidade**, ela tirou as **crianças das ruas**.

Rosemary Maria dos Santos – auxiliar de limpeza: É através dela que as crianças hoje sabem mexer no computador, têm aula de reforço, têm uma quadra para eles brincar.

¹⁵⁹ Fontes: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/videocasts/ult10038u541243.shtml> e <http://mais.uol.com.br/view/188558>, acesso em 29 de março de 2009.

¹⁶⁰ Entre colchetes, notas nossas.

¹⁶¹ Imagem elaborada a partir de recorte do vídeo.

Tranchesi foi **presa** no início da manhã desta quinta-feira ela **Polícia Federal** em Guarulhos na Grande São Paulo, ela é **acusada** de **sonegação fiscal**, **formação de quadrilha** e **falsificação de documentos**, foi **condenada** a 94 anos e meio de **prisão por crimes financeiros**. Segundo relatório médico, a empresária sofre com a metástase do câncer pulmonar e que demanda cuidados médicos diários. A **advogada** de **defesa** da dona da Daslu já pediu **habeas corpus** e reconsideração de **sentença**.

O texto-vídeo nos permitiu formular o DSD 3, mediante a relação comunidade – bairro.

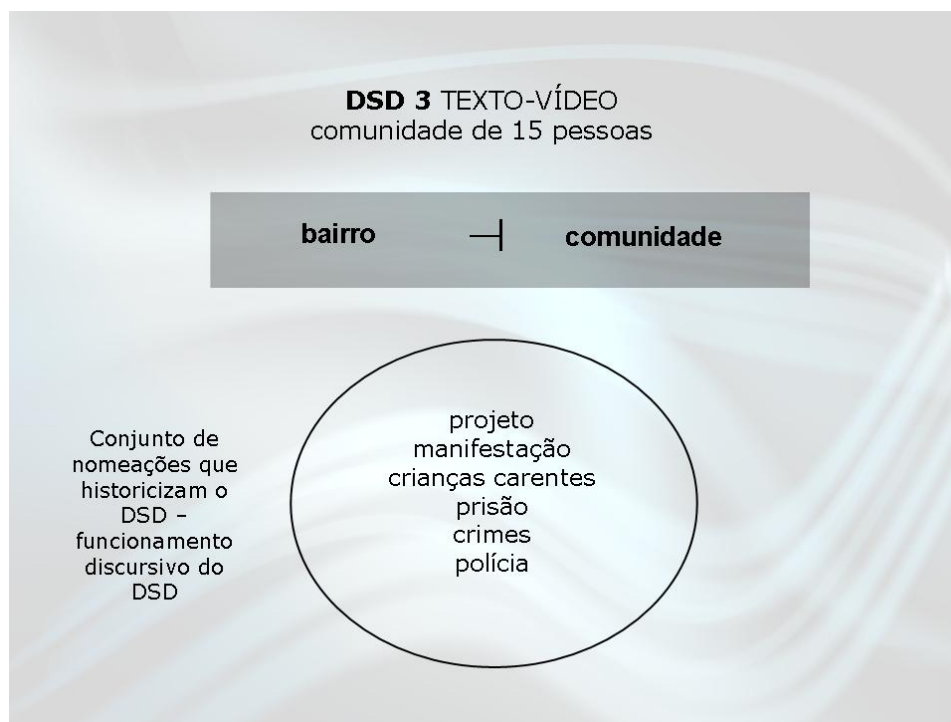


Ilustração 12 – DSD 3 – texto-vídeo comunidade de 15 pessoas

No DSD 3, será bairro, e não mais favela, a determinar comunidade e tal relação é discursivizada por nomes como projeto, crianças carentes, prisão, crimes, manifestação, polícia, retomando os modos de discursivização [conjunto de nomes nos círculos] dos DSDs 1 e 2, mas não da mesma maneira. No DSD 3, comunidade aparece como o dizer “politicamente correto”, nomeação para toda e qualquer organização pela qual se deveria lutar humanitariamente em face das desigualdades, bem ilustrado pelo advento de ONGs que defendem causas sociais, comunidades “carentes”, oprimidos, todos os “potenciais beneficiários de solidariedade”, no dizer de Mariani (2001), isto é, formula-se na esteira da cultura

humanitária da filantropia, referendando o DSD 1, “a moda”, o discurso da mundialização e também o DSD 2, mas de maneiras distintas, uma vez que a relação entre os nomes não se recobre, um não vale pelo outro, em face do modo como são historicizados.

Em resumo:

- ❖ No DSD 1 – favela determina comunidade (ironia – eufemismo) e vice-versa – relação de substituição sinonímica; nele, os comunitários, os favelados seriam os beneficiários de políticas públicas, de uma (re) inserção social, portanto, rechaçados; já no DSD 3, esses mesmos sujeitos são controversamente valorizados e os que então devem aplicar uma ética altruísta, manifestando-se em favor daquela que os acolhe.
- ❖ No DSD 2 – favela determina comunidade, mas a contrapartida não se confirma, não há sobreposição ou correspondência.
- ❖ No DSD 3 – bairro (pobre/periferia) determina comunidade, mas uma comunidade não é necessariamente um bairro, um bairro não constitui forçosamente uma comunidade [excede a esse sentido – tanto que ali comunidade é um grupo de 15 pessoas], favela não é o avesso de comunidade nem o direito de comunidade já está dado. Por outro lado, favela permanece em latência, significando politicamente comunidade, via discurso humanitário da filantropia, ao qual subjaz a diluição da diferença e a emergência dos potenciais beneficiários do altruísmo daqueles que desejam espiar suas culpas sociais.
- ❖ Os DSDs 1 e 2 ilustram o funcionamento do par equívoco comunidade – favela, por outro lado, o DSD 3, em relação aos outros dois, bem ilustra a questão da dessignificação, mediante o “descolamento” do par equívoco, já que o par que então passa a significar é bairro – comunidade, ficando “favela” de fora. Em seu conjunto, os DSDs presentificam o que chamamos de circulação confronto, atestando a equivocidade dos nomes, via fraseologia da mundialização.

Assim, podemos dizer que a fraseologia da mundialização funciona sob um esquecimento necessário, à semelhança de: “é só quando há esquecimento de quem disse ‘colonização’, onde, como e para quem, que o sentido de colonização produz seus efeitos” (ORLANDI, 1996, p. 29), pois o mesmo poder-se-ia dizer em relação à comunidade. Essa designação só funciona no discurso em circulação (uma complexificação do “discurso sobre x” ao advento das novas TICs), mediante um esquecimento necessário de seu contorno político, da memória que quer suplantar – a da diferença.

Comunidade é, por conseguinte, nome que ocupa contraditoriamente um lugar na sociedade, o lugar do indizível/invisível, da sobra e do excesso para que este, uma vez significado, passe a ser naturalizado até deixar de existir, dito de outro modo, esse nome nega o político, é uma invenção de pertencer, nomeação de um ressentimento.

O confronto é tornado visível quando retomamos exemplos de trabalho anterior (VARGAS, 2009)¹⁶³, do qual ora apresentamos 03 sequências discursivas (SDs 1 a 3), como exemplares de um *discurso de*. Nesse caso, as palavras não são tomadas a distância, elas historicizam práticas de sentido vinculadas a um lugar/saber vivenciado (*eu participei do mutirão, SD 1; todos nós fizemos este mutirão, SD 2; fizemos protesto para conseguirmos mais segurança para a nossa comunidade, SD 3* – sublinhadas a seguir). Entretanto, esses sentidos têm sua circulação silenciada, uma vez que são sobredeterminados pelo discurso sobre a criminalidade e a violência (fazendo com que comunidade seja tal como procuramos exemplificar pela montagem de textos supra).

A. SD 1¹⁶⁴ - **Eu participei do mutirão** da **consciência ambiental**, **nós** limpamos a **comunidade**, quase toda a **comunidade**. Foi legal porque é para **nós** mesmos.../ **Eu** também **participei** da **ponte**...

B. SD 2 - **Eu** me lembro que um dia a escola **fez** um **mutirão** pela paz na **comunidade**, **todos nós fizemos este mutirão**.../ E também **nós fizemos** outro **mutirão** para arrumar a **ponte**... **nós mandamos** cartas para o vereador da **comunidade**...

¹⁶³ Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=67>

¹⁶⁴ **[nós]** = intercalação textual posterior nossa; / = parágrafo diferente. Outros destaques remetem mais pontualmente à análise posterior em que tomamos tais elementos linguísticos como vestígios de um *discurso de* uma comunidade (VARGAS, 2009).

C. **SD 3 - Nós**, jovens da Escola Marista Santa Marta, **lutamos** para **conseguir** muitas coisas para a nossa **comunidade...** / **[nós] Fizemos protesto para conseguirmos mais segurança para a nossa comunidade, [nós] mandamos** cartas em 2003 para o prefeito para arrumar a **ponte** aonde o ônibus passava porque tava caindo e **conseguimos.** / **[nós] Fizemos mutirão** para limpar a nossa **comunidade, [nós] fizemos passeata** da paz. **Nós fizemos** muitas coisas pela nossa **comunidade** e fora o que eu não me lembro...

Pensamos que seja mediante **deslocamentos entre favela - bairro - comunidade** que os sentidos para comunidade se formem. Cabe salientar o aspecto do lugar, quer dizer, enquanto **bairro** é uma **designação espacial** do urbano, circunscrita ao discurso da organização da cidade, **favela e comunidade** avultam-se como **designações sociais**, próprias de uma ordem discursiva que coloca em jogo o real da contradição, o real do urbano.¹⁶⁵

Cabe ainda indagar como se dá o deslizamento de favela para comunidade, como se dá essa passagem, uma vez que vão funcionar como “sinônimas”. Tal passagem, para nós, situa-se nesse vácuo de simbolização, em uma espécie de buraco na memória social que se constitui como o próprio sentido, uma falta ideologicamente produzida sob a égide do discurso da mundialização.

Dessa forma, os elementos que compuseram a MD, que congregam uma discursividade amplamente em circulação, permitem observar que a comutabilidade que se efetiva entre favela em favor de comunidade torna esta última desprovida de sentido, dessignificada politicamente, servindo como palavra valise, onde se poderia tudo inserir, em virtude do discurso da mundialização, este que opera sob o que Pêcheux chamou de “aparência da paz social”, do todo mundo sabe que é jamais todo mundo sabe, como bem ilustram os elementos da historicidade de favela como salientamos, e que ressoa nos filmes a que nos reportamos, assinalando uma passagem não realizada, perversa e equívoca entre favela e comunidade.

Vale sublinhar, relativamente às análises que, para Hardt e Negri (2005, p. 185-186), os pobres, tal como se observa pela identificação de comunidade, constituem “a ‘classe perigosa’ [...] Sua mobilidade e sua partilha são uma ameaça constante de desestabilização das hierarquias e divisões globais de que o poder

¹⁶⁵ Essas observações nos foram colocadas pela prof.^a Dr. Carolina Alcalá no IV SEAD (nov. 2009, UFRGS/POA, RS) e pelo prof. Dr. Eduardo Guimarães no XII Seminário Corpus (nov. 2009, UFSM, Santa Maria, RS), ao comunicarmos o andamento de nossa pesquisa. Somos gratos pelas relevantes contribuições.

capitalista global [...]. Essas classes perigosas estão permanentemente perturbando a constituição ontológica do Império [...]”. Esse império de que falam Hardt e Negri, para nós, presentifica o discurso da mundialização, da indistinção, da fraseologia democrática, do sentido “mesmo” e totalizante em “toda e qualquer parte do mundo”, em um “mundo sem fronteiras” apregoadado nos tempos de fluidez.

Essa classe perigosa que pode mesmo ser colocada por detrás dos muros [vide textos muros – favela, anexo 3], sob o argumento desprezioso e socialmente bem aceito da preservação ambiental e reforma paisagística, ainda que sob os lampejos de outros elementos que daí eclodem:

"Somos parte da cidade. O que adianta nos esconder? A violência e a falta de educação nas favelas é consequência de um problema maior. Precisamos de políticas públicas", disse a moradora Gizele Martins, uma das organizadoras do protesto e do bloco carnavalesco "Se Benze que Dá". [texto 1, anexo 3].

As análises que realizamos nos levam a postular que uma das possibilidades produtivas para se pensar a sociedade hoje, em seus sentidos, em seus efeitos para as subjetividades, ou ainda o funcionamento da ideologia é pela via dos nomes e, nesse quadro, parece-nos salutar a análise da palavra comunidade, na medida em que ela fortifica fronteiras entre saberes, entre dizeres, corporifica luta por dizeres e, de acordo com Orlandi (2006a, p. 13), “a palavra ‘comunidade’ [...] funciona em geral como uma forma de administrar o imaginário popular”. A invenção aqui é a de um imaginário em torno do que se tem em comum, do que se é, de que lugar se tem em uma sociedade do capital, um lugar de se dizer; mesmo porque a concepção de língua à qual aqui nos reportamos é a de “língua enquanto produção imaginária de sociedade e de sujeito” (SCHERER, 2005, p. 04).

Nesse sentido, é relevante retomar algo do pensamento de Rancière. Para o autor, a política existe muito pouco e raramente, e quando tudo é tomado como político, nada o é em sua especificidade. Isso implica dizer que, quando uma palavra arregimenta saberes em favor de uma “universalização” dos sentidos, isto é, para tudo o que sobra, o que está à margem dá-se o nome “comunidade”, a palavra passa a designar tudo e nada ao mesmo tempo, pois comunidade, como vem se afigurando, é da ordem da invenção, uma invenção de pertencer, uma invenção de

inclusão, por um esquecimento necessário de não se tem lugar na sociedade mundializada.

Um dos pontos fundamentais em que alicerçamos esta reflexão e que ora podemos enunciar de modo mais enfático, diz respeito ao fato de que, “certas palavras são aceitas ou não, são tomadas por adquiridas ou não, para designar comunidades, isto é, para agrupar ou para separar. É o nome que faz fronteira”. E ainda, “dar nomes é cristalizar fronteiras” (SÉRIOT, 2001, p. 16).

Pensar a discursividade de uma palavra não é senão pensar o discurso em circulação e os modos de funcionamento da língua, pensar a palavra ideologicamente, nos modos como ela estrutura discursos sobre e para os sujeitos, pois analisar o político na/da língua, para nós, não significa analisar práticas políticas, mas uma ordem específica, qual seja “a ordem da língua? Nada mais do que a ordem política na língua” (PÊCHEUX; GADET, 2004 [1981], p. 30-31). O político de um nome é, portanto, ditado pela Ideologia, pela partilha do real, convém, porém observar como a ideologia vai funcionar, de que discurso ela vai se travestir. Nesse caso, aqui diremos que ela se traveste do discurso da mundialização via funcionamentos discursivos específicos, segundo os agenciamentos de poder e posições colocados em obra e calcados historicamente.

Importa ainda nos perguntarmos: Que consequências têm as nomeações para os sujeitos na contemporaneidade? Pois, retomando mais uma vez Orlandi, “a sociedade não é um pano de fundo em relação à qual pensamos os discursos”¹⁶⁶, na medida em que ela não está “já aqui”, mas é um processo oriundo de práticas entretidas pela linguagem, de modo que os nomes podem se afigurar como via de acesso para compreendermos a sociedade, pois são eles que a constituem, inventam-na, moldam-na, sem que isso não tenha efeitos definitivos nas vidas e nos sentidos que circulam, naturalizando o que é materialmente produzido pela ideologia.

É por essa razão que, em nosso procedimento analítico, tomamos partido pela imbecilidade (fazendo-se de bobo, como metaforizou Pêcheux, na abertura do Colóquio Materialidades Discursivas), instaurando a crítica à afirmação do óbvio, decidindo nada saber sobre os nomes antes de colocarmos em pauta seu processo

¹⁶⁶ Em sua conferência intitulada *Diluição e indistinção dos sentidos: uma política da palavra e suas consequências*, no IV SEAD, Nov. 2009, Porto Alegre, RS.

de discursivização hoje, pois, como pudemos observar, comunidade não é sinônimo de favela, não é um hiperônimo, mas tem um funcionamento político que se emoldura diferentemente segundo o jogo de filiações que põe em cena, apesar da sobredeterminação via discurso da criminalização. São esses os efeitos que acreditamos terem os nomes, eles não são meras unidades linguísticas no cenário contemporâneo, eles ditam quem têm direito a dizer, sentir, viver...

Acreditamos que o exercício analítico até aqui esboçado nos permite dizer que o avesso é a ausência do que está presente em outro lugar (interdiscurso, memória discursiva, já ditos) ou do que não está ou ainda não está (o irrealizado, o invisível...). Assim, podemos postular que o “direito” ou face “visível” dos dizeres está sempre em processo de vir a ser.

A **circulação-confronto** a que nos reportamos, no tocante aos textos aqui destacados e organizados em torno da sdr, pode ser compreendida por meio das seguintes paráfrases que, a despeito de sua circulação intercambiável, não estabelecem relação interparafrástica, pelo contrário, a equivocidade do nome é colocada em pauta:

- Comunidade é “forçosamente” o nome politicamente correto para favela (texto-áudio/sdr) – palavra tomada a distância.
- Uma comunidade é uma favela revitalizada (texto-áudio/sdr) – palavra tomada a distância.
- Favela e comunidade são lugares violentos (montagem de textos) – sobredeterminação pelo discurso da violência/criminalização.
- Comunidade é um projeto compartilhado (SD1 a SD3) - palavra que não se semantiza, é barrada, é dessignificada – circulação sobredeterminada pelas demais.

Essa rede equívoca, permite-nos deslindar o funcionamento contemporâneo da fraseologia da mundialização, notabilizando, igualmente, o fato de que:

Maldito aquele que rompe este pacto do silêncio tagarela: ele corre o risco de se tornar ipso-facto um espectro visível da adversidade (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 15).¹⁶⁷

Romper a aparência da paz social, instaurada pela tagarelice do consenso do juridismo é o desafio que encontra a política hodierna, desafio porque os sujeitos políticos que fazem eclodir novas discursividades, formas de subjetivação não previstas pelo já significado no discurso da mundialização, são empurrados para um não lugar da adversidade, tornando-se o resto, o sem sentido, a designificação, espectros visíveis da adversidade que mantém latente o dissenso.

Nessa conjuntura, as análises desenvolvidas permitem que postulemos comunidade como **palavra democrática**, relativamente à fraseologia de que trata Pêcheux (1990 [1982], p. 11), essa que se afigura como língua una e indivisível, própria da democracia republicana, espaço da artimanha e assepsia verbal que cria a **aparência da paz social**.

Além disso, apesar do funcionamento de comunidade como palavra-valise, onde tudo caberia, os filmes **Tropa de Elite 2**: Agora o inimigo é outro (2010) e **Cinco Vezes Favela**: Agora por nós mesmos (2010), assim como as obras **Um século de Favela** (2006 [1998])¹⁶⁸ e **A invenção da favela**: do mito a favela.com (2005)¹⁶⁹ são alguns exemplos aos quais podemos nos reportar a fim de pôr em questão a filiação de sentidos que recobre a palavra favela que carrega como contrapeso comunidade, em face da crescente substituição que vem se efetivando. Tais trabalhos colocam em visibilidade a constituição do discurso sobre as favelas desde o fim do século 19 até os nossos dias, assim como problematizam o discurso sobre a criminalidade instalado nesses sítios urbanos, levam em conta, por exemplo, o silêncio instaurado no que diz respeito ao aspecto da resistência que funda esses lugares, conforme abordamos anteriormente neste mesmo capítulo.

Importa sublinhar que tal como é mencionado nos textos 4 e 5 [anexo 2] há um projeto de ocupação pela polícia de algumas favelas do Rio de Janeiro, por meio das UPPs, a fim de erradicar a criminalidade, diante do fato de que o País sediará a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 [vide texto 1, anexo 3], elemento

¹⁶⁷ Aspas no texto, negritos nossos.

¹⁶⁸ Editada por Alba Zaluar e Marcos Alvito, publicada pela Fundação Getúlio Vargas.

¹⁶⁹ Editada por Lícia do Prado Valladares, publicada pela Fundação Getúlio Vargas.

decisivo na transição, na passagem que se opera entre favela - comunidade, isto é, uma demanda internacional, turística, comercial, em detrimento de um projeto social de envergadura.

É por meio de discursividades como as que constituíram a MD que se silencia “como é do gosto da ideologia da mundialização o fato de que somos um Estado, uma Nação com suas especificidades, com seu povo, suas diferenças, como é próprio do capitalismo. Ao jeito do discurso neo-liberal, mundializado, homogêneo, em que noções como democracia, cidadania não se calçam de determinações concretas” (ORLANDI, 2008a, p. 20).

Comunidade presentifica circulações-confronto. Sabemos que desde sempre a ideologia opera em grau máximo para o achatamento de determinados sentidos, entretanto, os procedimentos pelos quais ela se atualiza, aqueles que alienam os sujeitos do processo de produção de saber e da própria vida material que os constitui e poderia emancipá-los no mundo, “mudam de nome para continuarem os mesmos”. Analogamente, podemos dizer que tudo se passa como se, por um lado de um determinado recipiente, entrassem quaisquer orientações de sentido possíveis, diga-se, irremediavelmente contraditórias, conflitantes e equívocas e, por outro, emergiria uma outra, uma, operando sob a aparência da paz social, via “diluição e indistinção de sentidos” (ORLANDI, 2009)¹⁷⁰, via fraseologia da mundialização, via dessignificação.

¹⁷⁰ Sobre diluição e indistinção de sentidos, ver: http://www.discurso.ufrgs.br/sead/prog/c1_Eni_Orlandi.pdf

Conclusão

Tenterai-je, par la présentation de quelques résultats de ces procédures, de vous convaincre de leur pertinence et de leur intérêt – alors que les recherches actuelles tendent avant tout à produire de nouvelles questions, plutôt qu'à faire valoir la qualité supposée des 'réponses' ?

Michel Pêcheux, 1983.

Na epígrafe que encerra esta tese, do último texto de Pêcheux, vamos nos engajar à questão que ele colocara. Todavia, vamos ainda aqui buscar um ponto de estofo, um ponto para onde convergem as questões que levantamos, bem porque não as situamos na fluidez da contemporaneidade. Primeira questão, de base: Sim, a ideologia tão massacrada e maldita em tempos de mundialização, sim, é ela que, travestida de “não ideologia”, tece com ainda mais eficácia seus efeitos. A Ideologia, em maiúscula, segundo a distinção proposta por Pêcheux, que não tem história e não muda, toma a forma da “não ideologia”, do consenso e da paz social e por essa via reprime a diferença que forçosamente movimenta o político e institui as políticas nas sociedades.

Posto isso, com base na noção de corpus como MD, subsidiado de uma questão teórica, neste caso, a da filiação, ora nos autorizamos a enunciar que a Fraseologia enunciada por Pêcheux, e por nós abordada em termos de “fraseologia da mundialização”, em nosso tempo se formula mediante apagamentos seletivos e maquinais da memória discursiva, com vistas à produção de uma memória seriada, metálica e esse fenômeno se processa em larga escala por meio de programas ou ferramentas que se prestariam a um tratamento automático do sentido (os *word clouds*, por exemplo). Essa fraseologia opera sob a forma da dessignificação, uma vez que a especificidade política e a historicidade vão sendo seletivamente apagadas. Vale lembrar que dessignificar não é deixar sem sentido, mas é operar para que o sentido político esvaneça, seja por meio de procedimentos discursivos como a sobredeterminação via um discurso controverso socialmente (criminalidade, pobreza, malandragem/jeitinho, etc.), seja pelo eufemismo, pela ironia, pelo cinismo, tal como pudemos observar. A interdição em nossos dias não é da ordem do legal, mas do que se institui de maneira perversa como o socialmente bem aceito. Essa instauração de sentidos, em nossa compreensão, demanda olhares de parte dos analistas de discurso que deem conta também dos agenciamentos numéricos,

maquinais, metálicos dos sentidos. É preciso seguir uma rede, montar redes com vistas a tecer relações de filiação, redes que são, sobretudo, ideológicas, mesmo que enalteçam que não o sejam, e bem por isso o sejam, isto é, dizer que não há ideologia, é ceder às artimanhas do discurso da mundialização, é dar lugar à dessignificação, um vazio cheio de sentidos que se prestam a toda obra.

Mediante a propalada crise das filiações, pelo que precede, insistimos que a filiação de sentidos, considerados os elementos que se processam para o apagamento das identificações (historioprodução – produção de memória metálica de sentidos em série), pode ser compreendida como o laço histórico que, ao se atualizar no âmbito do intradiscurso (via discurso transversal, uma formulação “recuperável”), permite um gesto de leitura que encaminha para as redes de sentido. Além disso, tal noção nos possibilita tanto não cedermos ao relativismo que alega que os sentidos não se prestam a filiações e, portanto, podem ser não importa o quê, como também nos permite a liberdade de pensar, analisar discursos sem o ditame de um ponto de onde emergem ou para onde convergem (identificação, desidentificação, contraidentificação, paráfrase, metáfora, etc., pontos a partir dos quais se tecem relações de deslocamento ou adesão), mas sob a perspectiva que reclama o tratamento dos discursos como fragmentos, como historietas de um tempo em processo, em que os sentidos se filiam por entre redes que estão hoje sempre sob a ameaça de serem rompidas, afrouxadas até se tornarem séries¹⁷¹ que repetem que não existe mais favela, que tudo será belo até o ano de 2016. Amém.

¹⁷¹ Valemo-nos aqui da distinção entre *série* e *rede* proposta por Orlandi, no texto *A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade* (2010).

REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos. Um bicho-de-sete-cabeças. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). Um século de favela. 5. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

AKIN, Salih. Sans-papiers: une dénomination dans cinq quotidiens nationaux de mars à out 1996. **Mots**, 60, septembre 99, p. 59-75.

BADIOU, Alain. **De quoi Sarkozy est-il le nom?** Excerto de debate-conferência a L'Humanité, s/d. Disponibilidade em: <http://www.humanite.fr/Alain-Badiou-de-quoi-Sarkozy-est-il-le-nom>. Acesso em 10 abr. 2010.

BECK, Maurício. **Aurora Mexicana**: Processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: O exemplo do discurso zapatista. Santa Maria: UFSM, 2010. Tese de Doutorado em Letras – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM/PPGL, 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

CINCO VEZES FAVELA: Agora por nós mesmos. Direção: Manaíra Carneiro; Wagner Novais (Fonte de Renda), Cacau Amaral; Rodrigo Felhas (Arroz com Feijão), Luciano Vidigal (Concerto para Violino), Cadu Barcellos (Deixa Voar), Luciana Bezerra (Acende a Luz), Luz Mágica produções; Globo Filmes, 2010.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Traduzido por Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

CERVO, Larissa Montagner (Org.). História das Ideias Linguísticas. Apresentação de Cláudia Pfeiffer. **Fragmentum n. 20**. Jan./Mar. 2009. Santa Maria, RS: UFSM/PPGL/Laboratório Corpus.

CONEIN, Bernard ; COURTINE, Jean-Jacques ; GADET, Françoise ; MARANDIN, Jean Marie ; PECHÉUX, Michel (eds.). **Matérialités discursives**. Lille, Presses universitaires de Lille, 1981 [1980].

COURTINE, Jean-Jacques. **Intericonicidade**. Entre(vista) com Jean-Jacques Courtine. Entrevistador: Nilton Milanez. Grudiocorpo. Out., 2005. Disponibilidade em: <http://grudiocorpo.blogspot.com/2009/06/intericonicidade-entrevista-com-jean.html>. Acesso em 05 set. 2009.

_____. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

_____. **Análise do discurso político**. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Traduzido por Cristina de Campos Velho Birck et al. São Paulo: EdUFSCar,

2009. [Traduzido de : Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: *Langages*, 15^e année, n° 62, 1981. Analyse du discours politique. Disponibilidade em : http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/lgge_0458-726x_1981_num_15_62].

DIAS, Cristiane. **Da corpografia**. Ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital. Coleção Cogitare n° 07. Santa Maria, RS: PPGL/UFSM, 2009.

_____. DIAS, Cristiane. Telecentros como políticas públicas de Inclusão Digital: da administração da vida na cidade. **IX Seminário Corpus. Laboratórios em Diálogo**. Laboratório Corpus/Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, nov. 2007 [conferência inédita].

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística**. Dir. e coord. trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1978].

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **A lingüística entre os nomes da linguagem**: Uma reflexão na História das Idéias Lingüísticas no Brasil. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2009.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Bethania S. Mariani [et al.]. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história. Traduzido por José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Gestos de leitura**: Da história no discurso. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [trad. de Effets de l'archive. L'analyse de discours du côté de l'histoire. In : *Langages*, 81, v. 21, 1986. Disponibilidade em : http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458726x_1986_num_21_81_2477].

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes, RG, 2007.

_____. **Semântica do acontecimento**. Um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. GUIMARÃES, Eduardo. **Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil**. [Conferência]. Guarapuava, PR, 27 out. 2005a [inédito].

_____. A marca do nome. In: **RUA**. no. 09. Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. Textualidade e enunciação. **Escritos**, n. 2. Campinas: Labeurb/Unicamp, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Traduzido por Berilo Vargas. 7. ed. Rio de Janeiro : Record, 2005.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1994. v. 1. 268 p.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**. O breve século XX. 1914-1991. Traduzido por Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

INDURSKY, Freda. Identificação e contra-identificação: diferentes modalidades de subjetivação no discurso do/sobre o MST. In: MARIANI, Bethania (Org.). **A escrita e os escritos: Reflexões em análise do discurso e psicanálise**. São Carlos, SP : ClaraLuz, 2006.

_____. O MST e o discurso da subsistência na imprensa brasileira. **Verso e reverso. Revista da comunicação**. Ano XVII. n. 37. 2003/2. Disponibilidade em: <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=1&s=3>

_____. **Do desdobramento à fragmentação do sujeito em análise do discurso**. CD-ROM. Sínteses 2, Porto Alegre, ANPOLL/UFRGS, 2002.

LAW, Stephen. **Os arquivos filosóficos**. Traduzido por Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

MARIANI, Bethania. Questões sobre a solidariedade. In: ORLANDI, Eni P. **Cidade atravessada**. Os sentidos públicos do espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Capítulo primeiro [1845-46]. Obra de domínio público. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap1.htm#i1>.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Traduzido por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MEDEIROS, Caciane Souza de. **Sociedade da Imagem: A (re)produção de sentidos da mídia do espetáculo**. Santa Maria: UFSM, 2010. Tese de Doutorado em Letras – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM/PPGL, 2010.

OLIVEIRA, Jane Souto de; MARCIER, Maria Hortense. A palavra é favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

ORLANDI, Eni P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA** [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

_____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: A fabricação do consenso. Campinas, SP: RG, 2010a.

_____. **Políticas institucionais**: a interpretação da delinquência. Disponibilidade em: <http://www.fflch.usp.br/dlm/Eni%20Orlandi.pdf>. Acesso em 23.abr. 2010a.

_____. Diluição e indistinção dos sentidos: uma política da palavra e suas consequências. **IV SEAD**, Nov. 2009, Porto Alegre, RS [conferência]. Resumo disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead/prog/c1_Eni_Orlandi.pdf

_____. Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 117-130.

_____. **A noção de materialidade**. Reunião de trabalho, Grupo DICIT, 05 dez. 2007. Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2007. [Vídeo]. Disponibilidade <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=28>. Acesso em jan. 2009.

_____. Propaganda política e língua de Estado: Brasil, um país de todos. In: **Anais do 2º Encontro de Estudos da Linguagem**. Linguagem, memória e sociedade contemporânea. 11 e 12 de set. 2008. Mestrado em Linguística. Univas, Pouso Alegre, MG, 2008a.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Susy (Orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

_____. A noção de “povo” que se constitui em diferentes discursividades. In: SILVA, Soeli Maria Schreiber da. **Sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006a. p.7-30.

_____. Historicidade, indivíduo e sociedade: O sujeito na contemporaneidade. [Conferência]. In: **III SEAD** - Seminário de Estudos em Análise do Discurso, nov. 2006. UFRGS: Porto Alegre, RS, 2006b. CD-ROM.

_____. À flor da pele: Indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethania (Org.). **A escrita e os escritos**: Reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006c.

_____. **Discurso e texto**. Formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: **II Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. UFRGS: Porto Alegre, RS, 2005a. CD-ROM.

_____. **Interpretação**. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004a.

_____. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento lingüístico**. Para uma história das Idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (Org.) **Cidade atravessada**: Os sentidos públicos do espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Princípios & Procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. Maio de 68: Os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999a.

_____. Exterioridade e ideologia. In: **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas (30), jan./jun. 1996, p. 27-33.

_____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua**. N. 01. Campinas, SP: Labeurb/Unicamp, 1995. p. 35-47.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. **A língua inatingível**. O discurso na história da lingüística. Traduzido por Bethania Mariani e Maria Elizabeth C. de Mello. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al.). **Papel da memória**. Traduzido por José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999 [1983]. p. 49-57.

_____. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni P. Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) [et al.]. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Traduzido por Bethania Mariani [et al.]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Traduzido por Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Bethania S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1997b.

_____. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento. Traduzido por Eni P. Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990 [1983].

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. In: **Cadernos de estudos lingüísticos** (19). Campinas: Unicamp, 1990 [1982]. p. 7-24.

_____. Délimitations, retournements et déplacements. **L'homme et la société**, Paris: Anthropos Éditions, número 63-64, p. 53-69, 1982.

_____. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours**. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1990 [1977].

_____. Le discours: structure ou événement? In: MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours**. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1990 [Juillet 1983].

_____. Ouverture du colloque. In : CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PECHÉUX, Michel (Eds.). *Matérialités discursives*. Lille, Presses Universitaires de Lille, 1981 [1980].

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. Mise au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. **Langages 37**, Paris: Larousse, 1975 (pp. 7-80). Tradução brasileira: A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas, em: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Bethania S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b [1975].

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**. Ensaios de Biopolítica. São Paulo, SP: Iluminuras, 2003.

PLATÃO. **Teeteto e Crátilo**. Traduzido por [grego-português] Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

RÁDIO GUAÍBA. **Programa Agora**. Apresentação de Sílvia do Canto e Flávio Dal Pizol. Quadro de política direto de Brasília com Fábio Marçal. 26 de março de 2009. 9h20.

RANCIÈRE, Jacques. **Moments politiques**. Interventions 1977-2009. Paris : Lux, La Fabrique, 2009.

_____. **Aux bords du politique**. Paris : Gallimard, 1998.

_____. **O desentendimento**. Política e filosofia. Traduzido por Ângela Leite Lopes. São Paulo, SP: Ed. 34, 1996.

_____. Os riscos da razão. Rancière em entrevista a Vinicius Torres Freire. **Folha de S. Paulo**, 10 set., 1995. Disponibilidade em http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_jacques_ranciere.htm. Acesso em ago. 2009.

_____. **Os nomes da história**. Um ensaio de poética do saber. Traduzido por Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi. São Paulo: Educ, Pontes, 1994.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Políticas públicas e linguagem. **V encontro saber urbano e linguagem**. Campinas, SP: Labeurb, Unicamp, 2007. Conferência em

Vídeo. Disponibilidade em
<<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=18>>. Acesso
em Nov. 2008.

ROBIN, Régine. **História e lingüística**. Traduzido por Adélia Bolle. São Paulo, Cultrix, 1977.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Traduzido por José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2004 [1916].

SIBLOT, Paul. Nomination et production de sens: le praxème. In: **Langages**, 31^e année, n^o 127. Langue, praxis et production de sens. pp. 38-66, 1997.

SÉRIOT, Patrick. Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva. **Rua 7**, São Paulo, Campinas, 2001.

SCHERER, Amanda; PETRI, Verli. Le mouvement et les déplacements des études sur le discours à partir des années 80 et leur disciplinarisation: le cas brésilien. In: **Colloque ADDS 2008: analyse de discours et demande social: enjeux théoriques et méthodologiques**, realizado em Paris III – Sorbonne Nouvelle, novembro, 2008a.

SCHERER, Amanda E. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (Orgs.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 131-141.

_____. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. In: MARIANI, Bethania (Org.). **A escrita e os escritos: Reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. (Org.) **História das Idéias X História de Vida**. Entrevista com Eni Puccinelli Orlandi, Fragmentum 7, Santa Maria, Editora PPGL, Universidade Federal de Santa Maria, mar., 2004.

_____. A constituição do eu e do outro pela interpelação da língua pela língua na história do sujeito. In: **II Seminário de Estudos em Análise do Discurso – II SEAD**. UFRGS: Porto Alegre, RS, 2005. CD-ROM.

SCOTTA, Larissa. Constituir, formular e fazer circular sentidos: dispersão e memória no discurso sobre/na cidade. **Fragmentum n. 16**, Santa Maria, RS: UFSM/PPGL/Laboratório Corpus, 2008.

TROPA DE ELITE 2: O inimigo agora é outro. Direção: José Padilha, Zazen Produções; Globo Filmes, 2010.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VARGAS, Rejane Maria Arce. Dizeres que não voltam mais??? Questionamentos sobre a questão da filiação dos sentidos. **Letras 37**, jul./dez. 2008. Santa Maria, RS:

Editora PPGL, 2009a. Disponibilidade em:
http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r37/artigo12.pdf

_____. Rejane Maria Arce. **Ponte para o devir**: um trajeto por entre saberes discursivos. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

VENTURINI, Maria Cleci. **Rememoração/Comemoração**: Uma prática discursiva de constituição de um imaginário urbano. 2008. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

_____. Leitura de um espaço urbano: subjetividade e poder das palavras. **Desenredo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras/Universidade de Passo Fundo. - Vol. 5, no. 2. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2010. Disponibilidade em:
<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/viewFile/1254/767>.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: _____. **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

ZIZEK, Slavoj. **Cinismo e objeto totalitário**. In: _____. Eles não sabem o que fazem. O sublime objeto da ideologia. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1

MONTAGEM DE TEXTOS COMUNIDADE – FAVELA

Busca por “comunidade favela” em Folha OnLine

(30 primeiros resultados em 10/08/2009 - maio a agosto de 2009)

1. [Folha Online - Cotidiano - PM apreende meia tonelada de maconha na Rocinha e busca cemitério clandestino - 07/08/2009](#)

... BRITO Colaboração para a Folha Online no Rio **Policiais militares** realizam nesta sexta-feira uma **operação** na **favela** da Rocinha (zona sul do Rio) para localizar depósitos de **drogas** e ... e foram dispensados por causa da **operação policial**. Os **PMs** tentam localizar **cemitérios clandestinos** na **favela**. Segundo informações do setor de inteligência da **PM**, o **corpo** da ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u606501.shtml>

2. [Folha Online - Mundo - Milhares de pessoas prestam última homenagem a ex-presidente das Filipinas - 02/08/2009](#)

... conjugal" de Ferdinand e Imelda Marcos. Membro da família Cojuangco --uma das mais ricas da **comunidade** chino-filipina, Cory se casou em 1954 com Benigno Aquino, líder da oposição ... em orações para Cory, o povo filipino e por nosso país", disse a jornalistas em uma igreja de uma **favela** do **bairro** de Tondo, em Manila. A ex-primeira-dama pediu orações ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u603808.shtml>

3. [Folha Online - Cotidiano - Operação deixa três mortos em favela da zona oeste do Rio - 24/07/2009](#)

... 24/07/2009 11h46 **Operação** deixa três **mortos** em **favela** da zona oeste do Rio DIANA BRITO colaboração para a Folha Online , no Rio Uma **operação da Polícia Militar** deixou três **mortos** ... DIANA BRITO colaboração para a Folha Online no Rio Uma **operação da Polícia Militar** deixou três mortos na **favela** do Aço, em Santa Cruz, zona oeste do Rio nesta sexta-feira. ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u599719.shtml>

4. [Folha Online - Cotidiano - Policiais encontram outra enfermaria do tráfico em favela do Rio e procuram médico - 23/07/2009](#)

... 23/07/2009 14h39 **Policiais** encontram outra enfermaria do **tráfico** em **favela** do Rio e procuram médico DIANA BRITO Colaboração para a Folha Online , no Rio **Policiais civis** ... Online no Rio **Policiais civis** desmancharam na manhã desta quinta-feira uma nova enfermaria do **tráfico** na **favela** do Jacarezinho, na zona norte do Rio. Agentes do setor de ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u599229.shtml>

5. [Folha Online - Cotidiano - Polícia fecha enfermaria do tráfico em favela do Rio; ação deixa um morto e suspende aula - 22/07/2009](#)

... 22/07/2009 14h25 **Polícia** fecha enfermaria do **tráfico** em **favela** do Rio; **ação** deixa um **morto** e suspende aula DIANA BRITO Colaboração para a Folha Online , no Rio Um homem ... Vargas, na Penha, mas já foi liberada. No início da **operação**, por volta das 7h, houve troca de **tiros** na **favela** de Manguinhos. Cerca de 300 **policiais** participaram da **ação**, que ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u598644.shtml>

6. Folha Online - Cotidiano - Tiro que matou criança que brincava com pipa no Rio partiu de PM, diz testemunha - 20/07/2009

... avenida Brasil. Ela disse que antes dos policiais atirarem, dois tiros foram ouvidos em uma rua paralela à favela", afirmou Silva. Segundo assessoria da PM, policiais do BPVE ... disparo naquela região. Os criminosos que estariam assaltando na avenida Brasil fugiram para um matagal da favela e não foram encontrados";, disse o coordenador de comunicação da ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u597754.shtml>

7. Folha Online - Cotidiano - Jovem morre durante ação policial que apreendeu 78 mudas de maconha no Rio - 16/07/2009

... maconha porque dá um efeito de adubo e ajuda no crescimento da planta", disse. Durante uma operação na favela, policiais civis apreenderam dois galões de água mineral de 20 litros ... assalto na sexta-feira e morreu no sábado (11) no hospital municipal Souza Aguiar. ;Percorremos a comunidade, mas não encontramos o criminoso que atirou contra o policial do Bope" ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u596150.shtml>

8. Folha Online - Cotidiano - PM detém 16 supostos integrantes do PCC em São Paulo e apreende drogas - 16/07/2009

... facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). O grupo foi detido durante operação realizada na favela Monte Azul, na região do Jardim São Luiz (zona sul de São Paulo). ... um laboratório de drogas e apreenderam três armas e cerca de R\$ 150 mil. Os PMs cercaram a comunidade após uma denúncia anônima informar que criminosos se reuniam no local para ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u596126.shtml>

9. Folha Online - Cotidiano - Tiroteio entre traficantes e policiais deixa um morto em favela do Rio - 09/07/2009

... 09/07/2009 16h36 Tiroteio entre traficantes e policiais deixa um morto em favela do Rio DIANA BRITO colaboração para a Folha Online , no Rio Um homem apontado como traficante ... na Ilha do Governador, na zona norte do Rio. O confronto causou pânico entre moradores da comunidade, mas ainda não há informações sobre outros feridos. De acordo com o delegado ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u592975.shtml>

10. Folha Online - Cotidiano - Criminosos arremessam artefato contra policiais em favela da zona oeste do Rio - 06/07/2009

... 06/07/2009 11h16 Criminosos arremessam artefato contra policiais em favela da zona oeste do Rio DIANA BRITO colaboração para a Folha Online , no Rio Dois homens armados em uma ... feira um artefato contra um carro da PM (Polícia Militar) na avenida Tenente-Coronel Muniz de Aragão, na favela de Rio das Pedras, na zona oeste do Rio. Segundo informações do 18º ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u591204.shtml>

11. Folha Online - Cotidiano - Assaltantes rendem motorista do Tribunal de Justiça no Rio; suspeito é baleado - 30/06/2009

... portuária do Rio, ainda nas proximidades do viaduto Ataulfo Alves, e seguiram para a zona norte em direção à favela do Arará, em Benfica. Em um Palio cinza, eles fecharam o ... o estado de saúde dele. De acordo com a PM, os outros assaltantes conseguiram fugir para o interior da favela do Arará. A polícia planeja fazer uma operação ainda nesta terça ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u588552.shtml>

12. Folha Online - Cotidiano - Dois **morrem em operação em morro na zona sul do Rio; **bala perdida fere mulher** - 26/06/2009**

... Batalhão (Leblon) e Batalhão Florestal, com apoio de um helicóptero e três **carros blindados**, continuam na **favela** por tempo indeterminado. De acordo com a **PM**, a avenida Niemeyer ... indeterminado. De acordo com a **PM**, a avenida Niemeyer --via de acesso a algumas entradas da **comunidade**-- ficou fechada por motivos de **segurança** durante um período no final da ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u586813.shtml>

13. Folha Online - Cotidiano - Comerciante **morre com mais de 30 **tiros em confronto** na zona norte do Rio - 12/06/2009**

... Militar), Silva teria sido **assassinado** por **criminosos** por volta de 1h em frente ao seu bar no interior da **favela**. A **PM** ainda informou que, segundo testemunhas, a vítima foi ... testemunhas, a **vítima** foi acusada pelos **traficantes** de realizar churrascos para **milicianos** na **comunidade**. O comerciante também foi apontado como informante do grupo de **paramilitares**. ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u580327.shtml>

14. Folha Online - Cotidiano - Moradores querem que **bairro seja **reconhecido** por São Paulo - 07/06/2009**

... entre as cidades de Guarulhos e São Paulo. Segundo o presidente da Comissão de **Reurbanização** da **Comunidade** Pantanal Moradores, Wellington Paulino Bezerra, o **bairro** -que começou ... **Reurbanização** da **Comunidade** Pantanal Moradores, Wellington Paulino Bezerra, o **bairro** --que começou como uma **favela** há quase 27 anos-- **era tratado com desdém** por uma antiga ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u577958.shtml>

15. Folha Online - Ilustrada - Leia íntegra da entrevista com a socióloga Beatriz Sarlo - 07/06/2009

... governo argentino]. Ou seja, esse **partido** está entre uma **ideologia histórica de tirar essas pessoas da favela** e, por outro lado, o **sentimento** de que os favelados são como uma ... patente. Por outro lado, é lógico que os **pobres** se sentiam **ofendidos**, pois o **muro** nem sequer **separava** uma **favela**, mas um **bairro pobre**. Um pouco mais adiante desse **bairro** há ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u576069.shtml>

16. Folha Online - Esporte - Torcida do Flamengo canta "Rap da Felicidade**" na volta de Adriano - 01/06/2009**

... ;**Rap da Felicidade**" na volta de Adriano da Folha de S.Paulo Os torcedores do Flamengo celebraram a **favela** na volta de Adriano ao clube. No Maracanã lotado, o atacante foi o destaque ... **cantaram músicas que reverenciavam as favelas**. "Eu só quero é ser feliz/andar tranquilamente na **favela** onde eu nasci/ e poder me orgulhar/ e ter a consciência que **pobre** tem seu ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u574568.shtml>

17. Folha Online - Cotidiano - **Criminosos roubam carro de **PM** e levam pânico a motoristas da zona norte do Rio - 29/05/2009**

... **delegada**, o carro do **PM**, um Fiat Strada, foi encontrado momentos depois do **assalto** em uma rua da **comunidade** Baixa do Sapateiro, no **conjunto de favelas** da Maré. Os **criminosos** ... de Bonsucesso, para visitar as obras do **PAC** (Programa de Aceleração do Crescimento). Para ter acesso à **favela**, Lula terá que passar pela avenida Brasil. Mais um caso A ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u573691.shtml>

18. [Folha Online - Cotidiano - Policia apreende cerca de 500 kg de maconha em favela da zona norte do Rio - 28/05/2009](#)

... 28/05/2009 14h41 **Policia apreende** cerca de 500 kg de **maconha** em **favela** da zona norte do Rio DIANA BRITO Colaboração para a Folha Online , no Rio **Policiais militares** ... apreenderam no início da tarde desta quinta-feira cerca de 500 kg de **maconha** durante uma **operação** na **favela** do Jacarezinho, na zona norte do Rio. Segundo a **PM**, após troca de ... <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u573138.shtml>

19. [Folha Online - Brasil - TJ interrompe audiência de processo contra Jorge Babu por falta de testemunha - 26/05/2009](#)

... Oliveira, que conduziu as investigações **policiais** sobre o caso, e uma segunda **testemunha**, moradora da **Favela** da Foice. Durante a **audiência**, o **delegado** disse que identificou o ... estivesse acontecendo. De acordo com o **delegado**, Babu também teria patrocinado uma festa na **comunidade**. A segunda **testemunha** trabalhava em uma empresa de instalação de cabos na ... <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u571664.shtml>

20. [Folha Online - Cotidiano - Moradores protestam após morte de jovem em ação policial no Rio - 25/05/2009](#)

... domingo (24) após ser atingido por dois **tiros** durante **confronto** entre **criminosos** e **policiais militares** na **favela** Cinco Bocas, em Brás de Pina (zona norte do Rio), realizaram um ... tinha envolvimento com o **tráfico de drogas** e teria sido **morto** pelos **policiais** que faziam uma incursão na **favela**. Eles permaneceram cerca de duas horas na frente da **delegacia** e ... <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u571065.shtml>

21. [Folha Online - Ilustrada - Novela: Fernanda liga para Tony e avisa que Rudi teve uma overdose em "Poder Paralelo" - 22/05/2009](#)

... seu pai irá lhe contar o que houve com seu ex-marido desaparecido. Nonato, representante da **comunidade**, visita a **ONG**. Ele avisa que Chico **Fuzil** está furioso com a presença da Liga ... **explode**. Leonor fica impressionada com o poder do filho. Eles entram no carro e fogem. Gabriela anda pela **favela** disfarçada de **mendiga**. Chico Fuzil estranha a presença de ... <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u569498.shtml>

22. [Folha Online - Cotidiano - Polícia prende suspeito e apreende veículos roubados em favela da zona norte do Rio - 21/05/2009](#)

... 21/05/2009 17h19 **Polícia** prende suspeito e **apreende** veículos **roubados** em **favela** da zona norte do Rio DIANA BRITO colaboração para a Folha Online , no Rio **Policiais** da DRFA ... **apreenderam** 12 veículos **roubados**, sendo dez motos e dois carros, nesta quinta-feira durante uma **operação** na **favela** Parque Alegria, no Complexo do Caju, na zona norte do Rio. ... <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u569517.shtml>

23. [Folha Online - Cotidiano - Traficantes roubam ônibus e caminhões no Rio; 2.800 estão sem aulas - 19/05/2009](#)

... ônibus da viação Nossa Senhora de Lourdes. Eles foram utilizados para montar obstáculos na entrada da **favela** Vila Cruzeiro, no complexo da Penha, na zona norte do Rio. Devido ... obrigaram os funcionários da empresa a descer dos veículos e fecharam uma das entradas da **comunidade** por cerca de 15 minutos. "Eles [funcionários] foram parados por **criminosos** ... <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u568237.shtml>

24. [Folha Online - Cotidiano - Família acusa PM de disparar tiro que matou menina de 3 anos em favela do Rio - 08/05/2009](#)

... 08/05/2009 16h29 Família acusa PM de disparar tiro que matou menina de 3 anos em favela do Rio DIANA BRITO colaboração para a Folha Online , no Rio Parentes e amigos de ... morta na semana passada durante uma operação de policiais militares do Batalhão de Bangu na entrada da favela Vila Aliança (zona oeste do Rio), acusam um policial militar de ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u562690.shtml>

25. [Folha Online - Cotidiano - Polícia mata suspeito e apreende 40 mil papélotes de cocaína em favela do Rio - 05/05/2009](#)

... 05/05/2009 14h26 Polícia mata suspeito e apreende 40 mil papélotes de cocaína em favela do Rio DIANA BRITO Colaboração para a Folha Online , no Rio Um homem apontado como ... traficante de drogas morreu baleado durante operação policial realizada na manhã desta terça-feira na favela Vila Vintém, em Padre Miguel, na zona oeste do Rio. Segundo informações ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u560742.shtml>

26. [Folha Online - Cotidiano - Polícia Civil realiza operação em favela da zona oeste do Rio - 05/05/2009](#)

... 05/05/2009 11h33 Polícia Civil realiza operação em favela da zona oeste do Rio DIANA BRITO colaboração para a Folha Online , no Rio Cerca de 120 policiais civis realizam na manhã ... feira uma operação para reprimir o tráfico de drogas, apreender armas e cumprir mandados de prisão na favela Vila Vintém, em Padre Miguel, na zona oeste do Rio. Ainda não há ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u560680.shtml>

27. [Folha Online - Cotidiano - Conselho estadual aprova regularização de favela sobre palafitas em Cubatão \(SP\) - 04/05/2009](#)

... 04/05/2009 09h00 Conselho estadual aprova regularização de favela sobre palafitas em Cubatão (SP) da Folha de S.Paulo Uma favela com barracos sobre palafitas, a Vila dos ... pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente em março, a pedido da Prefeitura de Cubatão. É uma comunidade de cerca de 10 mil pessoas, formada por migrantes e pescadores tradicionais da ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u560158.shtml>

28. [Folha Online - Cotidiano - Moradores de favelas no Rio exigem reunião com o governador para discutir muros - 03/05/2009](#)

... o projeto, que consideram "segregacionista". Para o governo, a obra beneficia a comunidade e não cerceia o direito de ir e vir. Alguns moradores de favelas elogiam a iniciativa por ... o fim da busca de jacas na mata. "Não sou contra nem a favor. Acho que qualquer investimento na favela é bom";, diz José Bezerra, 55, morador do morro Dona Marta. O governo ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u559777.shtml>

29. [Folha Online - Cotidiano - Bombeiros controlam incêndio em favela no Bom Retiro - 01/05/2009](#)

... 01/05/2009 16h46 Bombeiros controlam incêndio em favela no Bom Retiro Colaboração para a Folha Online Atualizado às 19h07 . Bombeiros controlaram um incêndio em uma favela no ... incêndio foi controlado às 15h. Veja imagens. Veja vídeo O fogo destruiu quatro barracos na comunidade, que é conhecida como favela do Moinho. Os bombeiros não souberam informar, no ...
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u559212.shtml>

30. [Folha Online - Cotidiano - Incêndio atinge favela na região central de São Paulo - 01/05/2009](#)

... 01/05/2009 14h32 **Incêndio** atinge **favela** na região central de São Paulo da Folha Online Um **incêndio** atinge uma **favela** no **bairro** do Bom Retiro, região central de São Paulo, na tarde ... acionado por volta das 14h20 e enviaram três carros ao local, que fica na rua Tenente Pena. **A comunidade é conhecida como favela do Moinho**. Ainda não há informações sobre ...

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u559167.shtml>

ANEXO 2

TEXTOS OPERAÇÕES POLICIAIS – COMUNIDADE – FAVELA

Acessos em 17/10/2010

Texto 1 - G1, 17/10/2009

[rio de janeiro](#) / **Tirroteio**

17/10/09 - 10h32 - Atualizado em 18/10/09 - 08h36

Helicóptero da PM cai durante operação em favela do Rio

Polícia foi acionada após tiroteio entre traficantes no Morro dos Macacos. Piloto foi baleado e três oficiais sofreram queimaduras após explosão.

Do G1, no Rio, com informações da TV Globo



clique para ampliar 

Helicóptero em chamas (Foto: Agência O Globo/Fabiano Rocha)

Um helicóptero da Polícia Militar explodiu após pouso forçado durante operação no [Morro dos Macacos](#), em Vila Isabel, na Zona Norte do Rio, neste sábado (17). Informações iniciais dão conta de que quatro policiais ficaram feridos.

Está na região do confronto? Envie fotos e vídeos ao G1.

Segundo o major Oderlei Santos, relações públicas da PM, o piloto foi baleado na perna e teve problemas na aterrissagem. A aeronave explodiu na sequência, mas ele e os outros três oficiais teriam conseguido sair a tempo, mas com queimaduras.

Um outro helicóptero da Polícia Civil, blindado, está no ar e dá apoio à operação policial.



Helicóptero caído (Foto: Reprodução/TV Globo)

A polícia foi acionada após moradores relatarem intenso tiroteio no local por volta da 1h30, quando uma facção rival, do Morro São João, tentou invadir a favela. Três corpos foram encontrados, segundo a PM.

Policiais do 6º BPM (Tijuca) estão no local, com o apoio do veículo blindado da Polícia Militar. Homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) também estão no local.

Seis feridos em Benfica

Seis pessoas ficaram feridas num confronto com criminosos na noite de sexta-feira (16), na [Favela Parque Arará, em Benfica](#), no subúrbio. As informações são do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB), também no subúrbio, para onde as vítimas foram levadas. Entre as vítimas há dois adolescentes e uma criança.

O tiroteio teria começado por volta das 19h30. De acordo com o comandante, policiais militares do 22º BPM faziam patrulhamento de rotina na Avenida Dom Hélder Câmara, próximo a Avenida Leopoldo Bulhões, quando desconfiaram de cerca de dez homens que deixavam a favela.

Ao perceberem a presença dos policiais, os traficantes atiraram e iniciaram o tiroteio. Segundo a Polícia Militar, três criminosos foram mortos, entre eles um homem apontado pela polícia como o chefe do tráfico de drogas da comunidade.

Criminosos lançam granada

Ainda de acordo com o comandante do 22º BPM, após o confronto, os criminosos retornaram ao local e lançaram uma granada para dentro da Favela Parque do Arará. O artefato explodiu e feriu um policial militar, uma menina de 6 anos e um adolescente, de 16. Os três também foram socorridos no Hospital Geral de Bonsucesso.

Um homem e um outro adolescente ficaram feridos por estilhaços de granada e foram levados para o Hospital Central do Exército, em Benfica. Em seguida, de acordo com a polícia, eles foram encaminhados para o Hospital Geral de Bonsucesso. Ainda não há informações sobre o estado de saúde das vítimas.

Espingarda e granadas apreendidas

De acordo com o tenente-coronel Amaury Simões, os criminosos pretendiam praticar uma série de roubos na região de Manguinhos, também no subúrbio. Com os mortos, a polícia apreendeu três pistolas, uma espingarda calibre 12, quatro granadas e drogas.

Policiais do 22º BPM reforçaram a segurança nas avenidas Dom Helder Câmara, Leopoldo Bulhões e Brasil. O policiamento nos principais acessos à favela também foi reforçado.

<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1344807-5606,00-HELICOPTERO+DA+PM+CAI+DURANTE+OPERACAO+EM+FAVELA+DO+RIO.html>

Texto 2 – Folha.com, 17/10/2009

17/10/2009 - 11h16

Helicóptero da PM é atingido por tiros no Rio, tenta pousar e explode; 2 morrem

colaboração para a **Folha Online**

Dois policiais militares morreram durante uma explosão de um helicóptero que caiu em Sampaio após ser atingido por tiros durante um confronto entre traficantes de morros rivais numa favela da zona norte do Rio, segundo a SSP (Secretaria de Segurança Pública). Ao menos outros dois policiais ficaram feridos.

Helicóptero da PM é atingido por tiros no Rio
Tiroteio assusta moradores do morro dos Macacos



Criminosos atiram contra helicóptero da PM; piloto fez pouso forçado, mas aeronave explodiu, causando duas mortes

A aeronave foi atingida quando sobrevoava a região entre o morro dos Macacos e morro São João, na Vila Isabel. Inicialmente, a PM havia dito que a aeronave fez apenas um pouso forçado em um campo de futebol, mas segundo a SSP, o helicóptero explodiu quando ao tocar o solo.

Os feridos foram encaminhados ao Hospital da Polícia Militar. Não há informações sobre o estado de saúde das vítimas.

Um tiroteio assusta os moradores da região desde da madrugada de hoje, quando traficantes do morro São João tentaram invadir o morro dos Macacos para disputar os pontos de venda de drogas no local, de acordo com a PM.

Mais cedo, os moradores fizeram barricadas e colocaram fogo em pneus para impedir a entrada de policiais.

Policiais foram chamados por moradores, que disseram que havia dois corpos dentro da favela. No entanto, a polícia ainda não encontrou nenhum corpo.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u639418.shtml>

Texto 3 – Folha.Com, 17/10/2009

17/10/2009 - 10h19

Confronto entre traficantes assusta moradores do morro dos Macacos, no Rio

colaboração para a **Folha Online**

Atualizado às **12h44**.

Um confronto entre traficantes assusta os moradores do morro dos Macacos, na Vila Isabel, na zona norte do Rio, na manhã deste sábado.

Segundo informações da PM (Polícia Militar), o tiroteio começou durante a madrugada, quando traficantes do morro São João tentaram invadir o morro dos Macacos, para disputar os pontos de venda de drogas no local.

Ainda de acordo com a polícia, os moradores fizeram barricadas e colocaram fogos em pneus para impedir a entrada de policiais.

A operação conta com o auxílio de um veículo blindado da PM, além do helicóptero caveirão da Polícia Civil e outro helicóptero da PM que foi atingido por tiros.

Policiais foram chamados por moradores, que disseram que havia dois mortos --supostos traficantes-- dentro da favela, no entanto, a polícia ainda não encontrou nenhum corpo.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u639402.shtml>

Texto 4 - O dia, 14/10/2010

14.10.10 às 17h01 > Atualizado em 14.10.10 às 17h14

Morro dos Macacos: Comandante do Bope diz que bandidos estão fugindo há 15 dias

Morros do São João e Matriz vão receber UPPs até fim do ano

POR ISABEL BOECHAT

Rio - O comandante do Batalhão de Operações Especiais (Bope), tenente-coronel Paulo Henrique Moraes, disse na tarde desta quinta-feira, que a ocupação no Morro dos Macacos, em Vila Isabel, para instalação da 13ª UPP do estado, aconteceu de forma pacífica, já que bandidos estão fugindo para outras comunidades da mesma facção, há cerca de 15 dias. Entre elas, o Morro do 18, em Água Santa, e o Complexo do São Carlos, no Rio Comprido, ambas na Zona Norte do Rio. O comandante do Bope também adiantou que comunidades próximas como São João e Matriz, no Engenho Novo, também vão receber UPPs até o fim do ano.

A Polícia Militar demorou cerca de duas horas para ocupar todo o Morro dos Macacos, sem que um tiro fosse disparado. A comunidade é a sexta com UPP, na Zona Norte, e cerca de 12 mil pessoas serão beneficiadas de forma direta e outras 27 mil no entorno. Moradores da favela comemoraram a ocupação, já algumas pessoas que moram em imóveis no bairro afirmaram que temem arrastões na região, em função da expulsão dos bandidos do morro.

>>FOTOGALERIA: PM ocupa o Macacos para instalar UPP



Bope dá início ao processo de implantação de mais uma UPP, no Morro dos Macacos, em Vila Isabel | Foto: Alessandro Costa / Agência O Dia

As outras UPPs estão localizadas no Andaraí, Batan (Realengo), Borel (Tijuca), Chapéu Mangueira/Babilônia (Leme), Cidade de Deus (Jacarepaguá), Formiga (Tijuca), Pavão-Pavãozinho/Cantagalo (Ipanema), Providência (Centro), Salgueiro (Tijuca), Santa Marta (Botafogo), Tabajaras/Cabritos (Copacabana) e Turano (Rio Comprido).

"Nós estamos fechando o cinturão da Grande Tijuca. No flanco esquerdo temos o Turano e no direito o Macacos. Assim fechamos essa região que a população tanto clamava por segurança", disse o capitão Ivan Blaz, porta-voz da PM.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Militar, 110 homens do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), 40 do Batalhão de Choque e 25 dos batalhões do Méier (3º), e da Tijuca (6º) entraram na comunidade por volta de 8h. A situação foi de aparente tranquilidade - comércio e escolas municipais funcionaram normalmente.

"O primeiro objetivo, que é a tomada do território, nós conseguimos dentro do que foi planejado. Agora, é fazer a revista nas residências e nos eventuais suspeitos para que algum meliante que esteja escondido seja localizado", afirmou o tenente-coronel Paulo Henrique Moraes, comandante do Bope.



Foto: Alessandro Costa / Agência O Dia

A Secretaria de Segurança Pública informou que ainda não existe prazo para que a situação no Morro dos Macacos seja estabilizada. Após a conclusão da primeira etapa, que é a de reconhecimento da área, o Bope ainda ocupará comunidades próximas como a Favela do Quietão, Morro da Matriz e Morro São João, que farão parte de uma segunda UPP do Macacos, a 14ª do Estado - as comunidades contam com oito mil moradores e 17 mil na região.

"A Secretaria de Segurança é que norteia as nossas ações, mas até o momento a tendência é que as operações sigam em direção à Zona Norte, no sentido do Engenho Novo, ou para o Centro da cidade", disse o tenente-coronel. Com a implantação da primeira e segunda etapas da UPP do Morro dos Macacos, a PM espera aumentar os índices de segurança nas regiões do Engenho Novo, Vila Isabel, Grajaú, Riachuelo e Engenho Novo.

Confronto em 2009 deixa mortos e helicóptero é derrubado

>> FOTOGALERIA: Momentos da guerra sangrenta

Em 2009, mais precisamente no dia 17 de outubro, um intenso tiroteio no Morro dos Macacos terminou com a queda de um helicóptero da polícia, que foi atingido por disparos feitos por traficantes. Três policiais morreram com a explosão da aeronave. Confira o vídeo dos tiroteios.

>> FOTOGALERIA: Adeus aos heróis da Polícia Militar

Na ocasião, um tiroteio entre traficantes rivais levou a polícia à comunidade - bandidos do Morro São João, no Engenho Novo, invadiram o Macacos durante a madrugada para tomar os pontos de vendas de drogas. Oito ônibus foram incendiados em represália à ocupação da favela pelos PMs.

>> FOTOGALERIA: Polícia revista e faz operação em favelas da cidade

http://odia.terra.com.br/porta/rio/html/2010/10/morro_dos_macacos_comandante_do_bope_diz_que_bandidos_e_stao_fugindo_ha_15_dias_117146.html

Texto 5 – Folha.Com, 14/10/2010

14/10/2010 - 20h00

Um ano após derrubada de helicóptero, PM do Rio ocupa morro dos Macacos

**FÁBIO GRELLET
DO RIO**

A Polícia Militar iniciou às 8h desta quinta-feira a ocupação do morro dos Macacos, na zona norte do Rio, para a instalação da 13ª UPP (Unidade de Polícia Pacificadora).

Eles permanecerão na comunidade, de 12 mil moradores, até que considerem a área livre das quadrilhas armadas que comandavam o tráfico na região.

Há praticamente um ano --em 17 de outubro de 2009--, o morro dos Macacos foi palco de um confronto entre PMs e traficantes que culminou com a derrubada de um helicóptero e a morte dos três policiais que o ocupavam. Os conflitos se estenderam por vários dias.

Ontem, a ocupação não sofreu resistências. Só foi preso um homem, suposto traficante e vice-líder da quadrilha que comandava o comércio de drogas no morro. Estava desarmado e não ofereceu resistências.

Mesmo assim, o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, considerou a ocupação uma resposta do poder público ao confronto ocorrido há um ano.

"Na ocasião, disse que não iríamos agir de cabeça quente, de forma emocional, porque temos um projeto definitivo. Agora a polícia está lá", afirmou o secretário.

"Mais importante do que prender essas pessoas [traficantes] é tirar delas os territórios que elas controlam com armas de fogo", disse.

Beltrame também anunciou a 14ª UPP, que será na mesma região e vai atender ao morros São João e da Matriz e à favela do Quietão. Mas ainda não há prazo para que a ocupação dessas áreas comece.

Felipe Dana/AP



Policiais fazem patrulhamento no morro dos Macacos, no Rio, onde será instalada uma UPP

"TROPA DE ELITE"

O comandante do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais), coronel Paulo Henrique Moraes, afirmou hoje que assistiu ao filme "Tropa de Elite 2", ficção que retrata a rotina de policiais no Rio, e ficou receoso quanto à interpretação feita pelo público.

"O espectador não pode achar que tudo aquilo é verdade, que é um documentário. Existem coisas reais e coisas fictícias", afirmou.

O coronel afirmou que, no cinema, prestou atenção aos comentários de outros espectadores. "Tem gente que entende tudo aquilo como realidade, mas não é", disse.

"Mas, como obra de ficção, é interessante, emocionante", afirmou Moraes, que comparou o filme às produções do personagem James Bond.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/814786-um-ano-apos-derrubada-de-helicoptero-pm-do-rio-ocupa-morro-dos-macacos.shtml>

Texto 6 – o Globo 17/10/2009

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/10/17/tiroteio-no-morro-dos-macacos-leva-panico-moradores-de-vila-isabel-grajau-derruba-helicoptero-da-pm-768099949.asp>

conteúdo não acessível para transcrição

ANEXO 3

TEXTOS MUROS – FAVELA

Acessos em 17/10/2010

Texto 1 - G1

07/05/10 - 17h09 - Atualizado em 07/05/10 - 17h11

Muro que separa favela das vias no Rio já foi depredado

Da Agência Estado

Menos de dois meses após o início da instalação das barreiras acústicas nas vias do Rio de Janeiro, alguns dos módulos de 3 metros de altura que separam as favelas das principais vias expressas da cidade já estão depredados. Marcas de tiros, pichações e até roubo das peças podem ser constatados ao longo da Linha Vermelha, uma das principais vias expressas da cidade.

Hoje, cerca de 30 jovens de um bloco carnavalesco do Complexo da Maré realizam um protesto na Praça da Favela Nova Holanda contra o que chamam de "segregação do muro da vergonha", que separa o conjunto de favelas do corredor viário. A Prefeitura do Rio informou que vai recuperar os módulos de acrílico danificados e substituir os roubados. O custo total do projeto de isolamento das favelas foi de R\$ 20 milhões.

No entanto, a instalação das barreiras foi criticada pela Organização das Nações Unidas (ONU). As **favelas "muradas" ficam no caminho para o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) ou localizadas nas vias expressas por onde passarão as comitivas dos países que vão participar da Copa de 2014 e da Olimpíada em 2016**. Além da Maré, a Cidade de Deus também recebeu as barreiras isolando a favela da Linha Amarela. As barreiras cobrirão a vista das favelas por 7,6 quilômetros.

"Somos parte da cidade. O que adianta nos esconder? A violência e a falta de educação nas favelas é consequência de um problema maior. Precisamos de políticas públicas", disse a moradora Gizele Martins, uma das organizadoras do protesto e do bloco carnavalesco "Se Benze que Dá". Apesar do protesto, algumas associações de moradores do conjunto de 16 favelas do Complexo da Maré apoiaram as barreiras, que protegeria a população de atropelamentos.

Ontem, a Prefeitura do Rio lançou o projeto "Parques Lineares e anunciou que investirá mais R\$ 20 milhões na reforma paisagística de 21 favelas às margens das vias expressas. O município planeja construir nas comunidades ciclovias, calçadas, espaços cobertos, quadras poliesportivas, parques e quiosques, além de incrementar a iluminação. O Parque Ecológico da Maré terá o replantio de 197 árvores.

<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1590487-5598,00-MURO+QUE+SEPARA+FAVELA+DAS+VIAS+NO+RIO+JA+FOI+DEPREDADO.html>

Texto 2 - Veja abril 2009

Brasil

A favela no limite

O Rio de Janeiro começa a erguer muros para evitar que os barracos continuem avançando sobre as áreas verdes. Pode ser o sinal de que, finalmente, o poder público resolveu deixar a demagogia de lado e combater com seriedade o processo de favelização

Ronaldo Soares

Oscar Cabral



O DESAFIO DA ORDEM

Operário em obra do muro no Morro Dona Marta: paredões de 3 metros contra invasões

A foto acima mostra um marco histórico. Feita no alto do Morro Dona Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, ela retrata uma radical mudança de atitude do poder público em relação às favelas. O governo do estado decidiu erguer muros de 3 metros de altura para impedir que os barracos avancem em direção à mata ou se dependurem em áreas de risco. Não demorou para que a iniciativa fosse crivada de críticas, dando conta de que a intenção das autoridades só poderia ser segregação dos pobres. O caso ganhou repercussão internacional. Surgiram comparações com o Muro de Berlim e o da Palestina, para ficar em apenas dois exemplos citados em seu blog pelo escritor português José Saramago. E disseminou-se a ideia estapafúrdia de que as favelas seriam integralmente cercadas, ganhando feições de cidadela medieval. O suplemento de turismo do jornal espanhol *El País* chegou a publicar que os muros têm por objetivo esconder as favelas, e uma jornalista francesa procurou assessores do governo para saber que tamanho teriam os portões de acesso aos morros. Houve quem se preocupasse com o aspecto mais formal da história, defendendo a substituição dos muros por cercas vivas, e estabeleceu-se uma celeuma em torno de que espécie de planta seria mais adequada para essa finalidade. Nesse campo fértil para desvarios, a discussão ganhou um viés ideológico que desviou a questão de seu foco principal: a necessidade de conter o avanço das favelas.

VEJA TAMBÉM

Nesta reportagem
• [Quadro: Trincheira contra a expansão](#)

Os que são contrários à ideia lembram que as favelas, principalmente as da Zona Sul, crescem pouco para os lados. A maior expansão dá-se verticalmente – há edifícios de mais de dez pavimentos em algumas delas. As que foram selecionadas para o projeto realmente aumentaram muito pouco sua área. Avançaram apenas 1,18% entre 1999 e 2008, segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), ligado à prefeitura do Rio. O que não se leva em conta nesse raciocínio é que essa expansão ocorreu em favelas enormes, infladas por anos de descaso. E que qualquer crescimento é prejudicial à cidade. "A sensação de expansão da desordem produz um prejuízo gigantesco para o Rio. O fato de a favela estar avançando causa insegurança e desvaloriza o patrimônio da cidade como um todo", avalia o economista Sérgio Besserman, ex-presidente do IPP. Não se trata, portanto, de ser contra ou a favor do muro em si. É óbvio que seria muito melhor se ele não fosse necessário, assim como é óbvio que, se não houver fiscalização, nenhuma barreira física impedirá novas invasões. O que o muro simboliza é a decisão de encarar com a devida seriedade o problema das favelas.

Oscar Cabral



O CAOS AVANÇA Barracos tomam conta da paisagem no Morro Dois Irmãos: prejuízo para a imagem do Rio de Janeiro

Pesquisa do instituto Datafolha divulgada na semana passada mostrou que os cariocas entenderam muito bem a ideia central da empreitada. A maioria (60%) não caiu na esparrela de que o objetivo do muro é separar ricos e pobres. E 51% dos entrevistados de menor poder aquisitivo aprovam o muro, enquanto no resultado geral 47% são a favor do projeto e 44% contra – um empate técnico, em razão da margem de erro. Na primeira etapa do projeto, estão previstos 14,6 quilômetros de muro – pouco mais que a extensão da Ponte Rio-Niterói – e serão contempladas treze favelas ([veja o quadro](#)). Os paredões seguirão o mesmo traçado dos chamados ecolimites, definidos há quinze anos. Em favelas como a Rocinha, eles foram solenemente ignorados. Existem mais de 400 barracos fora da cerca que demarca os ecolimites, num desrespeito que prejudica não só o meio ambiente, mas também a qualidade de vida dos moradores. Não há como planejar saneamento, abastecimento de água, fornecimento de energia ou dimensionar a coleta de lixo se os barracos continuarem se alastrando.

Esta não é a primeira vez que se fala em murar as favelas do Rio. Em 2004, após uma guerra entre traficantes na Rocinha, o então vice-governador Luiz Paulo Conde defendeu a construção de paredões de 3 metros de altura em quatro favelas. O objetivo era proteger o meio ambiente e evitar que bandidos fugissem pela mata durante as ações policiais. Enfraquecido pelas críticas que recebeu, Conde recuou. Se tivesse levado o plano adiante, talvez os 89 barracos que naquela época ultrapassavam os ecolimites da Rocinha não tivessem chegado aos 415 de hoje. Outros governantes nem sequer tentaram conter o avanço. Ao contrário, por décadas o que houve foi estímulo à ocupação irregular da cidade. Esse ciclo perverso se acentuou nos anos 80, principalmente a partir da gestão Leonel Brizola, que defendeu a manutenção dos barracos e concedeu indistintamente títulos de propriedade a favelados, numa política movida pelo espírito nefasto de que favela não é problema, é solução. A partir daí, a favelização ganhou tamanho impulso que se transformou num negócio lucrativo para aproveitadores em geral e políticos em particular. Tal negócio se baseia numa lógica cruel, que mantém a população na miséria e rende dividendos aos espertalhões. Os políticos fazem questão de manter serviços públicos precários ali, porque montam centros assistencialistas e ganham votos. E os "donos" das favelas – que podem ser traficantes ou grupos chamados de milícias – se valem de seu poder de fogo para praticar toda sorte de ilegalidades e manter os moradores sob seu domínio.

O comportamento irresponsável dos governantes tem sido motivo de queixas ouvidas pelo prefeito da cidade, Eduardo Paes. Segundo ele, moradores de bairros contíguos aos morros reclamam que o poder público historicamente faz melhorias em favelas e negligencia a cidade que paga impostos. "Com isso, áreas degradadas avançam sobre o tecido urbano consolidado e o destroem. É preciso inverter esse fluxo, fazer com que a ordem existente na cidade formal se estenda às favelas", diz. Esse quadro só será mudado quando essas áreas estiverem sujeitas às mesmas regras que valem para o restante da cidade. Integrar as favelas, portanto, é um desafio que passa pelo estabelecimento de normas. Para se ter uma ideia do trabalho que há pela frente, apenas 23 das quase 1 000 favelas do Rio têm regras para construção estabelecidas pela prefeitura. Felizmente, parece ter chegado a hora de começar a mudar essa triste realidade. Tanto a prefeitura do Rio quanto o governo estadual vêm demonstrando coragem para enfrentar sem demagogia o grave problema das favelas. Diz o governador Sérgio Cabral: "Esse é o muro da inclusão, e não da segregação. Ele significa o fim da omissão do poder público".

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/polemica-muro-favela>
http://veja.abril.com.br/220409/p_066.shtml



PALPITEIROS DE PLANTÃO
O escritor José Saramago atacou o projeto: viés ideológico

ANEXO 4

VÍDEOS FAVELA – COMUNIDADE – INCÊNDIOS

Acessos em 17/10/2010

Vídeo 1 – Globo.com**Incêndio atinge favela na Zona Leste de São Paulo
Sexta-feira, 13/08/2010**

Na favela da Tiquatira, 40 barracos foram destruídos por um incêndio no fim da tarde desta sexta-feira (13). Duas pessoas sofreram ferimentos leves. As causas do fogo são desconhecidas.

<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1318364-7823-INCENDIO+ATINGE+FAVELA+NA+ZONA+LESTE+DE+SAO+PAULO,00.html>

TRANSCRIÇÃO DO ÁUDIO DO VÍDEO 1

Christiane Pelajo - **O ar seco e a imprudência em São Paulo estão provocando incêndios em favelas e nas matas.**

Carla Modena - O **fogo** na área verde, na marginal Tietê, próximo às rodovias Anhanguera e Bandeirantes começou no fim da tarde. Logo, passou ameaçar as **casas** na região, mas foi controlado no fim da noite. Na marginal Pinheiros, outro foco de **incêndio** obrigou os bombeiros a interditar uma das pistas bem no horário de pico. A cidade teve nesta quarta-feira mais de **60 registros de incêndio em vegetação**. De acordo com os bombeiros, a maioria dos casos poderia ser evitada.

Com. Marco Antonio Garcia (Corpo de Bombeiros) - São as pessoas que estão fumando seu cigarro e jogam uma bituca para fora do seu automóvel, né, próximo das rodovias, das estradas, terreno baldio em que a população joga o lixo e depois para fazer a limpeza do terreno ataca ateando fogo e esse fogo acaba se propagando, então, normalmente está relacionado a fatores humanos.

Carla Modena - Pior ainda, quando o fogo castiga quem mora nas **favelas**. Pela manhã, a comunidade **Rocinha Paulistana** foi destruída.

Mulher - A pessoa trabalha, trabalha, trabalha pra conseguir as suas coisas aí vem uma desgraça dessas e acaba com tudo.

Carla Modena - À tarde, perto dali, a **favela do Zoião** também **pegou fogo**. Esse foi o **quarto incêndio** em **favelas** em São Paulo em uma semana e o **terceiro em 24 horas**, segundo os bombeiros, a baixa umidade do ar aumenta o risco de **incêndios** como esse e faz com que as chamas se alastrem mais facilmente. De janeiro até agora, São Paulo já teve **40 incêndios** em **favelas**. **Nos últimos anos, [Incêndios em favelas em São Paulo - 2007: 77; 2008: 79; 2009: 70]¹⁷² tem sido pelo menos 70 por ano** e como aconteceu hoje, para apagar as chamas, os bombeiros precisam vencer primeiro o acesso difícil a **essas comunidades**.

¹⁷² Informação que aparece no vídeo.

Major Nilton Miranda (Corpo de Bombeiros) - Na favela, nós temos muita madeira, temos gás, temos ligações elétricas inadequadas e isso propicia o quê, o início do **incêndio**, a **propagação do incêndio** e a dificuldade do combate pelo corpo de bombeiros.

Vídeo 2 – Globo.com

Três favelas pegam fogo em 24 horas na cidade de São Paulo **Quarta-feira, 25/08/2010**

O fogo na área verde na Marginal do Tietê começou no fim da tarde e logo passou a ameaçar as casas na região. Na Marginal Pinheiros, outro incêndio obrigou os bombeiros a interditar uma das pistas.

<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1325282-7823-TRES+FAVELAS+PEGAM+FOGO+EM+HORAS+NA+CIDADE+DE+SAO+PAULO,00.html>

TRANSCRIÇÃO DO ÁUDIO DO VÍDEO 2

William Bonner - Um incêndio de causa ainda desconhecida atingiu uma favela na zona leste de São Paulo. O fogo começou por volta das 5 da tarde e destruiu cerca de 40 barracos da favela da Tiquatira. Duas pessoas sofreram ferimentos leves. Foi o segundo incêndio no local em um mês.

Vídeo 3 – Globo.com

Moradores de favela se desesperam com a perda de suas casas em incêndio em São Paulo **Quinta-feira, 26/08/2010**

Os bombeiros passaram toda a quarta (25) combatendo o fogo dentro de favelas e das matas. O tempo seco agrava a possibilidade de que pequenas faíscas se tornem grandes chamas.

<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1325341-7823-MORADORES+DE+FAVELA+SE+DESESPERAM+COM+A+PERDA+DE+SUAS+CASAS+EM+INCENDIO+EM+SAO+PAULO,00.html>

Vídeo 4 – Globo.com

Incêndios atingem duas das maiores favelas de São Paulo **Terça-feira, 14/09/2010**

Em Paraisópolis, na Zona Sul de São Paulo, 20 barracos foram destruídos pelo fogo. A comunidade de Tiquatira teve 40 moradias atingidas por outro incêndio.

<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1337254-7823-INCENDIOS+ATINGEM+DUAS+DAS+MAIORES+FAVELAS+DE+SAO+PAULO,00.html>

Vídeo 5 - Record

São Paulo

publicado em 24/09/2010 às 12h52: atualizado em: 24/09/2010 às 19h19

Fogo em favela da zona oeste atinge 300 barracos

Ao todo, há 1.500 moradias na Real Parque e cerca de 10 mil moradores Mônica Ribeiro e Ribeiro, do R7



Renato Rodrigues/Leitor R7

Favela atingida fica perto de prédios comerciais na região da marginal Pinheiros, na zona oeste

A Defesa Civil que atua na Subprefeitura do Butantã afirmou que o fogo na favela Real Parque, perto da marginal Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, atingia pelo menos 300 barracos na manhã desta sexta-feira (24). Por volta das 12h45, 18 viaturas do Corpo de Bombeiros ainda estavam no local para tentar conter as chamas. Anteriormente, a Defesa Civil havia divulgado o número de 400 famílias atingidas.

Fotos: veja galeria de imagens do incêndio

Segundo o órgão municipal, na favela há pelo menos 1.500 moradias, com cerca de 10 mil moradores. Ainda não há informações sobre o número de pessoas atingidas e o grau de destruição dos barracos.

O local das chamas, explicou a defesa, era uma área de alojamento em que moradores cadastrados pela Secretaria Municipal de Habitação aguardavam para receber o aluguel-social. A Defesa Civil não soube informar para onde os moradores serão encaminhados.

Assista ao vídeo:

<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/fogo-em-favela-da-zona-oeste-atinge-400-barracos-20100924.html>

TRANSCRIÇÃO DO ÁUDIO DO VÍDEO 5:

Rodrigo - Vamos às informações de **incêndio** na capital paulista com a Flávia Ribeiro.
Flávia - Oi, olá, Rodrigo, muito bom dia, muito bom dia a você que assiste à Record News. Pois é Rodrigo, **um incêndio de grandes proporções atinge a comunidade Parque Real. Essa comunidade** fica muito próxima da marginal Pinheiros e também de Ponte Estaiada, na zona sul da capital paulista, perto da região do Morumbi, pelo menos cinco carros do corpo de bombeiros estão neste momento no local, o **fogo** que você está vendo aí nas

imagens começou nesta manhã, e começou somente em dois barracos e rapidamente ele se alastrou, **o quarto grupamento de bombeiros que participa deste combate ao incêndio informou que há vítimas no local, mas ainda não soube precisar qual o número de feridos**, agora um dado curioso Rodrigo é que **essa comunidade passou por um processo de desocupação em 2007, nessa época esse terreno pertencia à empresa Metropolitana de Águas e Energia e estava ocupado por cerca de 400 casas; essas famílias que moravam nessas casas foram retiradas daí, mas o que acabou acontecendo, o local foi novamente invadindo e aí as casas estão sendo agora consumidas pelas chamas**, ainda não sabemos informações detalhadas de como esse fogo começou, Rodrigo.

Vídeo 6 – Record

Jornal da Record

publicado em 24/09/2010 às 19h59:

População ajuda a controlar incêndio em favela

Fogo começou às dez horas da manhã na comunidade Parque Real, zona sul de São Paulo. Os bombeiros contaram com a solidariedade dos moradores que ajudaram a carregar a mangueira. A chuva que caiu durante a tarde diminuiu o incêndio que destruiu aproximadamente 400 barracos.

<http://noticias.r7.com/videos/populacao-ajuda-a-controlar-incendio-em-favela/idmedia/11e172c3e8099c993eac22e3e6324842-1.html>

TRANSCRIÇÃO DO ÁUDIO DO VÍDEO 6

Ana Paula - Quem passou hoje pela região do Morumbi, na zona sul de São Paulo viu muito fogo, muita fumaça, era um grande incêndio numa comunidade.

Celso Freitas – O repórter Ricardo Vilches foi até lá e encontrou muito mais que dor e destruição.

Ricardo Vilches - Entre tantos elegantes prédios da zona sul de São Paulo, fogo em **barracos**, 10h30 da manhã quando as chamas começaram a consumir uma comunidade, no bairro Morumbi, na marginal Pinheiros, os primeiros bombeiros a chegarem contaram com a ajuda dos moradores pra levar as mangueiras até os pontos mais críticos. Era só a primeira de uma série de atitudes solidárias que tomaram conta da área.

Reparem que este grupo usa um vazamento da mangueira dos bombeiros para ajudar no combate ao fogo, este outro usa pequenos baldes d'água, numa missão que parece impossível. Desesperados, os moradores iniciam uma outra operação de ajuda mútua.

O fogo tá a poucos metros aqui, aqui ainda há alguns **barracos**, algumas casas de madeira que estão incendiando, esse movimento de pessoas, são justamente aquelas que estão ajudando as pessoas de lá, nesse vai e vem, elas estão subindo a escada e entrando nesse prédio, olha só como é que tá esse corredor, tem fogão, tem guarda-roupa, tem geladeira de pessoas que moram lá atrás onde tá se incendiando...

Maria Barbosa dos Santos - Nós tem que ajudar o próximo... eu penso no dia de amanhã, pode acontecer comigo também, não é só **barraco** não, pode ser prédio, pode ser casa, a mesma coisa que eles estão passando, nós pode passar também.

Ricardo Vilches - São gestos instintivos que ajudam famílias como a de Wellington.

Wellington Augusto - Tem televisão, as cadeiras, tudo minha. Os moradores estão ajudando porque senão, os bombeiros não estão dando conta do fogo.

Ricardo Vilches - Mulheres choram, se desesperam, mas de repente, o inesperado. Agora começa a chover, e a população, olha só a reação das pessoas, elas já começam a agradecer essa chuva, é momento da chuva que a população tava esperando. Essa chuva veio em boa hora?

Mulher - Veio, nosso senhor que mandou, Jesus.

Ricardo Vilches - A chuva veio rápido, mas foi embora mais rápido ainda. As chamas diminuíram de intensidade, **mas quase 400 barracos ficaram destruídos**. Foi a hora de o casal vasculhar o que restou.

José Santos - Isso aí tava lá no **barraco, era né, minha casa**. Só o que restou foi, acho que só isso né?

Ricardo Vilches - Depois de algum tempo aqui na **comunidade**, nessa confusão toda que se formou, a gente consegue chegar onde o incêndio de fato começou. É esse ponto aqui, onde ficavam alguns abrigos de gente já afetada por outro incêndio e que veio morar aqui provisoriamente, segundo informações da Defesa Civil, **neste ponto aqui, que ainda está queimando, tinham aproximadamente 1000 pessoas**. Foi nesse cenário de guerra que encontramos o comerciante José, ele tá com um balde, tentando conter o incêndio, explica aqui pra gente, o senhor tá sozinho, os bombeiros estão lá do outro lado, o que o senhor tá fazendo sozinho aqui?

José Silvano - Porque eu tenho um comércio aqui, uma mercearia e uma padaria, que eu tenho uma fortuna aí dentro aí de máquina, valor aí... muito valorizada, aí eu to protegendo meu patrimônio, né.

Ricardo Vilches - Seu José saiu, mas só depois de os vizinhos o convencerem que ali não era um lugar seguro para ficar.

Vídeo 7 – Folha.com

24/09/2010 - 18h31

Após incêndio, moradores do Real Parque não têm para onde ir DE SÃO PAULO

Moradores que perderam tudo o que tinham no incêndio que atingiu a favela Real Parque, na região do Morumbi (zona oeste de São Paulo) nesta sexta-feira, dizem que não ter para onde ir. Segundo o Corpo de Bombeiros, o fogo começou na rua Conde de Itaguaí às 10h.

Aproximadamente 340 casas teriam sido atingidas, segundo levantamento prévio da subprefeitura do Butantã.

Fogo em favela de SP atingiu área de quase 3.000m² e cerca de 340 casas

<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/804403-apos-incendio-moradores-do-real-parque-nao-tem-para-onde-ir.shtml>